



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

SESSÃO: 197.4.55.O

DATA: 14/08/18

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Não Deliberativa de
Debates - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 14h

TÉRMINO: 18h45min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador
18:16	CP	PAES LANDIM

Obs.: Incluídos os seguintes discursos: do Deputado Paes Landim proferido na Sessão Não Deliberativa de Debates nº 39, realizada em 15 de março de 2018; do Deputado Paes Landim proferido na Sessão Não Deliberativa de Debates nº 97, realizada em 3 de maio de 2018; dois do Deputado Paes Landim proferidos na Sessão Não Deliberativa de Debates nº 114, realizada em 17 de maio de 2018; do Deputado Paes Landim proferidos na Sessão Não Deliberativa de Debates nº 135, realizada em 30 de maio de 2018; do Deputado Paes Landim proferidos na Sessão Deliberativa Ordinária nº 138, realizada em 05 de junho de 2018; do Deputado Daniel Almeida proferido na Sessão Deliberativa Extraordinária nº 152, realizada em 13 de junho de 2018.

Ata da 197ª Sessão da Câmara dos Deputados, Não Deliberativa de Debates, Vespertina, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª legislatura, em 14 de agosto de 2018.

Presidência dos Srs.:

Leonardo Monteiro, André Amaral, Leo de Brito, Alan Rick, Zé Geraldo e Assis Carvalho, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Monteiro) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 374 Deputados e Deputadas.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. CHICO ALENCAR, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 197.4.55.O

Data: 14/08/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Não Deliberativa de Debates - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Monteiro) - Passa-se ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Chico Alencar.



O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o plenário está tão vazio que eu me permito falar deste lugar inusual para mostrar que nós temos a flexibilidade geográfica, sem jamais abrir mão dos princípios.

Mas eu queria, Sr. Presidente, deixar registrado algo sobre o qual eu já falei esta manhã, a posição da bancada do PSOL sobre a proposta de reajuste que as cúpulas do Judiciário e do Ministério Público trazem para o Orçamento a ser deliberado por este Congresso, destacando que não podemos aprofundar a desigualdade entre servidores públicos e que não podemos ser contraditórios inclusive em relação à necessidade da boa remuneração, mas não extrapolando o teto regulamentar constitucional, cuja Comissão, com um belo relatório do Deputado Rubens Bueno, não consegue avançar porque muitos se esforçam para não dar quórum e não decidir assunto de tal monta.

O que me traz à tribuna, além deste pronunciamento como lido, da nota do PSOL contra os privilégios, é a data de hoje, quando se atingem 5 meses completos sem Marielle Franco e Anderson Gomes. Cinco meses sem nenhum avanço concreto nas investigações. É um crime que, ao que tudo indica, envolve agentes poderosos do Estado; um crime de conteúdo político, atroz, violento, perverso, cruel. Como disse o pai de Marielle, Sr. Francisco, num artigo da *Folha de S.Paulo* de domingo, não dá para ficar parado. Cinco meses é tempo demais, é dor acumulada demais.

Nós da Comissão Externa que acompanha as investigações, presidida pelo Deputado Jean Wyllys, cujo Relator é o Deputado Glauber Braga, decidimos instar a Polícia Civil a responder inclusive às propostas que surgem agora, naturalmente,



diante de aparente inércia nas investigações, de federalização. O que a Polícia Civil, que só declara que nada pode comentar em função do sigilo das investigações, pensa disso? O que há de concreto, sem atrapalhar as investigações, por óbvio, nelas, e como se avança? Por que há nichos do Poder tão preservados?

Nós continuamos insistindo nesse clamor.

Quero registrar também como lido um texto meu chamado *Cumplicidade criminosa*. Quem matou Marielle e Anderson, a mando de quem e por quais motivos?

Nós não nos calaremos diante de tamanha atrocidade, porque o silêncio e a não solução desse caso podem apontar, como diz o Deputado Estadual Marcelo Freixo, para uma “mexicanização” da vida brasileira, em que a morte passa a ser um exercício cotidiano, os crimes políticos passam a fazer parte dos diários e das notícias que vão perdendo relevância. Isso é um pleno e total absurdo.

Nós também queremos sempre denunciar — e o momento eleitoral é propício para isso — a “gangsterização” da política no Brasil, que faz com que grupos criminosos vão cada vez mais sequestrando nichos do Estado brasileiro, imiscuindo-se nos Poderes e praticando esse tipo de atrocidade.

Não nos calaremos nem 1 minuto de silêncio em relação a Marielle e Anderson. Vamos juntos! Que Deus nos ilumine e nos arme com este clamor permanente por justiça e igualdade, sem o que não há paz.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todas e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para os Anais da Câmara, nota pública



da bancada do PSOL contra os privilégios salariais para os Ministros da Corte, em contradição com os salários de servidores públicos em geral e do contingenciamento dos gastos e investimentos em políticas públicas nas áreas sociais — educação, saúde, segurança alimentar e saneamento básico.

Bancada do PSOL contra os privilégios

Em meio a uma das maiores crises econômicas da história brasileira, na qual o governo federal vem impondo ao conjunto da sociedade cruel programa de contingenciamento de gastos nas mais diversas áreas sociais, como educação, saúde, segurança alimentar e saneamento básico, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na última quarta-feira, por 7 votos a 4, incluir no orçamento de 2019 a previsão de reajuste salarial de 16,38% para os ministros da Corte. Atualmente em R\$ 33,7 mil, o salário dos ministros ultrapassará R\$ 39 mil. Em seguida, o Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) também aprovou, por unanimidade, proposta com reajuste de 16,38% para todos os Procuradores da República. Além dos altos salários, essas categorias são beneficiadas com inúmeras verbas extras que violam o teto constitucional.

Estima-se que tais aumentos, se aprovadas pelo Congresso Nacional, culminarão em um efeito cascata que pode gerar uma fatura extra de até R\$ 4 bilhões, a ser dividida entre os poderes da União e dos Estados. Destaque-se que a grande maioria dos servidores públicos tem remuneração defasada e não será beneficiada por tal medida, ampliando a desigualdade salarial no serviço público. Para se ter uma ideia, o piso dos professores com jornada de 40 horas semanais é de apenas R\$ 2.455,35.



A situação se torna ainda mais grave quando levamos em consideração a vigência do teto que congela gastos públicos por um período de vinte anos. Por conta do teto, a elevação desses subsídios acarretará contingenciamento de gastos sociais para todo o conjunto da população, que já vem sendo duramente penalizado pelo cruel programa de austeridade em curso no país. O STF, inclusive, não se manifestou sobre as inúmeras ações que questionam a constitucionalidade da emenda do teto, contribuindo para os seus efeitos perversos.

É sintomático notar que ao mesmo tempo que se cogita elevar o salário dos ministros do Supremo, o governo ilegítimo de Michel Temer tenta impor um corte de pelo menos R\$ 580 milhões no orçamento da CAPES para o ano de 2019, o que paralisaria a pesquisa científica no Brasil.

O aumento dos subsídios ainda terá que ser votado e aprovado pelo Congresso Nacional. Diante disso, a bancada do PSOL na Câmara dos Deputados reafirma o seu compromisso com o combate aos privilégios e se posicionará contra o aumento dos subsídios dos membros do Ministério Público, da Magistratura e dos Parlamentares.

Bancada do PSOL na Câmara

Deputado Ivan Valente

Deputado Chico Alencar

Deputado Edmilson Rodrigues

Deputado Glauber Braga

Deputado Jean Wyllys

Deputada Luiza Erundina



Agradeço a atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todas e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para os Anais da Câmara, artigo meu publicado hoje, 13 de agosto, no Blog do Noblat, que trata da morosidade — 5 meses — em relação à elucidação do crime de execução de Marielle Franco e Anderson Gomes:

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Cumplicidade criminosa

Chico Alencar

No Brasil, 90% dos homicídios ficam sem solução. Não há solução para uma vida destrozada, a não ser no plano da fé. Mas elucidação do crime, para evitar que se banalize a destruição do outro, é um imperativo civilizatório. Por isso é correto dizer que estamos no limiar da barbárie.

Marielle Franco e Anderson Gomes foram executados há cinco meses. De início, com a comoção nacional e internacional que a atrocidade provocou, as autoridades disseram que era preciso ter cautela para se investigar bem. Usaram reiteradamente os exemplos dos casos da juíza Patrícia Aciolli, esclarecido em 60 dias, e do pedreiro Amarildo, em 90 dias – ainda que seu corpo nunca tenha sido encontrado. Em ambos os casos, policiais praticaram os crimes.

Esses “prazos de demonstração” já passaram. E tudo que as autoridades de segurança do Rio de Janeiro declaram é que ‘as investigações estão sob sigilo’. Como disse o pai de Marielle, Antonio Francisco da Silva Neto, em artigo na Folha de São Paulo publicado no Dia dos Pais, ‘cinco meses sem respostas é tempo demais’.

O Ministro da Defesa, Raul Jungmann, anunciou que agentes públicos de controle e políticos estariam envolvidos. Gente poderosa que, por isso, dificulta as investigações. Não devia ser assim. Se os criminosos operam por dentro do Estado,



em tese seria mais fácil encontrá-los, estabelecer nexos, descobrir elos. A não ser que a metástase do crime já esteja tão avançada que os do bem, na teia, tornaram-se minoria impotente.

O carro usado no atentado simplesmente desapareceu, bem como a arma. Os celulares não teriam sido acionados por bom tempo, antes, durante e depois do ato bárbaro. A sofisticação do crime foi tanta que os bandidos teriam gasto, na perpetração da operação covarde, cerca de R\$ 3 milhões. Gente de esquema, gente de dinheiro. Gente com poder, portanto.

Autorizado por Michel Temer, Jungmann oferece a federalização da investigação. É de se indagar o que de novidade isso traria, considerando que a Segurança Pública do Rio de Janeiro já está federalizada, militarizada, sob intervenção. Aliás, é uma vergonha para essa intervenção que esse caso tão emblemático de crime político não tenha sido elucidado até agora.

Enquanto isso, nosso clamor não calará: quem matou Marielle e Anderson? Quem mandou matar? Quais as motivações do crime hediondo? Quais as linhas de investigação? É verdade que há grupos políticos, vinculados a controle de território, que tentam jogar a culpa uns nos outros?

A morosidade na investigação pode indicar até cumplicidade com o banditismo que implementou a tragédia. Talvez essa gente estúpida e hipócrita, no cambaleante Rio de Janeiro, venha com sorrisos, repaginada, para disputar as eleições que se aproximam! Seria a captura definitiva do Estado pelos agentes do crime e da morte. O Rio de Janeiro não suporta tamanha degeneração. Valei-nos, São Sebastião!



O SR. PRESIDENTE (Leonardo Monteiro) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Eu queria cumprimentar todos que nos assistem hoje pela *TV Câmara*, os Parlamentares presentes e os servidores.

Quero também aqui me manifestar com relação a esse anúncio do Supremo Tribunal Federal, em decisão do seu Colegiado, de aprovar, no âmbito da sua Corte, o aumento de 16,4% para seus vencimentos, e, já de antemão, declarar que essa pretensão não contará com o meu apoio.

Esta Casa haverá de apreciar essa matéria. E já antecipo meu pensamento não por não achar legítimo ou por não ser justo, mas porque o debate vai para além dessas questões. O Brasil está passando por um momento de restrição absoluta, inclusive de investimentos em setores prioritários, como educação e saúde. Os setores de pesquisa, ciência e tecnologia estão passando por privações, juntamente com as universidades brasileiras. Esta é uma crise em que 14 milhões de pais amanhecem o dia desesperados e desesperançados por causa do desemprego.

Esta Casa mesmo tem feito uma série de restrições por conta dos gastos. Nunca é demais lembrar que esse Judiciário está sendo objeto, pelo menos a sua cúpula de magistrados — em grande parte, guardadas as exceções — inclusive de ganhos excessivos. Alguns ganham 200 mil reais, 400 mil reais em São Paulo. Isso foi teor de matéria neste ano e também no ano passado — escândalos! —, que contrariou, constrangeu a opinião pública das pessoas de bem deste País ao revelar esses privilégios praticados pela cúpula do Judiciário brasileiro.



A outra questão que nós precisamos levar em consideração é o efeito cascata que isso vai gerar, inclusive para outros Poderes: uma conta de mais de 4 bilhões de reais, segundo o Ministério do Planejamento do Brasil. Nós não podemos aceitar esses privilégios, esses reajustes inclusive acima da inflação do período em que eles podem se basear.

Eu quero declarar aqui o meu voto contrário, repito. Acho que isso não é próprio para este momento. E esta Casa não pode cair na irresponsabilidade apenas para ficar de bem com esses Poderes. Nós sabemos que os Poderes têm que ser harmônicos, mas absolutamente independentes, pelo que preceitua a Constituição brasileira, à qual todos nós juramos respeito e cumprimento.

Portanto, repito, quero aqui manifestar a nossa contrariedade a isso e o meu voto contrário a essa pretensão do Judiciário brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Monteiro) - Está registrado. O pronunciamento de V.Exa. será encaminhado para publicação.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, enquanto toda a população padece com um arrocho salarial, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, através de votação do Colegiado, se autoconcederam um aumento de 16,5% na última semana, o que causará um efeito cascata, pois a medida possibilita o reajuste de salários de outros servidores do Poder Judiciário, o que deve impactar os cofres públicos em bilhões de reais em um momento de crise e austeridade.

Os salários dos Ministros do STF subiram de R\$ 33.700 para R\$39.300. O Judiciário é o único dos três Poderes da União a não respeitar a regra que



estabelece limite para o crescimento das despesas. Segundo dados do Tesouro Nacional, o Judiciário já ampliou seus desembolsos em 8,8% no primeiro semestre deste ano. A variação é mais alta do que os 7,2% permitidos pelo teto de gastos para este ano.

De acordo com estudo das Consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado divulgado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, esse reajuste causará um efeito cascata que pode levar a um aumento de gastos com salários de R\$ 4 bilhões para os Poderes da União e para os Estados.

Como exemplo, os Procuradores da República também já se aprovaram um reajuste salarial de 16,38% em seus vencimentos para o próximo ano.

Ainda que esses aumentos no judiciário dependam da aprovação de projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, o efeito negativo sobre uma população massacrada por aumentos de toda ordem e pelo desemprego é previsível. Em outubro de 2017, o Presidente Michel Temer editou uma medida provisória para suspender reajustes de uma série de carreiras.

A indignação é maior quando toda a sociedade tem conhecimento dos penduricalhos sobre os salários do Judiciário, tais como auxílio-moradia, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, que reconhecidamente possui altos salários devido à natureza do mesmo.

Portanto, esta Casa deve, como representante da sociedade, ter a responsabilidade de rever esse aumento, discutindo ainda formas de acabar com privilégios de modo que a justiça pela qual o País anseia seja alcançada.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Leonardo Monteiro) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar aqui o alerta a todas as bancadas democráticas desta Casa de que agora, às 14h30min, há reunião da Mesa Diretora para discutir o novo projeto de resolução que muda todo o rito de votações neste Parlamento, neste Plenário. Portanto, é um alerta: vão desmontar a possibilidade de a democracia conviver aqui junto com a Oposição.

Se esse projeto de resolução for aprovado, efetivamente vai impedir o debate democrático, inclusive a obstrução como instrumento regimental das Minorias. Eles querem eliminar a Minoria do Parlamento brasileiro. Hoje nós somos a Minoria; no ano que vem nós vamos ser a Maioria deste Parlamento, sustentando o Governo do Presidente Lula e de Fernando Haddad, e eles, a Minoria. E nós queremos respeitar a Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Monteiro) - Está registrado, Deputado Pedro Uczai.



O SR. PRESIDENTE (Leonardo Monteiro) - Passo a palavra ao Deputado Padre João.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, quero fazer uma breve retrospectiva, porque foi lá na nossa querida Minas Gerais, em Belo Horizonte, em fevereiro de 2015, que nós tivemos uma reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores e já denunciávamos um golpe que estava em curso. Era fevereiro de 2015, e muitos ignoravam todo o processo.

Eles derrubaram a Presidenta. Para derrubar a Presidenta, fizeram uma pauta-bomba, combinada entre Aécio Neves e Eduardo Cunha, e mantiveram também as pautas de entreguismo das nossas riquezas e do maior patrimônio, que era um aparato legal que dava proteção às trabalhadoras e aos trabalhadores do nosso País, além de várias políticas e programas.

Depois arquitetaram tudo para prender Lula. Houve conchavo de setores da Polícia Federal, do Ministério Público, do Judiciário, atropelando a lei, para prender Lula. Depois de preso, os conchavos continuam para mantê-lo preso. E com ele são quase 13 mil brasileiros presos de forma ilegal, porque não se pode dar a punição máxima sem ter ainda todo o processo transitado em julgado.

Essa é a injustiça com Lula e outros brasileiros. Por isso, temos companheiros em greve de fome e manifesto dos trabalhadores e trabalhadoras do País inteiro e amanhã estaremos aqui aos milhares para registrar a candidatura de Lula. A candidatura de Lula significa dizer para a Justiça que não se pode punir um cidadão e outros milhares, como já disse aqui, inclusive tentando impedir e inviabilizar a sua candidatura.



O povo não é bobo. O Judiciário a cada dia mais cai na descrença por causa do seu partidarismo, da perseguição aos mais pobres, a quem luta por eles.

O registro da candidatura de Lula é a garantia de o Brasil retomar um projeto democrático e popular, de o Brasil ser de fato para os brasileiros, sobretudo para os mais pobres. O que me dá alegria é a convicção, a determinação de o Presidente Lula rever a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que acabou com os Programas Mais Médicos, de Aquisição de Alimentos, Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos. Onde estão os medicamentos?

Esse congelamento está arrebatando os Municípios e os Estados, está arrebatando os pobres, quem depende da educação. Onde estão os recursos, as bolsas para pós-graduação? Ele é um desmonte de todas as políticas e dos programas que davam proteção à criança, ao adolescente, à mulher, à juventude.

A nossa esperança, a nossa alegria é essa determinação do Presidente Lula de ser candidato e, com o povo, voltar à Presidência, retomando assim as políticas e os programas que garantem dignidade para a população brasileira e resguardam a soberania do nosso País e passando o Brasil para ser um articulador na América Latina e um colaborador com os mais pobres.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Muito bem, Deputado Padre João.

Durante o discurso do Sr. Padre João, o Sr. Leonardo Monteiro, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. André Amaral, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria registrar que hoje, desde as 6 da manhã, nós caminhamos junto com a Marcha Nacional Lula Livre. Aproveitamos para conclamar toda a sociedade brasileira, democrática e popular para a grande marcha que haverá amanhã do Estádio Mané Garrincha até o TSE após as 14 horas.

Os integrantes dessa marcha chegaram a Brasília em três colunas, vindas de 26 Estados — em especial a militância do MST. É uma luta por democracia, por justiça;, é uma luta pelo julgamento justo, pela libertação imediata do Presidente Lula e pelo seu direito político de ser candidato.

Parabéns à militância de todas as colunas, em nome da Coluna Ligas Camponesas, com a qual caminhei, que representou o Nordeste.

Informo que iniciaremos agora uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos para debater a violência com a juventude do Brasil. Entre os movimentos estão Hip Hop, Levante Popular da Juventude, UNE e muitas outras organizações.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - O pedido de V.Exa. será atendido, de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui fazer um registro e cumprimentar, dar boas-vindas a todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade que estão chegando a Brasília.

Pudemos testemunhar na parte da manhã três colunas, representando 26 Estados, chegarem a Brasília e lotarem as praças, para amanhã entregar o registro da candidatura do Presidente Lula ao TSE. E uma quantidade de ônibus está chegando hoje. Até amanhã, centenas de trabalhadores e trabalhadoras lotarão as praças — a população brasileira estará representada em Brasília — e entregarão o registro da candidatura do Presidente Lula ao TSE. Isso significa que a maioria da população brasileira quer Lula Presidente, tem convicção de que ele é inocente e deseja que esteja livre para que possa ser o nosso Presidente da República.

Nós temos a absoluta certeza de que só uma liderança como o Presidente Lula tem condições de reverter esse golpe, de fazer o País voltar a crescer e a se desenvolver, de restabelecer a democracia no Brasil e de garantir a soberania nacional. Esse é o grande anseio da população brasileira. O que se reivindica nestes dias, hoje e amanhã, é o direito de o Presidente Lula ser candidato, disputar as eleições.

Por isso, queremos desejar boas-vindas a todos os delegados e delegadas que estão saindo de suas cidades, de seus Estados, das suas comunidades para vir a Brasília, sobretudo os que estão representados pelas colunas lideradas pela Via Campesina e pelo MST, que já chegaram, para que possamos amanhã, dia 15, registrar a candidatura do Presidente Lula.



Sem dúvida nenhuma, nós teremos uma grande vitória no dia 7 de outubro e viraremos uma página, acabaremos com esse golpe, o Brasil voltará a crescer e a se desenvolver e será restabelecida a democracia no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Esta Mesa agradece a participação a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Antes de convidar o Deputado Zé Geraldo para fazer uso da palavra, esta Presidência gostaria de parabenizar o Secretário Municipal de Saúde de Bayeux, na minha querida Paraíba, Dr. Edvan Benevides, pelo Voto de Aplauso a ele concedido pela Câmara Municipal pelos relevantes serviços prestados ao povo daquela querida cidade.

Dr. Edvan, receba os nossos parabéns aqui da Presidência da Câmara dos Deputados e a certeza de que juntos vamos fazer muito mais pela saúde da querida Bayeux.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Convido o Deputado Zé Geraldo para fazer uso da palavra.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu me admiro com o que faz o órgão máximo da Justiça brasileira, que deveria dar exemplo a este País.

A desigualdade salarial no Brasil é a maior injustiça que existe neste mundo. Não existe nenhum país no mundo onde haja tanta desigualdade entre aquele que ganha menos e aquele que ganha mais. E isso está partindo do Supremo, dos Ministros que ganham mais, que são privilegiados, que aumentam os salários. E aquele cidadão que trabalha no escritório, que serve cafezinho, que faz limpeza vive com um salário mínimo.

Essa Justiça brasileira está ficando desmoralizada em todos os sentidos, primeiro, porque desgraçaram a vida do Brasil com esse golpe parlamentar. O Supremo foi decisivo no golpe parlamentar. Vou falar isto a minha vida toda, onde eu estiver: o Supremo foi decisivo. Quem botou Lula na prisão foi o Supremo, quem está ameaçando e destruindo a democracia do Brasil é o Supremo. Sergio Moro é fichinha nesse processo.

Portanto, esse povo deveria tomar vergonha. São pessoas privilegiadas, nomeadas eternamente para Ministros, com aposentadoria fantástica garantida, mas não se contentam com isso, enquanto temos fome, desemprego, subemprego aumentando. Os produtores rurais, os comerciantes, todo mundo está preocupado em como pagar as contas no fim do mês.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e em especial pelo programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Deputado Zé Geraldo, V.Exa. será atendido, na forma regimental.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Lei Maria da Penha, sancionada pelo Presidente Lula em 7 de agosto de 2006, completou 12 anos. É uma lei moderna e muito elogiada, porém necessitamos atualizá-la sempre, para mantê-la adequada à realidade do cotidiano, principalmente quando os cruéis números de violência doméstica persistem muito altos.

A Lei Maria da Penha mudou a forma como se tratava a violência doméstica no Brasil, propondo medidas para a punição dos agressores e para a proteção das mulheres vítimas de violência. Desde então, Sr. Presidente, há uma luta constante, não só com relação à sua aplicação, como também para encorajar as mulheres vítimas de violência doméstica e a sociedade como um todo a denunciarem os agressores.

Sr. Presidente, queremos associar essa iniciativa também ao projeto hoje apresentado nesta Casa e aprovado, por unanimidade, por entendimento das Lideranças de todos os partidos políticos. Refiro-me ao projeto que visa à criação de um banco de mulheres vítimas de violência doméstica beneficiadas com medidas protetivas, a ser elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça, órgão que monitora o acompanhamento e a aplicação da Lei Maria da Penha. Esse banco poderá ser acessado por policiais de todo o País para agilizar a busca e a captura de agressores furtivos.

Gostaria de citar também a iniciativa da nossa companheira Erika Kokay que aumenta a proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. Na prática, o texto



também altera a Lei Maria da Penha, mas para vedar que pessoas com histórico de autoria de violência doméstica e familiar contra a mulher atuem em instituições que prestam atendimento a vítimas desse tipo de violência.

Gostaria, Sr. Presidente que o meu pronunciamento fosse divulgado, na íntegra, nos meios de comunicação, porque foi muito importante a medida que tomamos, não só porque nós atualizamos a lei, na medida do possível, já que precisamos avançar cada vez mais, mas também porque o que fizemos aqui foi mais um gesto em face do que estamos vendo acontecer com o feminicídio, que vem sendo praticado em alta escala no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Defiro o requerimento da nobre Deputada Benedita da Silva, conforme o Regimento Interno.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Lei Maria da Penha — Lei nº 11.340 — sancionada pelo Presidente Lula em 7 de agosto de 2006, completou 12 anos. É uma lei moderna e muito elogiada, porém necessitamos atualizá-la sempre, para mantê-la adequada à realidade do cotidiano, principalmente quando os cruéis números de violência doméstica persistem muito altos.

A Lei Maria da Penha mudou a forma como se tratava a violência doméstica no Brasil, propondo medidas para a punição dos agressores e para a proteção das mulheres vítimas de violência. Desde então, há uma luta constante não só com relação à sua aplicação, como também para encorajar as mulheres vítimas de violência doméstica e a sociedade como um todo a denunciarem os agressores.



É papel deste Parlamento realizar iniciativas legislativas que venham a dar respostas às demandas da sociedade e, no caso em pauta, à preservação da mulher contra a violência.

Nesse sentido, gostaria de elogiar a iniciativa do Projeto de Lei nº 6.433, de 2013, que altera a Lei Maria da Penha, buscando dar maior efetividade a sua aplicação.

O texto, que no plenário da Câmara foi aprovado, passa a permitir ao delegado de polícia adotar medidas de urgência para proteger mulheres vítimas de agressão.

Atualmente, a lei estabelece um prazo de 48 horas para que a polícia informe ao juiz sobre a agressão relatada pela mulher, pedindo a adoção de medidas protetivas. O delegado poderá negar a fiança, caso verifique que a liberdade do agressor colocará em risco a integridade física ou psicológica da mulher.

Também propôs a criação de um banco de mulheres vítimas de violência doméstica beneficiadas com medidas protetivas, a ser elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça — CNJ, órgão que monitora o acompanhamento e a aplicação da Lei Maria da Penha. Esse banco poderá ser acessado por polícias de todo o País, para agilizar a busca e a captura de agressores fugitivos.

Gostaria de citar também iniciativa legislativa da companheira Erika Kokay, do PT do Distrito Federal, que aumenta a proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. Na prática, o texto também altera a Lei Maria da Penha, mas para vedar que pessoas com histórico de autoria de violência doméstica e familiar contra a mulher atuem em instituições que prestam atendimento a vítimas desse tipo de violência. O PL prevê, ainda, a necessidade de capacitação, formação e treinamento



dos profissionais que atuam no atendimento às vítimas e dá competência aos delegados de polícia para expedição de medidas protetivas em caráter provisório.

Muitos assassinatos de mulheres ocorrem porque nem sempre as vítimas são amparadas por medidas legais logo após a denúncia na delegacia. Essas propostas legislativas buscam dar mais efetividade à luta contra a violência doméstica, para que, com o evidente risco à integridade física da mulher, possa a autoridade policial, de imediato, determinar as medidas protetivas de caráter provisório.

Sr. Presidente, a Lei Maria da Penha trouxe grandes avanços no combate à violência doméstica. No entanto, como esse tipo de violência ainda é uma triste realidade no Brasil, é preciso que façamos aperfeiçoamentos legislativos. Precisamos dar mais agilidade e efetividade ao combate à violência doméstica, pois dessa forma podemos evitar muitas mortes de mulheres.

Precisamos mudar esse cenário de horror. Não podemos compactuar com índices ainda grandes de violência doméstica.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Jordy por 1 minuto.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria apenas registrar nesta Casa que hoje pela manhã participamos de uma audiência com a Presidente do IBAMA, a Dra. Suely; junto com várias instituições que estão impactadas e reclamando ainda o cumprimento de compensações relativas aos passivos da Hidrelétrica de Belo Monte, essa tragédia promovida pelo Governo Dilma na região do Xingu, na Transamazônica, gerando impactos imensuráveis para pescadores, ribeirinhos e populações das periferias, que estão hoje completamente abandonadas.

Só para lembrar, houve 25 ações do Ministério Público Federal obrigando o cumprimento dessas compensações não atendidas pela Norte Energia com essas populações, inclusive populações indígenas dos xikrins, dos araras, do mundurucus.

Hoje nós conseguimos mais uma rodada de negociação para tentar reduzir esse déficit acumulado em prejuízo dessas comunidades. Estiveram lá representantes dessas comunidades indígenas e representantes do Instituto Socioambiental da Amazônia, o ISA, e de outras instituições, para tentar estabelecer um cronograma de recuperação e de cumprimento dessas condicionantes. As crianças, por exemplo, perderam o ano letivo em 2016 por falta de transporte. Há problemas com a água e com a segurança pública que não foram resolvidos pela Norte Energia.

Eu queria fazer este registro e pedir a V.Exa. autorização para divulgação deste nosso pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Defiro o pedido, conforme o Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Quinta-feira, dia 16, vai começar oficialmente a campanha eleitoral. Quero parabenizar o Governador Rui Costa, do Estado da Bahia. Ele vai para a reeleição com uma avaliação extremamente positiva do Governo, finalizando a terceira gestão consecutiva do Partido dos Trabalhadores. Depois de duas gestões vitoriosas do ex-Governador Jaques Wagner, agora o Governador Rui Costa vai para a reeleição com uma avaliação muito positiva da sua gestão e com a base dos partidos que participam do Governo crescendo.

É claro que só se ganha eleição depois da apuração, mas a situação é tão confortável, o Governador Rui Costa está tão bem, Deputada Benedita da Silva, que a Oposição de Direita lá está esfacelada. O Prefeito que ia ser candidato desistiu e entregou a missão para aquele que seria o provável candidato a Senador, para ele segurar a bandeira e evitar que ela arrie de vez. Depois foi um salve-se quem puder.

Deputado Bohn Gass, o chapão deles se esfacelou em cinco pedaços. O PSDB saiu sozinho para tentar ver se ainda elege um. Dos três atuais Deputados Federais do PSDB da Bahia... Os tucanos estão virando ave em extinção. Eu já falei aqui que eles vão ser extintos. Não adianta o IBAMA querer defendê-los, não adianta a Justiça não deixar prendê-los. Eles vão ser extintos pelo povo, que não vai votar neles.

Um Deputado Federal do PSDB da Bahia vai virar candidato a Senador porque sabe que não consegue se reeleger e quer finalizar sua carreira como candidato a Senador. O outro desistiu de ser candidato. Descobriu que não gostou



de ser candidato. Na verdade, também viu que perderia a eleição e foi embora. O outro está saindo sozinho para tentar eleger um Deputado Federal do partido.

O DEM se juntou com o PRB para ver se consegue manter pelo menos metade da bancada. O PTB pulou fora com o PSC para tentar garantir também um pedacinho. Então, é um salve-se quem puder, é um desespero total nas hostes da Oposição.

E é bom lembrar, gente, que urna e golpista não combinam. Deputados deram golpe porque perderam várias eleições e vão perder a quinta. O povo não elege Deputado golpista que votou para entregar a PETROBRAS; o povo não elege Deputado golpista que tentou destruir a Previdência Social; o povo não elege Deputado golpista que acabou com as férias, com o 13º salário, com a licença-maternidade, com a licença-médica. Os golpistas estão em extinção, Deputado!

O MDB da Bahia, que até tirou o P da sigla para disfarçar, vai continuar com a bancada de um homem só. Vai pagar a campanha de 60 laranjas para eleger um. O laranjal do MDB é para eleger um. Então, eles estão em extinção. As urnas vão afugentar a turma do golpe.

É por isso que prenderam Lula; é por isso que montaram a farsa; é por isso que mentem tanto e tentam fazer lavagem cerebral nos meios de comunicação. Mas não adianta. O povo brasileiro sabe que viveu a melhor fase da vida deste País nos Governos do PT e quer Lula novamente.

Amanhã, estaremos aqui para fazer o registro da candidatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E não adianta usar o *Jornal Nacional* da vida, a *Folha*, o *Estadão*, porque não vão fazer a cabeça do povo! Vocês estão fadados a tomar a



maior derrota nas urnas, a quinta! A maior, a mais pujante, a principal derrota da Direita neste País vai ser nas eleições de 2018, com Lula.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Celso Maldaner, eu gostaria de cumprimentar João Azevedo, candidato a Governador do Estado da Paraíba e que hoje está completando mais uma primavera. Envio a ele meus votos de sucesso.

Quero dizer que João fez muito pela Paraíba. Fez as maiores obras hídricas, tanto nos canais de transposição estaduais como também nas adutoras, fez o asfaltamento de vias e construiu escolas técnicas.

Deixo os meus parabéns a cada paraibano. Quero dizer que o nome dele é João e que está de parabéns no dia de hoje. Deixo o meu abraço e o abraço de todos os paraibanos a João Azevedo, nosso querido candidato a Governador do Estado da Paraíba.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner.

O SR. CELSO MALDANER (MDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, ocupo a tribuna para destacar algumas medidas provisórias importantes que foram votadas nos últimos dias, nesta Casa, como por exemplo a Medida Provisória nº 833, de 2018, que dá isenção de pedágio para todos os caminhões que andam sem carga e com o eixo suspenso. Finalmente foi atendida essa reivindicação, a exemplo também da MP que baixa o valor referente a COFINS e PIS/PASEP para 0,46 centavos. Acho que isso foi muito importante.

Quero destacar também a Medida Provisória nº 837, de 2018, sobre o pagamento de indenização ao policial rodoviário federal que trabalha no período de folga. Por exemplo, quem trabalhar 6 horas ganhará o valor de 420 reais; quem trabalhar 12 horas ganhará o valor de 900 reais. Acho que isso é muito importante, já que não sai o concurso público. Temos que valorizar os nossos policiais rodoviários federais.

Há também a Medida Provisória nº 838, de 2018, que dá subvenção econômica para o óleo diesel. Temos que votá-la urgentemente. Essa medida ainda não foi votada. Ela trata da venda e importação de óleo diesel de uso rodoviário, com um benefício de 30 centavos por litro, até 31 de dezembro, limitado pelo Poder Executivo ao montante de 9,5 bilhões de reais.

Temos que votar essa medida provisória até o dia 10 de outubro. É muito importante criarmos mais competitividade, inclusive no preço dos combustíveis.



Essas são medidas provisórias importantes. Algumas já foram aprovadas. Outras, a exemplo dessa última, temos que aprovar até o dia 10 de outubro.

Sei que o período eleitoral vai atrapalhar muito as votações aqui na Casa, mas nós não podemos nos esquecer dos compromissos que temos aqui, como Parlamentares, de votar o que for do interesse da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Nós é que agradecemos a V.Exa., Deputado Celso Maldaner.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Convido o nobre Deputado Geraldo Resende para fazer uso da palavra pelo tempo regimental de 3 minutos.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras — IDESF deve divulgar, na semana que vem, dados referentes à violência nos Municípios brasileiros de faixa de fronteira. Mais de 30 cidades foram pesquisadas, algumas delas no meu querido Mato Grosso do Sul. Meu Estado faz fronteira com o Paraguai e com a Bolívia, e grande parte dessa fronteira é seca. Une cidades irmãs, porém facilita práticas criminosas como o tráfico de armas e drogas e outros ilícitos.

O Brasil como um todo registra 24 homicídios para cada 100 mil habitantes. Essa média é bastante alta para um país que não está oficialmente em uma guerra. Porém, nos Municípios fronteiriços, os números são ainda mais preocupantes.

A cidade de Paranhos, em Mato Grosso do Sul, por exemplo, registra 110 homicídios para cada 100 mil habitantes; Coronel Sapucaia registra 67 homicídios para o mesmo valor de referência; e Ponta Porã, o dobro da média nacional, 68 por 100 mil habitantes.

Esses são alguns exemplos dos índices alarmantes de violência nas fronteiras do meu Estado, mas os números em outras cidades e regiões não são diferentes.

A falta de investimentos específicos nas fronteiras impede que essas localidades consigam enfrentar problemas peculiares. E a má qualidade dos serviços públicos e da infraestrutura e, acima de tudo, o pouco investimento em



inteligência para a segurança pública facilitam a prática criminosa em nossas fronteiras.

Um dos compromissos já assumidos pelo candidato do PSDB à Presidência da República, o ex-Governador Geraldo Alckmin, é a priorização de investimentos no Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, o SISFRON.

Há 2 anos venho alertando esta Casa sobre os sucessivos cortes de orçamento praticados contra a implantação do SISFRON. O projeto-piloto, instalado a partir da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Dourados, no Mato Grosso do Sul, para a validação do Sistema e sua ampliação para as demais regiões de fronteira deveria ter sido concluído no segundo semestre de 2015, mas tem previsão de conclusão somente no próximo ano.

O SISFRON foi concebido pelo Exército como projeto estratégico e instrumento de apoio operacional e foi elogiado por países como França, Reino Unido, Rússia, Estados Unidos e Espanha.

O SISFRON possibilitará às Forças Armadas estarem mais presentes na região de fronteira, faixa que compreende 27% do território nacional, abrangendo 710 Municípios, dos quais 122 cidades limítrofes, ou seja, de fronteira seca. Com isso, a vida do crime organizado ao longo dos 16.886 quilômetros de fronteira, sendo 7.363 quilômetros de linha seca e 9.523 quilômetros de rios, lagos e canais ficaria mais difícil.

O Sistema concebido para defender a fronteira do País e passou a contar, em 2017, com orçamento de 132,4 milhões de reais, em vez dos 285 milhões de reais do ano anterior. Os dados são de um levantamento feito pelo *site* de notícias UOL com base no Siga Brasil, o Sistema de Informações sobre o Orçamento Público



Federal, e foram coletados em fevereiro deste ano, tendo os valores sofrido atualização pela inflação no período.

A implantação do SISFRON começou em 2013 e abrange atualmente uma faixa de 650 quilômetros, no meu Estado. Isto equivale a somente 4% da fronteira do País. Inicialmente, a previsão era de que o Sistema funcionasse em toda a linha fronteira brasileira a partir de 2022, mas atualmente a estimativa é de que isso aconteça daqui a 17 anos, ou seja, em 2035. O custo da implantação do Sistema em toda a fronteira nacional está estimado em 11,9 bilhões de reais.

Além de inferiores na comparação com o valor efetivamente gasto no ano anterior, os 132,4 milhões de reais investidos no SISFRON ficaram bem abaixo do montante reservado pelo Governo no início de 2017, o valor conhecido como “dotação inicial”. Naquele ano, a gestão atual reservou 449,7 milhões de reais do Orçamento da União para a implantação do projeto, mas desembolsou somente os 132,4 milhões de reais, o equivalente a 29% do previsto. Cortes e contingenciamentos feitos pelo Governo levaram a essa redução. Em 2018, o valor reservado pelo Governo para o programa caiu para 391,5 milhões de reais, uma redução de 16% na comparação com o inicialmente previsto no ano passado.

Segundo a Organização das Nações Unidas, as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia formam o maior corredor de drogas e armas da América do Sul. É essencial mantermos as fronteiras sob vigilância. Precisamos aplicar tecnologia, com um sistema avançado que permita o monitoramento. O SISFRON inclui materiais e redes de sensoriamento, centrais de comando e controle, além de integração com sistemas da Polícia Federal e das polícias estaduais para garantir o fluxo de informações. Ele varre uma faixa de 150 quilômetros de largura na linha de fronteira.



Neste ano, o programa deverá ser levado para 1.950 quilômetros de faixa de fronteira nos Estados do Paraná e de Mato Grosso. Ou os estados que fazem fronteira recebem especial atenção do Governo Federal no combate a esses crimes, com prioridade aos Estados com fronteira seca com países historicamente conhecidos pela produção de drogas e frouxidão da fiscalização do tráfico de armas ilegais, ou continuaremos a ter números de homicídios como os que foram apresentados nesta pesquisa.

Sr. Presidente, é importante que tenhamos um olhar mais apurado para os Estados de fronteira, porque aquilo que acontece nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, ou mesmo nas cidades interioranas, tem como pano de fundo as fronteiras porosas do meu Estado e de outros Estados fronteiriços, já que as armas, as drogas e vários outros ilícitos acontecem na fronteira do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Muito bem, Deputado. Defiro de ofício a divulgação do seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Tem a palavra, por 1 minuto, a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, hoje também participei da Marcha Nacional Lula Livre. Uma multidão, dividida em três colunas, está representando mais de 20 Estados. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma parte dos que estarão conosco amanhã para o registro do Lula como candidato à Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores.

O povo está se manifestando, principalmente o trabalhador e a trabalhadora rural, porque sabe que o Brasil voltou para o Mapa da Fome, sabe que hoje o salário está reduzido e, portanto, a fome bate também às portas daqueles que estão produzindo.

Fica o meu registro aqui.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Está registrado.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Gostaria de conceder a palavra ao Deputado Heitor Schuch.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente André Amaral, na pessoa de quem saúdo, por extensão, todos os colegas Deputados e Deputadas, estimado povo brasileiro, depois de 11 anos, temos uma nova fotografia da realidade do campo brasileiro. O IBGE fez o trabalho de coleta de dados, cujos resultados agora nos são apresentados e nos causam muito espanto em algumas situações em especial.

Primeiro, há a indicação de avanço tecnológico e de avanço de produtividade — é lógico, nenhuma novidade. Mas, paralelamente a isso, estamos verificando um enorme envelhecimento dos produtores, dos agricultores deste País. Cada vez mais os jovens estão abandonando o meio rural, e o uso de agrotóxicos é crescente.

Esse é o retrato do Brasil levantado pelo IBGE. Não é algo dito por este que vos fala, nem por um Deputado, Senador ou Vereador; não, são dados oficiais do IBGE, que certamente vão ser base de estudo para os próximos 10 anos.

No Rio Grande do Sul, em especial, a realidade não é diferente. Nós tínhamos 441 mil pequenas propriedades; agora, esse número baixou para 365 mil. Perdemos 248 mil pessoas, uma redução drástica. Por outro lado, estamos verificando um aumento na concentração de terra.

Além disso, há um fluxo migratório muito significativo: há mais gente saindo do Estado do que entrando nele. Estamos, portanto, exportando gente para outros Estados.



Houve avanço tecnológico, mas não chegou para todos. Nas 365 mil propriedades gaúchas que restam, 214 mil ainda não têm acesso à Internet. Têm e-mail apenas 10% dos proprietários.

E pasmem, senhores: o que chama mais atenção ainda é o fato de que a extensão rural está muito mais distante do que nós imaginávamos. Dão conta os números de que 49% das famílias não têm acesso à assistência técnica.

Queria levantar aqui também ainda um número, Sr. Presidente, que diz respeito ao aumento do percentual de pessoas com mais de 65 anos de idade. O Estado está, portanto, com uma população cada vez mais idosa, enquanto o número de jovens, de outro lado, diminui expressivamente.

Para concluir, falo do avanço do uso de agrotóxicos, que é motivo de muita preocupação. Nos últimos 11 anos, o uso aumentou 20% no País, e a realidade no Rio Grande do Sul não é diferente.

Diante disso, fica aqui este registro nosso, com base nesses dados do IBGE, nesse levantamento oficial. Precisamos assumir o compromisso, como Parlamento, como Governo, de olhar para o público da agricultura familiar. Precisamos retomar o Ministério de Desenvolvimento Agrário, os programas de Governo, como o PRONAF e os programas de crédito fundiário, de extensão técnica e extensão rural, de crédito rural. Precisamos fazer uma revisão do MERCOSUL, com essas importações que estão empobrecendo a nossa gente.

Portanto, fica aqui o nosso registro, o nosso apelo, porque o setor da agricultura familiar precisa, urgentemente, de ajuda do Governo.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos acompanha através dos meios de comunicação desta Casa, depois de 11 anos o País volta a conhecer a realidade no campo por meio do Censo Agro 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Os resultados indicam avanço de tecnologia e de produtividade, mas também mostram dados preocupantes: o envelhecimento dos produtores, o número cada vez menor de jovens na lida e o uso crescente de agrotóxicos.

No Rio Grande do Sul, pela primeira vez um censo agropecuário indicou menos de 1 milhão de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários. Em 11 anos o meio rural gaúcho perdeu mais de 248 mil trabalhadores, cerca de 20% no total. Em 2006, o número de propriedades rurais no Estado era de 441.000; já em 2017, o número de propriedades cai para 365.052, ou seja, ocorreu uma concentração. Os que não conseguiram mais tirar o sustento de suas terras acabaram as vendendo e migrando para o meio urbano.

Além disso, o Rio Grande do Sul é um dos Estados que têm um fluxo migratório negativo, ou seja, há mais gente que vai embora do Estado do que gente indo morar lá. As projeções do IBGE indicam que o Estado continuará a exportar gente nas próximas décadas; em 2060, serão 384 mil pessoas a menos do que em 2018.

Apesar de o Censo Agro ter mostrado um avanço tecnológico, essa tecnologia ainda não chegou a muitos lugares: das pouco mais de 365 mil propriedades gaúchas, 214 mil não têm acesso à Internet e 330 mil não possuem e-mail. Se o acesso à Internet está complicado, a Assistência Técnica e Extensão



Rural não fica atrás: 49% das famílias rurais não têm acesso a assistência técnica, e essa porcentagem piora nas famílias com até 10 hectares, chegando a 65%.

Foram visitados 5,07 milhões de estabelecimento em todo o País, sendo 365 mil só no Estado do Rio Grande do Sul. Embora o Censo Agro 2017 tenha mostrado um aumento no percentual de mulheres na labuta, a maioria dos produtores continua sendo composta por homens, inclusive no Estado. Em relação ao nível de educação a situação melhorou, mas ainda é preocupante, sendo que a maior parte dos entrevistados sequer concluiu o ensino médio.

Outro dado preocupante é o aumento do percentual de produtores com mais de 65 anos, que, no Estado, passou de 17,5% para 23,1%, um aumento de 5,6% na população idosa que atua no campo, enquanto a quantidade de jovens diminuiu de 1,9% para 1,2% na faixa etária de até 25 anos. Estes dados confirmam o que já se via na prática e amplia a incerteza da sucessão rural. Em 20 anos, estima-se que os idosos possam ser maioria.

Nas próximas décadas o envelhecimento da população brasileira se fará sentir cada vez com mais intensidade. Até 2060, um quarto da população deverá ter mais de 65 anos, e o País já terá mais idosos que crianças. O Rio Grande do Sul será o primeiro Estado a ter mais idosos que jovens, já em 2029.

O avanço no uso de agrotóxicos também é um motivo de preocupação: nos últimos 11 anos, aumentou 20,4% no País. Em 2006, data do penúltimo Censo Agro realizado, 62% das unidades do Rio Grande do Sul faziam uso de agrotóxico; o percentual chegou a 70,3% em 2017, ano do último Censo Agro.

Estes dados, senhoras e senhores, são de extrema preocupação. Precisamos fazer algo para tornar o campo mais atrativo para os nossos jovens, investir em



políticas públicas para que o campo não envelheça, para que o acesso à tecnologia chegue para todos e para que possamos produzir mais e melhor sem agredir o meio em que vivemos.

Lembro: *“Se o agricultor não planta, a cidade não almoça e não janta”*.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja dado como lido e encaminhado à publicação nos órgãos de comunicação desta Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer a comunicação importante de que hoje se deu entrada no TRE do Acre no registro da chapa majoritária da Frente Popular.

A Frente Popular governa o Acre já há cinco mandatos e agora inicia um novo ciclo com uma nova geração, capitaneada pelo ex-Prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre. Ele foi Prefeito por dois mandatos e foi Secretário de Estado nos Governos de Jorge Viana, de Binho Marques e de Tião Viana. Marcus Alexandre está preparadíssimo para enfrentar os desafios do Acre no próximo período. Junto com a candidatura dele, também foram registradas as candidaturas dos nossos dois candidatos ao Senado: Jorge Viana, que será, de maneira muito honrosa, reeleito Senador do Acre, e também o Presidente da Assembleia, Ney Amorim.

Gostaria de pedir o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Vamos à luta e vamos à vitória nesta eleição tão importante.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Concedo a palavra ao Deputado Paulão, pelo tempo regimental de 3 minutos.

O SR. PAULÃO (PT-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria parabenizar todos os movimentos sociais e de uma forma especial o MST, que vem se organizando em todo o Brasil, inclusive na Região Nordeste.

Quero destacar a liderança de Débora, de Zé Roberto e do companheiro Marco Antonio, conhecido como Marrom, do movimento Via do Trabalho. Eles já estão em Brasília, nessa caminhada cívica importante em defesa da democracia.

Deputado Jorge Solla, V.Exa. com muita veemência fez um discurso aqui que temos que começar a reproduzir, sim, sobre o corte que está sendo dado no Estado Democrático de Direito.

O ex-Diretor da Polícia Federal, que deveria ter uma postura de obedecer à lei, pelo contrário, só denuncia que foi pressionado. Era mister da sua função liberar o Presidente Lula, mas ele não teve altivez para isso. Dentro da hierarquia, ele ficou submisso ao Poder Judiciário e ao Ministério Público Federal, quando ele teria autonomia, sim, para liberar o Presidente Lula.

Aliás, os juristas internacionais mais consagrados consideram Lula um preso político. E nós verificamos a farsa do ex-Diretor da Polícia Federal e a interferência do Desembargador do TRF-4, o Desembargador Gebran, que explicita em redes sociais que não obedeceu à lei. E a pergunta que não quer calar é: qual será a posição do CNJ? O Conselho Nacional de Justiça vai se apequenar, vai baixar a cabeça? A mesma pergunta vale para o Ministério Público Federal com relação a sua procuradora.



Houve uma articulação de parte da PF, de parte do Poder Judiciário e de parte do Ministério Público Federal, que não querem que a democracia seja estabelecida, porque eles sabem que o ronco e o calor das ruas colocam Lula em primeiro lugar, principalmente na Região Nordeste.

O atual Presidente golpista Temer tem uma rejeição de 97%, Deputado Bohn Gass. E é por isso que existe medo na elite e de em parte acovardada desta Casa, que, se tivesse uma postura democrática, estaria defendendo a Constituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Muito bem, Deputado Paulão.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Para ser justo e democrático com todos, concederei a palavra a dois Deputados, pelo tempo regimental de 3 minutos, em seguida o Deputado Wilson Filho, que tem voo marcado, e nós voltaremos ao tempo regimental de 3 minutos, para que todos possam falar e seguir com sua agenda.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass, para fazer uso da palavra pelo tempo regimental de 3 minutos.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, Deputado André Amaral.

Sindicato patronal obtém verba por decreto. Que decreto é esse? O decreto do Temer: Decreto nº 9.274, de 1º de fevereiro de 2018. Mas de onde é que ele tira esse dinheiro para financiar sindicato patronal? Do SENAR. E o que é o SENAR? É o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, que tem por objetivo organizar, administrar e executar, no território nacional, o ensino da formação profissional rural, a promoção social e a assistência técnica e gerencial aos trabalhadores rurais em centros instalados e mantidos pelo SENAR ou sob a forma de cooperação.

O que o Temer faz? Para agradar à CNA, a confederação de fazendeiros e dos grandes proprietários, ou à Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul — FARSUL, composta pelos grandes proprietários do Rio Grande do Sul, e também aos sindicatos patronais, ele pega o dinheiro da educação e formação do agricultor para financiar e patrocinar os sindicatos patronais.

Veja bem, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais — CONTAG e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura — FETAG, que estão com a base dos agricultores familiares, não receberão esse recurso, só a patronal.



Então o que eu posso concluir? Que o Temer está pagando uma conta de quem fez o golpe aqui. Ele está pagando essa conta. O Sistema S não pode ser usado para financiar entidade patronal. Aqui está o erro desse decreto.

Eu protocolei hoje um PDC, um projeto de decreto legislativo, para sustar esse decreto. Vocês podem acessá-lo. É o PDC nº 1.024, que acabei de protocolar.

Esse decreto, senhores, tira o dinheiro da educação para os nossos agricultores para colocá-lo no financiamento do sindicato patronal, dos ricos deste País. Isso é deturpar o Sistema S! Isso é pagar uma conta do golpe e impedir, afastar a educação, formação e capacitação do nosso agricultor. É inadmissível esse decreto!

Portanto, nós temos que trabalhar aqui para derrubá-lo. E a única forma de fazê-lo é com esse PDC que nós apresentamos aqui.

Eu quero insistir nisso. O Temer está destruindo, deturpando o Sistema S, nesse caso específico do SENAR, ao financiar as entidades patronais, destruindo as demais, que é o que eles querem.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o nosso pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Determino que seu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, conforme o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana, lembrando que, depois, pelo acordo que fizemos aqui, concederei a palavra ao Deputado Wilson Filho, já no Grande Expediente, e, em seguida, retornaremos às comunicações de 3 minutos.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputada Benedita da Silva, eu quero usar esta tribuna para fazer uma homenagem ao clube negro da cidade de Jaguarão, o Clube 24 de Agosto, que vai completar 100 anos no próximo dia 24 de agosto.

Esse clube negro de Jaguarão, que é um patrimônio cultural tombado do nosso País, está ainda hoje funcionando e promovendo atividades de debate, de recreação, sob a Presidência do Seu Madruga. O clube foi estruturado como um espaço de debate, de reflexão e de enfrentamento naquele momento, 100 anos atrás — em 1918, portanto —, para garantir um espaço real de convívio para a comunidade negra de Jaguarão.

Eu conheço o Clube 24 de Agosto. Estive lá muitas vezes. Conheço o Seu Madruga e quero prestar esta homenagem, ressaltando o nome dos dois fundadores: o Sr. Malaquia de Oliveira e o Sr. Theodoro Rodrigues.

Ao nosso clube, então, que comemora os seus 100 anos, o que nós desejamos é que ele tenha muitos e muitos anos para servir à cultura de Jaguarão, para servir como um espaço de convívio, um espaço que continue ensinando a todos nós brasileiros que a discriminação racial, a escravidão, algo que este País já viveu mais intensamente na sua história mas que ainda vive hoje, deve ser sempre enfrentada.



Neste momento em que um candidato a Vice-Presidente da República, o General Mourão, da chapa de Jair Bolsonaro, chega ao absurdo de dizer que a participação do povo negro na construção da sociedade brasileira é um sinal de malandragem, nós temos que, aqui desta tribuna, ao homenagear os 100 anos de história do Clube 24 de Agosto, dizer também que Bolsonaro e Mourão não devem chegar à Presidência da República, porque o País não quer voltar aos tempos da discriminação, da escravidão e do desrespeito ao povo negro, que tem um papel importantíssimo na construção do povo brasileiro e da brasilidade.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Concedo a palavra ao Deputado Marcon, por 1 minuto.

O SR. MARCON (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só quero deixar registrado o meu discurso.

Hoje participei, aqui em Brasília, da chegada das três colunas da Marcha Lula Livre, Lula Inocente, que conta com a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. E o grande apoio que elas receberam por onde cruzaram deixa crer que a Justiça tem que fazer justiça.

Amanhã, vai acontecer um grande ato em frente ao TRE, em Brasília, no registro de quem tem 60% dos votos válidos. Sem Lula, a eleição é fraude.

Gostaria que meu discurso fosse registrado no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Será devidamente registrado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados e servidores desta Casa, nesta terça-feira, 14 de agosto, o povo brasileiro se une mais uma vez em nome do nosso Presidente Lula, em nome da sua liberdade e em nome da democracia. E é por esse sentimento que três colunas chegaram à Brasília depois de marcharem por muitos quilômetros, desde o último dia 10.

O povo já mostrou sua vontade, que é ser representado pelo Presidente Lula. Milhares de nossos companheiros marcharam não só por Lula, mas também pela volta da democracia ao nosso País, que sofre nas mãos desta burguesia elitista e corrupta que tomou o poder e não se importa com o pobre e seus direitos.



Amanhã, dia 15 de agosto, seremos milhares na frente do Tribunal Superior Eleitoral para registrar a candidatura de Lula à Presidência.

O Brasil já decidiu: eleição sem Lula é fraude. Hoje foi apenas mais um dia em que o povo mostrou sua escolha: Lula livre e Lula Presidente.

Peço a todos que não deixem de participar, venham construir conosco um Brasil feliz de novo.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Passa-se ao

V - GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilson Filho.



O SR. WILSON FILHO (Bloco/PTB-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado André Amaral, companheiro, colega, conterrâneo paraibano, é um prazer tê-lo como Presidente; Deputado Léo de Brito, que fez um extraordinário trabalho à frente da Presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, o qual eu sucedi na Presidência da Comissão ano passado, voltar ao Grande Expediente para mim é muito importante, principalmente porque este pode ser, Deputado Zé Geraldo, um dos meus últimos discursos como Deputado Federal no Grande Expediente, já que na próxima eleição eu me candidatarei a Deputado Estadual, para ficar mais próximo do dia a dia do meu Estado da Paraíba.

Sr. Presidente, eu peço que o meu tempo no Grande Expediente seja estabelecido.

Eu aproveito esta oportunidade para dizer aos nobres colegas Parlamentares, aos paraibanos que nos assistem e nos escutam tudo aquilo que consegui levar à Paraíba como Deputado Federal nesses 7 anos e meio.

Ninguém aqui fez favor a ninguém. Ninguém aqui fez além da sua obrigação. É nosso dever, nossa responsabilidade dar o nosso máximo. É nossa responsabilidade fazer pelo nosso Estado aquilo que nós prometemos.

É um contrassenso muito grande mesmo numa época de política, em que muitos estão em cada um dos Estados brasileiros prometendo trabalhar no futuro, os que já são Deputados não estarem aqui. Então eu parablenizo todos os Parlamentares que aqui estão, nesta terça-feira previamente marcada, trabalhando como Deputados Federais, já mandatários. Se nós temos o dever de trabalhar agora, seria uma hipocrisia muito grande prometer trabalhar no futuro e não



estarmos todos aqui. Então os Parlamentares que aqui estão merecem os nossos parabéns.

Presidente Leo de Brito, eu gostaria de dizer que para mim foi uma alegria extraordinária, imensa, um orgulho muito grande ter chegado a esta Casa aos 21 anos de idade recém-completos e ter recebido um Maracanã lotado de confiança, torcida e voto na urna na minha primeira eleição, em 2010, e ter repetido isso na minha segunda eleição, em 2014. Cerca de 100 mil paraibanos confiaram a mim o seu voto e o trabalho de representar um Estado tão sofrido, tão necessitado, mas de pessoas tão guerreiras, tão honestas e tão trabalhadoras.

A Paraíba é um Estado que orgulha qualquer paraibano, porque contém riquezas de espírito, alma e povo de ponta a ponta de seu território. De João Pessoa ao Sertão, do Sertão à capital nós temos extraordinários exemplos de vitória, de sucesso, de superação e de conquistas e muita tradição. Por isso, eu tenho orgulho de ser paraibano e estar aqui no meu segundo mandato como Deputado Federal.

Eu completei 29 anos de idade na última semana, no dia 10 de agosto. Na maioria das missões que assumi, eu fui o mais jovem Parlamentar.

Deputado José Airton, eu fui o membro mais jovem da Comissão de Constituição e Justiça. Aos 22 anos de idade, tornei-me Presidente da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. Pude ser Presidente, como já disse, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, uma das principais Comissões desta Casa. Sou Presidente de várias Frentes Parlamentares. E a mais importante delas — eu acho — é a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Estados do Nordeste. Sou pela quarta vez Coordenador da



bancada federal da Paraíba, meu Estado, e pude sê-lo lá atrás, aos 23 anos de idade.

É uma bancada que contém 12 Deputados Federais e 3 Senadores. São ex-Governadores, Deputados de vários mandatos, com várias funções importantes. E eles me colocaram como Coordenador porque entenderam que, apesar da idade jovem, nós já acumulamos uma maturidade que certamente a nos ajudou a fazer tanto pela Paraíba.

Não foi pouco! Nós apresentamos, durante esse tempo, Deputada Benedita, mais de 1.300 proposições na Câmara. De longe — de longe! — nós fomos o Deputado, pelo menos do meu Estado, a Paraíba, que mais apresentou proposições na história deste Parlamento.

Eu pude, até agora, encaminhar para o meu Estado mais de 700 milhões de reais em obras. São quase 100 milhões de reais por ano. Isso é muita coisa! Pode ser que, para o Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Estados mais ricos, isso não represente quase nada. Mas cada centavo levado não caiu do céu.

Foi, de forma suada, indo várias vezes ao mesmo Ministério para fazer o mesmo pleito, que conseguimos cada centavo para construir uma nova escola, para construir uma nova creche, para construir um novo hospital; para calçar uma rua que era só poeira e lama, para levar um campo de esporte aonde nem oportunidade de esporte havia. Isso para mim é muito importante.

Na verdade, Deputado Jorge Solla, uma das pouquíssimas partes ainda importantes da política é podermos andar pelo nosso Estado de cabeça erguida e, lá no nosso íntimo, dizer que aquele calçamento fomos nós que conseguimos; que aquela praça de eventos fomos nós que alcançamos; que aquele asfalto só existe



graças a nosso esforço; que aquele avanço na educação, aquele curso de qualificação profissional, tudo aquilo que levamos para o nosso Estado fará parte de um legado que nós deixaremos para aqueles que, porventura, possam um dia ler sobre a nossa história.

Então eu tenho orgulho de cada centavo desses mais de 700 milhões de reais que consegui. De João Pessoa ao Sertão, a Paraíba tem 223 Municípios. São quase 4 milhões de paraibanos e paraibanas. Com 223 cidades, a Paraíba passa a ter um número maior de cidades do que Estados que têm uma população bem maior, como, por exemplo, Rio de Janeiro, Ceará, Maranhão. Para se ter uma ideia, a Paraíba tem quase a mesma quantidade de cidades que Goiás, que certamente tem duas, três, quatro vezes o tamanho do nosso Estado nordestino.

Como temos mais cidades, temos mais necessidades. Cada uma dessas cidades tem uma necessidade diferente. A maioria delas sofre muito com a seca. A Paraíba foi o Estado do Nordeste e consequentemente o Estado do Brasil que mais sofreu com a seca. E esta é a maior seca da história da nossa região. Os outros Estados nordestinos sofreram muito, mas a Paraíba é o Estado no Brasil que detém o menor nível, o menor índice, a menor quantidade de água acumulada em reservatórios do País inteiro. Isso faz com que o nosso Estado tenha sofrido um pouquinho mais.

Por 6 anos, a Paraíba sobreviveu de carros-pipa. E nós conseguimos ter os nossos avanços e dar a nossa contribuição em relação a muitos recursos para conquistar e para construir reservatórios de água, açudes novos, adutoras novas, para contribuir com o terceiro eixo da transposição pelo Vale do Piancó. Como Coordenador da banca federal paraibana, ao lado dos outros Parlamentares,



conseguimos quase 30 milhões de reais para dar o pontapé inicial a tudo isso, com o foco e a cobrança pela chegada do eixo leste, com a cobrança pela chegada do eixo norte, que vai fazer com que as pessoas possam sonhar em sentir o cheiro, o gosto das águas do Velho Chico. Muita gente precisa dessa tão sonhada água, porque nem água para beber tem.

Outras necessidades são várias. Na saúde, todos os Estados do Brasil sofrem, e a nossa meta sempre será diminuir um pouquinho deste sofrimento. É por isso que eu me tornei na Paraíba o Deputado que mais colocou recursos para os hospitais do nosso Estado. Eu tenho muito orgulho desse título, sem nenhuma vaidade, porque eu acho que nós todos devemos ter essa obrigação.

Não é porque 50% das emendas parlamentares têm que ser obrigatoriamente voltadas, Deputado Marcondes Gadelha, sertanejo como eu, para a saúde que nós temos que apenas aquilo mandar para a saúde dos nossos Estados.

Nós colocamos recursos para o Hospital Metropolitano de Santa Rita, nós colocamos recursos para que o Hospital Regional de Sousa possa receber a sua nova ala infantil. O Hospital Regional de Cajazeiras receberá mais de 3 milhões de reais para a compra de um novo tomógrafo e para várias outras ações e equipamentos. Os hospitais de Picuí, de Guarabira, de Queimadas, de Campina Grande, de Patos, do Aguiar, de Itaporanga, de Catolé do Rocha —serão 13 hospitais — receberão, nos próximos dias, equipamentos de um recurso conquistado por nós de quase 20 milhões de reais.

O Hospital Arlinda Marques, em João Pessoa; o Hospital Napoleão Laureano; o Hospital São Vicente de Paulo; o Hospital Trauminha, de Mangabeira — o Ortotrauma, de Mangabeira, também na Capital, João Pessoa; o Hospital Santa



Isabel, que recebeu, no início deste ano, a virtude de instalar o primeiro centro de hemodiálise da capital, graças a 500 mil reais do nosso mandato.

Então esta ação de ajudar a saúde, Deputado José Airton Cirilo, na minha opinião, tem que ser prioritária para qualquer um de nós.

O Sr. José Airton Cirilo - Queria um aparte de V.Exa.

O SR. WILSON FILHO - Claro, Deputado.

O Sr. José Airton Cirilo - Meu caro e ilustre Deputado Wilson Filho, queria primeiramente cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelo trabalho extraordinário que V.Exa. vem desenvolvendo. Eu já fui Coordenador da bancada do Ceará, e acompanhamos a sua atuação como Parlamentar em defesa da nossa Região, do Nordeste, particularmente da Paraíba. Eu tenho o prazer, a alegria e a honra de ter familiares, irmãs, que moram em Campina Grande; sobrinhos e sobrinhas que moram em João Pessoa e Campina Grande; tenho quatro irmãs casadas com quatro paraibanos; então é uma relação forte. Portanto, eu queria dar o testemunho deste trabalho de muita dedicação, de muito compromisso, que V.Exa. tem tido durante este mandato, sucedendo o trabalho que seu pai exerceu aqui como Parlamentar — um ilustre Parlamentar que eu tive, também, o privilégio de conhecer e com quem construí uma amizade. Portanto, nós temos esta missão de ajudar, de servir, e eu, particularmente, como V.Exa., também tenho procurado ajudar muito a área da saúde, porque é a área mais sensível, mais carente, mais necessitada. Também tenho procurado ajudar na questão da estiagem. O Nordeste padece dessa estiagem muito séria, muito grave. Estive recentemente no DNOCS, que é um órgão muito importante e estratégico para nossa região e infelizmente sofreu e vem sofrendo um processo de esvaziamento. Nós vamos continuar lutando aqui nesta



Casa para que nossa região possa ser reconhecida como uma região importante, que é não o problema, mas a solução do País, como dizia nosso Presidente Lula. Por isso, eu quero aqui saudar e felicitar V.Exa. Vamos continuar esse trabalho, inclusive lutando para a implantação da região do Semiárido do Nordeste, que é uma das conquistas importantes que nós precisamos ter: uma ZPE. Precisamos criar uma zona franca na região do Semiárido, para que possamos contribuir com o desenvolvimento da nossa região. Por isso, eu quero parabenizar V.Exa. e lhe desejar muita felicidade. Que Deus o abençoe e acompanhe! Sucesso nessa sua caminhada! Parabéns! V. Exa. é muito jovem e tem um futuro brilhante pela frente. Parabéns!

O SR. WILSON FILHO - Obrigado, Deputado José Airton Cirilo. Acho que a nossa missão, como representantes dos Estados nordestinos, é exatamente essa. E não pode ser uma representação apenas prioritária por qualquer região. Nós representamos Estados necessitados em todas as suas regiões: é a Paraíba, é o seu Ceará. É por isso que a nossa defesa do Sertão é tão carinhosa, e eu pude contar com a presença de V.Exa. na cidade de Cajazeiras, no Alto Sertão paraibano, no momento em que lá nós estávamos fazendo um grande debate — assim como até no dia de hoje ainda fizemos e fazemos — em defesa da Zona Franca do Semiárido Nordestino, que vai revolucionar a economia da Paraíba, do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e de todos os Estados do Nordeste, porque vai dar oportunidade.

O mais importante para qualquer paraibano, qualquer nordestino, é o acesso à oportunidade. É ela que diferencia se você tem uma carreira de dificuldades ou uma carreira de sucesso. A maioria dos nossos conterrâneos nordestinos não tem



acesso a essa famosa oportunidade. E é isso que vai ser o grande diferencial da Zona Franca do Semiárido Nordestino, que vai possibilitar a diminuição dos impostos, a isenção de impostos, na maioria das cidades. E eu tenho certeza de que vai, com a chegada indústrias, fábricas e empresas, possibilitar que trabalho, renda, emprego e oportunidades apareçam.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2011, de nossa autoria, tem no apoio de V.Exa. uma grande base para que ela possa, se Deus quiser, ser aprovada nesta Casa.

O Sr. Marcondes Gadelha - Nobre Deputado Wilson Filho, V.Exa. me permite uma intervenção?

O SR. WILSON FILHO - Sim, Deputado Marcondes Gadelha.

O Sr. Marcondes Gadelha - Deputado Wilson Filho, eu quero consignar o preito da minha admiração, do meu respeito, pelo trabalho de V.Exa., pela sua operosidade, pela sua determinação em cumprir com fidelidade o mandato que o povo paraibano lhe outorgou. V.Exa., apesar de jovem, já tem uma história marcante nesta Casa. V.Exa. se desdobrou em todos os campos da atividade parlamentar, nas Comissões, no plenário, em todos os foros a seu dispor, sempre com talento, sempre com o espírito público, sempre com dedicação. O cenário nacional vai perder um representante exemplar, mas a Paraíba ganha o brilho do seu talento, da sua coragem, e o fulgor da sua inteligência. Que Deus o ilumine sempre e o acompanhe, Deputado Wilson Filho!

O SR. WILSON FILHO - Obrigado, Senador Marcondes Gadelha. Com certeza, receber um elogio de V.Exa. é um marco na vida de qualquer jovem que



tenta construir a sua vida a passos curtos, a passos pensados, a passos planejados.

Eu só tenho a lhe agradecer.

Na verdade, aquilo que nós fizemos durante esse tempo, Sr. Presidente, é exatamente o que me deixa mais orgulhoso. Eu preparei uma prestação de contas para todas as regiões do nosso Estado. Para a capital João Pessoa, nós apresentamos quase 170 milhões de reais. Nunca um Deputado Federal sem ter sido Prefeito, sem ter sido Governador, teve a oportunidade de ajudar tanto uma cidade. Tão somente para a maior obra de mobilidade urbana da história da Paraíba, serão 150 milhões de reais para a terceira faixa da BR-230, ligando Cabedelo a Oitizeiro, um dos bairros da nossa capital, sendo um marco na mobilidade urbana da Grande João Pessoa e que passa pela construção de 13 novos viadutos, 14 novas passarelas, ciclovias, e uma terceira faixa que vai beneficiar toda uma população de mais de 1,5 milhão de pessoas. Eu tenho certeza de que essa será uma das grandes obras. Se eu conseguir chegar à idade que eu almejo, a terceira idade, eu ainda estarei lembrando e agradecendo a Deus pela oportunidade que me deu de ter sido parceiro dessa grande obra.

Os recursos possibilitarão ajuda a hospitais, como eu sempre disse: Hospital Napoleão Laureano, Hospital São Vicente de Paulo, Hospital Santa Isabel, Hospital Arlinda Marques, Hospital Ortotrauma, de Mangabeira, e tantos outros que certamente ajudam a salvar vidas diariamente no nosso Estado e na nossa capital.

Há várias ações envolvendo o enfrentamento às drogas. Como eu já disse, são quase 170 milhões de reais. Para a Grande Campina Grande, são mais de 27 milhões de reais. Para a região da Grande Cajazeiras, do Alto Sertão da Paraíba, uma região a mais de 5 horas de distância de carro, foram mais de 150 milhões de



reais para obras diversas e, principalmente, Deputado José Airton, para ajudar a fazer com que o sertanejo tenha acesso a água de qualidade.

Este foi o grande legado, se eu posso chamar assim, do nosso mandato como Deputado Federal: cerca de 150 milhões de reais só para a região de Cajazeiras.

Para a região da Grande Sousa, composta de nove cidades apenas, polarizada pela cidade de Sousa, nós já conseguimos quase 30 milhões de reais. Só para a cidade de Sousa, em 1 ano e 7 meses, são mais de 24 milhões de reais, e as outras cidades, que são menores, têm necessidades tão importantes quanto Sousa, mas, certamente, o recurso chegou a quase 30 milhões de reais. No Vale do Piancó, foram mais de 30 milhões de reais; na microrregião de Itabaiana, quase 7 milhões de reais; na microrregião da Serra do Teixeira, mais de 3,5 milhões de reais; na microrregião de Patos, mais de 7,5 milhões de reais; na região de Esperança, quase 10 milhões de reais; na região de Guarabira, do Brejo Paraibano, quase 15 milhões de reais; na Zona da Mata, quase 10 milhões de reais; no Cariri oriental e ocidental, mais de 12 milhões de reais; na região do Curimataú e Seridó, mais de 14 milhões de reais; na região do Catolé do Rocha, quase 3 milhões de reais, e no litoral norte e sul, mais de 11 milhões de reais.

Sr. Presidente, claro que existem cidades que não estão nessas áreas. Na Paraíba há 12 Deputados Federais. Obviamente um Deputado apenas não conseguiria. Por mais esforçado, por mais dedicado que fosse, jamais conseguiria ajudar todas as 223 cidades, porque senão não precisaríamos de 12 Deputados, e sim, de apenas um. Mas eu pude fazer ou tentar fazer o meu melhor.



Foram mais de 700 milhões de reais de obras para quase 190 destas cidades. Para cada uma delas, uma conquista relevante. Para cada uma delas, a vontade de ajudar ainda maior do que a própria conquista.

Eu tenho certeza de que posso andar pelo Estado de cabeça erguida, Sr. Presidente, porque cumprimos o nosso objetivo, cumprimos a nossa promessa de trabalhar, cumprimos o nosso dever, porque aqui, como eu já disse, ninguém está fazendo favor a ninguém. Mas, obviamente, cada um pode fazer um pouquinho mais, esforçar-se.

Eu sempre comparo, Deputado, Senador Fraga, o mandato, seja qual for, de Vereador a Presidente da República, a um curso de faculdade. Você pode levá-lo nas coxas, você pode apenas cumprir o horário, você pode apenas vir e votar, ou você pode se dedicar e surpreender aqueles que esperavam pouco de você. E você pode retribuir àqueles que torciam para que o seu trabalho fosse satisfatório.

É nessa linha que eu tenho trabalhado. Eu fui colocado aqui por cerca de 100 mil paraibanos, mas, desde o primeiro dia do meu mandato, lá em 2011, eu tenho a plena convicção que o meu dever é representar quase 4 milhões de paraibanos e paraibanas.

E é por isso que muitas dessas cidades que eu ajudei, é por isso que muitas dessas regiões que eu ajudei, nunca votaram em mim, nunca me ajudaram politicamente, eleitoralmente. Mas eu tive a oportunidade de ajudar. Se eu tivesse a oportunidade de ajudar e não ajudasse, optasse por não dar a mão, por não contribuir com o desenvolvimento do nosso Estado, eu seria uma pessoa de imenso egoísmo, eu seria um verdadeiro egoísta.



E, se aqui nós tivermos a oportunidade de ajudar qualquer uma das nossas regiões, qualquer um dos lugares do nosso Estado, qualquer cantinho da nossa região que representamos, será sempre um presente de Deus.

Então, Sr. Presidente, eu agradeço. Agradeço o companheirismo de cada um dos colegas Parlamentares, agradeço a oportunidade de poder falar neste Grande Expediente e poder dizer que para mim foi uma honra participar desta Casa, foi uma honra ser Deputado Federal pelo meu Estado.

E eu sempre lembrarei as boas coisas, os dias de trabalho, e sempre levarei para quem me perguntar a ideia de que Deputado Federal trabalha, e trabalha muito, porque aqui, como em qualquer outra profissão, existem bons Deputados também, existem bons políticos também.

Sr. Presidente, peço que a minha fala seja registrada nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Quero parabenizar o Deputado Wilson Filho pelo brilhante trabalho. Nós estivemos juntos na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. E agora, quando vai para esse novo desafio, eu desejo sucesso a esse ilustre Deputado do querido Estado da Paraíba.

Durante o discurso do Sr. Wilson Filho, o Sr. André Amaral, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Leo de Brito, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Tem a palavra o Deputado Rocha, por 1 minuto.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer aqui, em nome dos brasileiros de bem deste País, o registro do nosso repúdio à ação de pouco mais de duas dezenas de desocupados que se deslocaram até Brasília — ou que são de Brasília mesmo — para atrapalhar o trânsito da cidade, numa tentativa insana de transformar um criminoso condenado pela Justiça brasileira, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, em santo.

Na verdade, o povo brasileiro sabe que foi durante os Governos Lula e Dilma que os maiores escândalos de corrupção aconteceram neste País. E não dá para meia dúzia de desocupados virem aqui a Brasília para bagunçar o trânsito, para prejudicar a vida daqueles brasileiros que querem trabalhar. Não são trabalhadores, porque trabalhador não vem numa terça-feira fechar ruas, fazer baderna, fazer algazarra. Então, são desocupados, que vêm para atrapalhar a vida das pessoas que querem trabalhar e, mais do que isso, tentar transformar um criminoso em santo.

Peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - V.Exa. será atendido, Deputado Rocha.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Passo a palavra ao Deputado Alberto Fraga, por 1 minuto.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pedi a palavra para parabenizar esta Casa, porque nós aprovamos aqui hoje as medidas protetivas. Infelizmente, eu estava ausente, mas consegui falar com alguns colegas, para construir um acordo e votar a matéria, que era muito importante.

Ainda bem que o Deputado João Campos teve capacidade, juntamente com os colegas aqui, de construir um texto autorizando o policial militar ou o policial que fica isolado em locais onde não há delegacia, onde não há delegado, a tomar medidas protetivas em favor das mulheres. Nós não podemos ter esse tipo de vaidade. Quando não há juiz ou delegado, aquele policial que fica na cidade como se fosse o delegado tem que agir. Isso vai salvar muitas vidas.

Graças a Deus, esse sentimento foi compreendido, e conseguimos aprovar esse projeto tão importante para a defesa das mulheres.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Obrigado, Deputado Fraga.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Passo a palavra ao Deputado José Airton Cirilo, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho a esta tribuna como advogado inicialmente parabenizar todos os meus colegas advogados e advogadas do País inteiro. Mas quero homenagear, na pessoa do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Ceará, meu colega Marcelo Mota Gurgel do Amaral, todos os colegas pela passagem do Dia do Advogado e da Advogada, celebrado dia 11 de agosto.

Todos sabem que os advogados são imprescindíveis à proteção do direito e da justiça e à luta contra o desmando dos atores públicos e privados que atentam contra a democracia, os direitos humanos e o exercício da cidadania. Os advogados não temem os poderosos. Passam a noite muitas vezes para defender as pessoas, os cidadãos, a sociedade. Isso mostra a importância de um Judiciário eficiente.

Por isso, deixo o meu abraço, os meus parabéns a todos os meus colegas advogados e advogadas, profissão tão desafiadora, apaixonante e fundamental para o direito à justiça e à liberdade do nosso povo.

Quero aqui também, Sr. Presidente, trazer o meu apoio, a minha solidariedade a essa luta dos movimentos sociais que estão participando dessa grande marcha a Brasília. O nosso apoio, a nossa solidariedade ao maior brasileiro, o que mais fez por esta Nação, o Presidente Lula.

O Presidente Lula foi preso injustamente por uma Justiça parcial, por um juiz comprometido não com a Justiça, mas com a perseguição a um brasileiro que tirou 40 milhões de brasileiros da miséria, que transformou este País em uma Nação respeitada no mundo inteiro. Nós hoje temos vergonha porque o Brasil é visto como



um País que não tem Justiça, não tem Poder Judiciário, que condena sem provas, sem elementos comprobatórios para fazer um julgamento correto e justo.

Por isso, fica aqui o meu apoio, a minha solidariedade a todos esses brasileiros e brasileiras que estão hoje aqui nesta marcha, para levar amanhã a nossa solidariedade ao Presidente Lula, que é o nosso candidato a Presidente da República, com o sentimento da Nação brasileira, do povo brasileiro, que quer a sua volta porque foi o Presidente que olhou para os pobres, para os humildes, para as pessoas mais necessitadas desta Nação.

Quero destacar aqui o apoio e a solidariedade de várias figuras internacionais, como o Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel, que manifestou a sua solidariedade, e vários outros grandes brasileiros.

Por isso, o Brasil de amanhã vai ter repercussão em toda a América Latina e em todo o mundo, porque nós vamos reforçar o direito legal de o Presidente Lula ser candidato de novo, porque ele merece. Isso é justiça, e nós queremos o Presidente Lula como nosso candidato.

Viva o Presidente Lula!

Lula livre!

Lula o nosso candidato a Presidente!

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Viva! Lula livre!

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Obrigado, Deputado José Aírton Cirilo.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui, como advogado, para parabenizar todos os advogados e advogadas do Brasil na pessoa do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Ceará (OAB-CE), Marcelo Mota Gurgel do



Amaral, pela passagem do Dia do Advogado, celebrado no dia, 11 de agosto, e assim estendo a homenagem a todos os colegas de profissão.

Os advogados são indispensáveis à proteção da Justiça, contra desmandos dos atores públicos e privados que atentem contra a democracia, os direitos humanos e o exercício pleno da cidadania.

Os advogados não temem os poderosos, passando noites em claro para mostrar à sociedade a importância de um judiciário eficiente.

Advogados e advogadas, parabéns pelo seu dia!

Meu muito obrigado!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui dar meu apoio aos diversos movimentos sociais que estão em Brasília na Marcha Nacional Lula Livre, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para o grande ato de registro da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, que vai acontecer nesta quarta, dia 15/8, quando vamos nos somar com milhares de brasileiros e muita gente em todo o mundo que está acompanhando o que está acontecendo aqui.

Quero também deixar minha solidariedade à decisão que os sete grevistas tomaram ao se privarem de alimentação em nome da justiça e da libertação de Lula, para que saibam que não estão sozinhos nessa luta. Isso é um grande exemplo para aqueles que sonham com um futuro melhor para o País. Não resta outra tarefa, senão a de lutar e colocar a própria vida a serviço dessa luta, desse processo de transformação mais profunda em que acreditamos para o Brasil e para o mundo inteiro.



Inclusive o Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, marchou com os manifestantes, nesta segunda-feira, 14/8, usando boné do MST e segurando faixa de protesto, para se solidarizar com o povo do Brasil e pela libertação de Lula, que é considerado um preso político.

São mais de 5 mil os manifestantes do MST que se encontrarão com integrantes de outros movimentos da Via Campesina, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Levante Popular da Juventude para este grande ato amanhã. Além de lutarem contra a prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está em Curitiba há mais de 100 dias, os trabalhadores marcham para chamar a atenção da população para as graves crises econômica e política pelas quais o Brasil passa.

O que acontecer no Brasil amanhã vai ter repercussão em toda a América Latina, que vai reforçar o direito legal de Lula ser candidato, para fazer o Brasil feliz de novo.

Meu muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Benedita da Silva, para uma Comunicação de Liderança, pela Oposição.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é um hábito nesta Casa, mas nós costumamos divergir elegantemente dos nossos adversários. Eles entendem que nós queremos transformar o Lula em um santo. Não precisamos fazer isso. Ele não é um santo. Aqui também não há nenhum santo e nenhuma santa. O que nós queremos é dar ao brasileiro a oportunidade de escolha.

Milhares de pessoas vieram a Brasília para participar da Marcha Lula Livre. Eu participei dessa caminhada. Poucos policiais militares deram toda a cobertura ao movimento, que ocorre sem nenhum problema para Brasília, sem nenhum problema para o trânsito.

As pessoas compreendem que Lula é vítima de uma ação política e que a toga tem uma sigla partidária e não está, de forma nenhuma, a favor daqueles que têm verdadeiramente defendido o povo brasileiro, o trabalho, a alimentação, a moradia, a segurança.

Eles não estão acostumados com a democracia. Democracia é isso!

Nesta Casa, nós vimos um monte de gente vestida de verde e amarelo, protestando contra uma Presidenta honesta, legítima. Nada havia contra ela, mas eles votaram a favor do *impeachment*. No entanto, não abrem a boca nem batem panela contra este Governo corrupto que aí está.

Só com palavras, não vão conseguir provar nada! Este foi o grande equívoco e erro de Moro: querer armar para cima da Justiça sem condição nenhuma de prova. É disso que nós estamos falando. Há representantes da Justiça que querem que o



Lula continue preso, mesmo sabendo que ele não cometeu nenhum crime. Meu Deus, que Justiça é essa?! Qual foi a universidade em que eles se formaram?

Esse homem, esse grande líder, que é inocente, que está em primeiro lugar nas pesquisas, que vamos registrar amanhã como candidato à Presidência da República, está recebendo apoio de juízes, de advogados, de intelectuais — não é do PT, não — que entendem que ele é um preso político e que está sendo perseguido.

Quisera eu que o Moro ou qualquer juiz que está a favor da prisão do Lula usasse os instrumentos legais e justos para julgar esses que cometeram crimes, mas estão soltos, mesmo com provas.

No Dia dos Pais, todos puderam sair — houve até um que cometeu um delito nesse dia —, mas o Lula não pôde receber os seus filhos. É impossível conceber isso, Deputado Padre João! É impossível! Isso é perseguição! Isso é uma perseguição severa!

Quem assim se coloca, quem aprova essa situação não tem compromisso com a democracia, não tem compromisso com o povo, não tem compromisso com o direito e a Justiça do povo brasileiro.

Luiz Inácio Lula da Silva vai ser registrado nosso candidato à Presidência da República. Certamente, ele receberá apoio de muito mais pessoas, além das que compõem as três colunas de manifestantes que já chegaram a Brasília. O Brasil inteiro está vindo para Brasília, a fim de prestar essa homenagem ao Lula e pedir a sua liberdade, para que ele seja candidato.

Disputem com ele nas urnas! Ninguém está impedido de disputar com Luiz Inácio Lula da Silva nas urnas! Isso é medo de quê? Isso é medo de perder? Na



política é assim! Na democracia é assim! O povo vai votar. Falam tanto em nome do povo, mas é o povo que vai votar e fazer a sua escolha. O candidato que for mais votado será o escolhido. Sabemos que o povo brasileiro quer Lula de volta.

Sr. Presidente, quero fazer também um registro sobre outro assunto.

No dia 6 de agosto, foi celebrado o Dia Estadual de Conscientização, Mobilização e Combate à Tuberculose. Nesta tribuna, eu tenho falado várias vezes que a tuberculose é um grave problema de saúde pública no mundo.

Nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, há um verdadeiro desmonte e um sucateamento do SUS e da atenção básica. A crise da saúde no Rio de Janeiro é grande, o que causa um impacto negativo no controle de doenças como a tuberculose, que atinge a população mais vulnerável, mais pobre. É o que ocorre com pessoas em situação de rua, com encarcerados, com moradores das favelas e periferias, com imigrantes, com indígenas, com pessoas portadoras de HIV, com diabéticos. Isso está acontecendo no Estado do Rio de Janeiro.

O Fórum Estadual de Tuberculose do Rio de Janeiro, do qual temos participado, fez um manifesto. Eu peço o registro e a divulgação desse manifesto, em que se aponta a situação do Brasil, mais especificamente do Estado do Rio de Janeiro, em relação a esse problema.

Segundo o manifesto, no mundo, mais de 10 milhões de pessoas tiveram tuberculose em 2015 e mais de 1,5 milhão de pessoas morreram por conta da doença, incluindo 400 mil pessoas que foram coinfetadas.

Sr. Presidente, isso é uma coisa séria. Eu tenho falado isso desta tribuna. Eu tenho repetido isso desta tribuna. Eu tenho batalhado com a bancada do Rio de Janeiro para conseguir verba para o combate à tuberculose no Estado. Nós já



estamos em segundo lugar novamente. O Estado do Rio de Janeiro possui a maior incidência de casos no País. Nós temos 65,70 casos para cada 100 mil habitantes. No ano de 2016, foram notificados 14.453 casos em todo o Estado, dos quais 10.761 foram casos novos.

Sr. Presidente, é com essa responsabilidade que peço a transcrição desse manifesto, considerando que o Fórum Estadual de Tuberculose do Rio de Janeiro é formado por pessoas seríssimas, que têm buscado apoio nesta Casa e na Assembleia Legislativa. Nós estamos trabalhando juntos. Queremos cooperar com eles, neste momento em que fazemos um apelo às autoridades constituídas, a fim de que olhem para essa situação da área da saúde do povo brasileiro.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Obrigado, Deputada Benedita da Silva.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dia 6 de agosto foi o Dia Estadual de Conscientização, Mobilização e Combate à Tuberculose.

A tuberculose é um grave problema social de saúde pública no mundo. No Brasil, mais especificamente nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, há um desmonte e um sucateamento do SUS, da atenção básica.

A crise da saúde no Rio de Janeiro causa um impacto negativo no controle de doenças como a tuberculose, que atinge a população mais vulnerável, mais pobre. É o que ocorre com pessoas em situação de rua, com encarcerados, com moradores das favelas e periferias, com imigrantes, com indígenas, com pessoas portadoras de HIV, com diabéticos.



Quero registrar, nesta Casa, um manifesto do Fórum Estadual de Tuberculose do Rio de Janeiro.

MANIFESTO A QUE SE REFERE A ORADORA

Manifesto Fórum Estadual de Tuberculose do Rio De Janeiro

Dia Estadual de Conscientização, Mobilização e Combate à Tuberculose no Rio de Janeiro – 6 de agosto 2018.

Por conta do Dia Estadual de Conscientização, Mobilização e Combate à Tuberculose, 6 de agosto, nós, integrantes do Fórum de Luta Contra a Tuberculose no Estado do Rio de Janeiro (*), instância de articulação, mobilização e representação política do coletivo de ONGs, gestores, academia, associações comunitárias, fórum, redes e movimentos sociais envolvidos no combate à Tuberculose neste Estado, vimos à público sinalizar a importância dessa data e da necessidade do engajamento solidário da população como um todo, para o enfrentamento efetivo e exitoso dessa doença que, mesmo antiga, com causas, sintomas e tratamento conhecidos a muitos anos, continua a afetar milhares de pessoas em todo o mundo, inclusive no Brasil, com incidência acentuada nos segmentos e territórios mais vulneráveis tais como moradores de comunidades empobrecidas, pessoas vivendo em situação de rua, privados de liberdade, indígenas e pessoas imunodeprimidas, com elevada relevância junto às pessoas com HIV/Aids.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que, no mundo, 10,4 milhões de pessoas tiveram tuberculose em 2015, e mais de 1,7 milhão de pessoas morreram por conta da doença incluindo cerca de 400 mil pessoas que foram coinfectadas com HIV. A tuberculose multidroga resistente (TB-MDR) continua a ser uma crise de saúde pública e uma ameaça à segurança da saúde.

Esses resultados configuram a tuberculose como um grave problema de saúde pública, salientando-se que a OMS a reconhece como a doença infecciosa de maior mortalidade no mundo, superando o HIV e a malária juntos.

Em que pesem os avanços nessa luta nos últimos anos, os dados epidemiológicos, no mundo como um todo e em especial no Brasil, são extremamente preocupantes. Com uma média de 66.796 mil novos casos e 4.543 óbitos ao ano, e uma incidência



de 32,4/100 mil habitantes, o Brasil continua a fazer parte do grupo de 20 países que, juntos, concentram 80% dos casos de tuberculose no mundo. "O mundo se comprometeu a acabar com a epidemia de tuberculose até 2030." (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS).

Já o Estado do Rio de Janeiro possui a maior incidência de casos no país (65,70 para cada 100.000 habitantes). No ano de 2016 foram notificados 14.453 casos em todo o estado, sendo 10.761 casos novos. Cerca de 9,9% destes casos são de pessoas coinfetadas com o vírus HIV, sendo que a taxa de mortalidade no Estado, de 2001 a 2015, foi de 4.1 com 739 óbitos/ano.

Sabemos que o processo de descontinuidade no tratamento da tuberculose se deve, em grande parte, à precariedade de atendimento na grande maioria das Unidades Públicas de Saúde do país; seguidas de uma sucessão de falhas no processo que, quando denunciadas, geram justificativas frágeis, explicações descontextualizadas e, perdoem-nos, nenhuma ação que - de fato - solucione os problemas que, mais que simples denúncias, são, na prática, um forte e significativo indício de total abandono à própria sorte dos pacientes e dos profissionais dessas Unidades; o que caracteriza a tuberculose enquanto "doença negligenciada".

Diante de tantas lacunas é que vimos conclamar a população e cobrar das autoridades e Gestores da Saúde nos âmbitos federal, estaduais e municipais, maior empenho no enfrentamento da tuberculose e seus determinantes sociais, acreditando que, por meio das ações abaixo propostas, seremos capazes de reverter os atuais indicadores da tuberculose no Brasil e no mundo.

Propomos:

1. Aumento na participação das organizações da sociedade civil e grupos de pessoas afetadas no processo de enfrentamento da doença e do estigma, valorizando as experiências e realidades locais;

2. Fortalecimento do investimento político, técnico e financeiro, na área de mobilização social como componente estratégico e importante para o controle da tuberculose, assim como para a sustentabilidade da participação das Organizações Não Governamentais envolvidas no enfrentamento da TB; especialmente no combate ao estigma, ao preconceito e à discriminação, associados à TB;



3. Incremento nas ações de comunicação, informação e mobilização junto à população geral e, em especial, os populacionais mais vulneráveis, com a criação de campanhas permanentes para populações específicas, utilizando novas estratégias para abordar o tema e garantir a visibilidade para a doença no Brasil;

4. Ações articuladas com as Casas Parlamentares, em âmbito Nacional, Estadual e Municipal, para adequação da Legislação no sentido de garantir o acesso aos pacientes e familiares aos benefícios sociais necessários;

5. Promoção da defesa e dos Direitos Humanos das populações mais vulneráveis à TB, em especial as populações em situação de rua e privadas de liberdade, além dos extremamente pobres, usuários de álcool e outras drogas e coinfectados pelo HIV;

6. Fortalecimento de parcerias intersetoriais, sobretudo com as áreas de Atenção Básica, Saúde Mental e Direitos Humanos, na perspectiva do enfrentamento ao crack e contra qualquer medida de internação compulsória;

7. Fortalecimento da atuação das lideranças do movimento social da TB nas instâncias de controle social, contribuindo no acompanhamento e aprimoramento das Políticas Públicas de Saúde relacionadas ao enfrentamento da TB e garantia da sustentabilidade das ações de base comunitária;

8. Adoção de uma postura de protagonismo na discussão acerca da adoção de mecanismos de proteção social às pessoas com TB, sintonizada na nova Estratégia Global de controle da TB (End TB/OMS); com ênfase na cobertura universal, acesso rápido e gratuito ao diagnóstico e tratamento da TB, com suporte social às famílias afetadas pela doença;

9. Mobilização e fortalecimento das diferentes instâncias governamentais direta ou indiretamente envolvidas com a tuberculose, de forma a criar condições e estimular ações efetivas na reversão dos atuais quadros epidemiológicos;

10. Investir esforços junto às diferentes instâncias de formação profissional médica e de áreas afins, diminuindo o desconhecimento a respeito da tuberculose.

11. Fomentar, entre as diferentes instâncias governamentais, que uma parte dos recursos financeiros resgatados nas operações contra a corrupção, sejam no âmbito nacional, estadual ou municipais, sejam destinados ao enfrentamento da tuberculose e suas coinfeções.



Finalizando, insistimos que nós, do Movimento Social de Luta Contra a Tuberculose; acreditamos que só através da mobilização social, do compromisso político dos gestores, bem como, da melhoria das condições de vida da população; junto à implementação de políticas públicas de moradia, trabalho e renda, é que poderemos conter o avanço da doença e reverter o atual quadro da mesma.

() Criado em 06 agosto de 2003, a partir da constatação da situação da tuberculose no mundo, no Brasil e, em especial, no Estado do Rio de Janeiro, o Fórum de Luta Contra à Tuberculose no Estado do Rio de Janeiro é uma instância representativa das Instituições que desenvolvem atividades de advocacy, comunicação e mobilização social, com o objetivo de mobiliza-las para atuarem também no desenvolvimento de atividades de prevenção e assistência às pessoas afetadas pela Tuberculose no âmbito do Estado, com participação efetiva em diferentes instâncias no âmbito local, nacional e internacional.*



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará, para fazer o seu pronunciamento, por 3 minutos.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ainda há pouco um colega Deputado paraense do PPS falou das lideranças de movimentos sociais que vêm a Brasília para dialogar com a Norte Energia sobre acordos que não estão sendo cumpridos em Belo Monte.

E ele chamou Belo Monte de tragédia. Quero discordar do Deputado e dizer a ele que tragédia é este Governo, que está vendendo a preço de banana Belo Monte para os chineses, que está vendendo Tucuruí a preço de banana. Tragédia é este Governo, que aumenta esta semana no Pará o preço da energia em mais 11%. Tragédia é o Governo dele, inclusive, que lá no Pará vendeu a alma para as mineradoras.

Então, o Deputado faz um discurso na tribuna falando das tragédias, mas não tem coragem de dizer que quem as está provocando não são políticas e programas que nós do Governo Lula e Dilma executamos. São exatamente os cortes de recursos dos programas que causam isso.

Agora mesmo 20 lideranças dos índios mundurukus estão vindo para Brasília lá de Jacareacanga, de Itaituba, daquela região, porque os Distritos Sanitários Especiais Indígenas — DSEIs que existem no Pará — em Altamira, em Itaituba, em Redenção, em Marabá e em Belém — começaram a não dar aos índios a atenção que lhes era dada nos Governos Lula e Dilma.

Deputado, pelo amor de Deus, vamos ser mais coerentes! Venha para a tribuna e dê nomes aos bois. Diga que a tragédia que está acontecendo no Pará se deve exatamente à alta do preço da energia, do gás de cozinha, da gasolina, do



petróleo, à venda das nossas riquezas, aos subsídios de trilhões de reais concedidos a empresas petroleiras de outros países para que venham aqui e levem o nosso petróleo embora.

Mas não venha à tribuna só para dizer que esteve em uma audiência, marcou isso, recebeu aquilo, falou com o Ministro. Qual Ministro? Não há governo; o desgoverno é total! Então, não venha falar que Belo Monte é uma tragédia. Tragédia é no País hoje, apesar de haver energia de sobra, de não haver uma crise hídrica como houve no passado, o preço da energia não parar de subir. O Estado do Pará tem a energia mais cara do mundo!

Os Deputados e Senadores ligados ao Henrique Meirelles, ao Temer e, agora, ao Alckmin não vêm à tribuna falar nada! Eu quero ver como vão fazer no debate da campanha eleitoral. Eu, como pré-candidato a Senador, vou usar rádio, televisão e rede social para fazer debate com o povo. Não vou deixar o povo paraense sem entender essa coisa toda, essa venda do Brasil, essa venda das riquezas do Pará. O meu Estado deixa de receber 4 bilhões de reais em ICMS do ouro, da madeira e do ferro. Eles não falam nada nesta tribuna.

Tenham coragem, falem das coisas!

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Obrigado, Deputado Zé Geraldo.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Hildo Rocha, para uma Comunicação de Liderança, pelo MDB.

V.Exa. dispõe de 11 minutos.

O SR. HILDO ROCHA (MDB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Leo de Brito, que preside esta sessão.

Sras. e Srs. Deputados, neste final de semana, eu vistoriei mais uma vez as obras de duplicação da BR-135. Agora estão em obra os trechos de Bacabeira até o entroncamento de Itapecuru e, em outro lote, do entroncamento de Itapecuru até a cidade de Miranda do Norte.

Conforme foi prometido pelo Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT, onde estive há 15 dias, de fato as obras começaram, mas ainda estão ocorrendo de forma lenta. Espero que acelerem.

Até o final do ano, se a obra não estiver 100% pronta, esperamos que pelo menos a construção dessa duplicação esteja bastante avançada, uma vez que nós Deputados e Senadores do Maranhão destinamos recursos por meio de emenda impositiva de bancada sugerida por mim, Deputado Hildo Rocha.

Sugeri que esses recursos fossem utilizados na conclusão da primeira etapa da duplicação da BR-135, no trecho de Estiva até a cidade de Bacabeira, cuja obra ficou paralisada por um bom tempo, pois não havia dotação orçamentária. Nós destinamos parte das emendas de bancada impositivas para aquela obra. Depois conseguimos mais quase 200 milhões de reais para continuar a duplicação da BR-135 até a cidade de Miranda do Norte. Então, há recurso, há dinheiro para os pagamentos.



Nós sabemos que há alguns problemas de litígio em relação ao território, mas o próprio DNIT e o Ministério Público Federal estão tratando desse assunto, para que essa obra seja concluída.

Com isso, o Maranhão só tem a ganhar. Por que o Maranhão vai ganhar? Porque a estrada oferecerá mais segurança e mais conforto aos usuários e, obviamente, o custo do frete rodoviário vai diminuir, principalmente nos grandes centros de produção do Estado, ali nas regiões de Chapadinha, Anapurus, Brejo, Buriti, Duque Bacelar, Magalhães de Almeida, que já produzem uma quantidade considerável de grãos em nosso Estado. Também será beneficiada a região de Buriticupu, Balsas, Tasso Fragoso.

Nós estamos barateando o custo do transporte, fazendo com que o grão produzido no Maranhão tenha um dos menores custos do Brasil. Hoje, o Maranhão se transforma num dos grandes produtores de grãos deste País. Graças a Deus, que nos deu uma terra com condições de oferecer uma produtividade bastante alta, o Maranhão desponta como um grande produtor de grãos.

Nós tínhamos essa dificuldade com o custo do transporte, pois as ferrovias não dão conta de escoar a produção. Mesmo após a duplicação da Estrada de Ferro Carajás, nós precisávamos duplicar a BR-135.

Além disso, também por meio de uma iniciativa nossa, foi solicitado ao DNIT que seja feito o projeto de duplicação da BR-222, do trecho do entroncamento até a cidade de Chapadinha, assim como do trecho da BR-222 que vai de Miranda do Norte até a cidade de Santa Inês.



Assim, o desenvolvimento do nosso Estado vai avançar ainda mais, o que significa mais riqueza, mais geração de empregos e oportunidades para os maranhenses.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero agradecer ao Gustavo Canuto, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, com quem estive há pouco, para tratar do Programa Água para Todos, lá no Maranhão.

A obra ficou paralisada por um bom tempo no Governo anterior, mas nós conseguimos reativar esse programa no Maranhão. Agora estão faltando recursos financeiros, orçamentários. Ele nos garantiu que vai solucionar o problema da forma mais rápida possível.

Quero também solicitar aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas da base do Governo que possamos ir ao Palácio do Planalto ainda hoje, para tratarmos da medida provisória a respeito das atribuições, do curso de formação e do salário dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias.

Foi noticiado que o Governo vetaria parte dessa medida provisória que nós aprovamos. Não é possível conceber que seja vetada principalmente a parte que recompõe o salário dos agentes de saúde, que estão há 4 anos sem nenhum reajuste no salário. A perda do poder aquisitivo desses profissionais é muito grande. Nós sabemos da importância tanto dos agentes comunitários de saúde quanto dos agentes de combate a endemias.

O Governo sabe que, se houver algum veto, na próxima reunião do Congresso, com certeza esse veto será derrubado pelos Deputados e Senadores da República.



Quero, mais uma vez, falar aqui a respeito do caso da grande Juíza Anelise Reginato, do Paraná, conterrânea do Deputado Rubens Bueno, que ali se encontra.

Em 2016, o Governador do Maranhão cometeu vários crimes eleitorais em todo o Estado. Isso não ocorreu só na cidade de Coroatá, onde Anelise Reginato é juíza. Ele chegou lá com máquinas e equipamentos do Estado para asfaltar ruas e avenidas — inclusive, era um asfalto de péssima qualidade — e foi colocando asfalto, sem licença ambiental, sem licença da prefeitura. Onde havia alguma dificuldade para fazer o asfaltamento, o Governador utilizou a Polícia Militar para que o asfalto fosse colocado em ruas e avenidas.

Uma candidata se sentiu prejudicada por essa ação do Governador e entrou com uma ação na Justiça Eleitoral. O que a juíza fez? O que a lei diz que tem que ser feito. Ora, quem comete crime eleitoral está cometendo crime; se cometeu crime, tem que ser punido. Estão lá as provas do crime. O Governador esteve lá com as máquinas, com o Secretário, que fez discurso dizendo que, se aquele candidato ganhasse as eleições, todo o Município seria asfaltado. Portanto, houve o uso da máquina em favor de um determinado candidato.

O Governador cometeu crimes eleitorais não só naquela cidade, mas em várias cidades do Maranhão. Quando a juíza o torna inelegível por 8 anos — é o certo, é o correto, é o que diz a lei eleitoral —, ele se contraria e reage. O que ele faz? Manda alguns capachos fazerem ofensas, via redes sociais e jornais alugados pelo Palácio dos Leões, para atingir a honra da juíza.

O que mais nos espanta é que ele foi juiz e sabe que um juiz tem independência. Ele não pode querer mandar em um juiz. Como Governador, ele manda nos Secretários dele, manda na turma dele, manda nos comunistas, que



obedecem a ele em relação a tudo, inclusive na hora de fazer coisas erradas, como fizeram nesse caso de Coroatá.

Essa forma de governar é muito estranha e muito diferente da forma como se deve governar não só no nosso Estado, mas em todo o País. É por isso que o povo do Maranhão está repudiando a forma como ele vem tratando a administração pública e os outros Poderes — não respeita o Legislativo, não respeita o Judiciário, enfim, pensa que é o rei, que é o Todo-Poderoso.

Um governador tem os seus limites e deve se restringir a administrar o Estado, o que, diga-se de passagem, ele vem fazendo muito mal.

Em Imperatriz, por exemplo, recentemente ele mandou fechar 20 leitos de UTI que eram responsabilidade do Estado. Isso fez com que os serviços fossem deslocados, sobrecarregando o Município que tem que oferecer esse tipo de serviço.

Sras. e Srs. Deputados, muitas pessoas estão morrendo por falta de UTI, porque os Municípios não têm condições de aumentar a quantidade de leitos. Eram utilizados leitos de UTI de hospitais particulares, por meio de contratos com o Sistema Único de Saúde. Isso já vinha ocorrendo há quase 8 anos. No entanto, sem mais nem menos, ele desfez o contrato. Pessoas estão morrendo, pessoas estão tendo que procurar UTI no Tocantins, no Pará, sobrecarregando os hospitais do Estado do Deputado Zé Geraldo, por culpa do Governador comunista Flávio Dino, que é o comunista-mor do Maranhão.

A população está muito insatisfeita com o trabalho que vem sendo feito. Hoje o Governo do Estado não tem 40% de aprovação da população maranhense. Ele vai perder as eleições já no primeiro turno, porque vem desrespeitando todos os Poderes. Ele não respeita os prefeitos, uma vez que faz obras que são



responsabilidade dos prefeitos. A obra de pavimentação de uma rua ou de uma travessa, por exemplo, é responsabilidade do Município. Enquanto isso, as estradas estaduais estão todas esburacadas, sem manutenção. Até o mato está tomando conta de algumas estradas no Estado do Maranhão!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que determine a divulgação deste meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Será determinado, Deputado Hildo Rocha.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Convido agora o Deputado Jorge Solla para fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Enquanto o Deputado Jorge Solla se dirige à tribuna, concedo 1 minuto para o Deputado Rubens Bueno. Depois, concederei 1 minuto para o Deputado Pedro Uczai.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Leo de Brito, na última terça-feira, a Comissão Especial que trata do teto remuneratório não obteve êxito no sentido de alcançar o quórum para deliberar sobre o relatório que já apresentei como Relator naquela Comissão.

No entanto, nós vimos que, no mesmo dia, na terça-feira à noite, o Supremo Tribunal Federal aumentou em 16,3% os subsídios dos Ministros. Com isso, evidentemente, com o efeito cascata, haverá o absurdo gasto de 4 bilhões de reais com salários de Ministros, de Juízes, de Promotores, de Advogados da União e de Defensores Públicos.

Então, Sr. Presidente, quero apenas registrar que aqueles que pensam no seu umbigo não estão nem um pouco preocupados com os 13 milhões de desempregados, não estão preocupados com milhares e milhares de pessoas que precisam da ação da saúde pública, não estão preocupados com os que estão na luta em busca de um leito nos hospitais ou que estão morrendo nos corredores dos hospitais.

É lamentável que a magistratura brasileira e o Ministério Público brasileiro pensem em si e não pensem na Nação. Daí o nosso protesto e o nosso registro no sentido de que vamos enfrentar essa situação para impedir esse aumento do próprio



salário por parte dos Ministros. Eles estão burlando até a Constituição da República, que estabelece o teto remuneratório.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Com a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Leo de Brito, com muita alegria, acolhemos no Parlamento brasileiro Selênio Sartori, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal da Serra Catarinense, uma extraordinária experiência de consórcio público que liga o desenvolvimento local com o desenvolvimento regional.

Bem-vindo, Selênio! Parabéns pelo trabalho de vocês.

Quero registrar também a presença de Rosaura, nossa amiga e companheira, Vereadora do Município de Porto Belo, representando a participação das mulheres na política, e Jeisiane, professora e educadora, que estão em Brasília para dizer para todo o Brasil: nós queremos Lula Presidente! Nós queremos democracia neste País! Nós não queremos que o Judiciário dê mais um golpe no povo brasileiro, impedindo que Lula possa ser candidato a Presidente. Que o povo decida o seu destino!

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Sejam muito bem-vindos!



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Passo a palavra ao Deputado Jorge Solla. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Leo de Brito, nós aprovamos um projeto a partir de uma medida provisória que garantiu o reajuste do piso salarial dos agentes de saúde para janeiro do próximo ano e os 2 anos subsequentes. Esta foi mais uma vitória importante desta categoria profissional, que sempre promove grandes mobilizações.

Eu sempre chamo a atenção para o fato de que, se todos os trabalhadores do Brasil tivessem o nível de mobilização e organização dos agentes de saúde, eles não teriam permitido que Governo golpista cortasse os direitos trabalhistas e os recursos das políticas sociais, como tem feito.

Infelizmente, esta é uma das poucas categorias que ainda faz um nível de pressão sobre o Legislativo. Assim, conseguiu, mais uma vez, que o projeto fosse aprovado.

É bom lembrar que, até agora, o golpista-mor não sancionou a lei. Fica aqui o recado: se ele cometer mais essa atrocidade, mais essa maldade, tenho certeza de que esta categoria profissional vai dar uma resposta nas urnas. Eles já haviam negociado que o primeiro reajuste só acontecerá no próximo Governo.

Nós já comunicamos aos agentes de saúde que o Presidente Lula mandou o recado de que faz questão de pagar o reajuste no primeiro mês da sua nova gestão à frente da Presidência da República. Lula faz questão de que a lei seja sancionada. O reajuste será pago em janeiro do próximo ano pelo próximo Presidente, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não tenho a menor dúvida disso.



No entanto, é provável que o Presidente golpista que está aí não sancione a lei. Ele não está preocupado com isso. Ele não foi eleito, não teve votos, não se preocupa com os trabalhadores, não se preocupa com o País. Ele está preocupado com outra coisa: está preocupado em encher os bolsos daqueles que o colocaram no poder, dos grandes empresários, banqueiros, latifundiários, sócios e comparsas das multinacionais — a estes ele atende. Com os trabalhadores, não, ele não está nem um pouco preocupado.

Nós vamos dar uma resposta nas urnas. O Presidente Lula será, mais uma vez, alçado à Presidência da República.

Não faz muito tempo, nós nos reunimos com nossa companheira Valda, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias — CONACS. Gostaria de mandar um abraço para ela, que é agente de saúde e uma grande militante em Guanambi, no Estado da Bahia.

A direção do movimento dos agentes de saúde está preparada mais uma vez para vir ao Congresso e mostrar sua força.

Se Temer não sancionar a lei, se Temer vetar a lei, teremos os vetos derrubados, como aconteceu na última vez. Na última vez, o Presidente golpista impingiu 16 vetos à Lei Ruth Brilhante, e os agentes de saúde conseguiram pressionar este Parlamento.

Isto aqui só funciona à base de pressão. Se não houver pressão, o Parlamento só pende para o lado dos bilionários, dos empresários, dos latifundiários, dos banqueiros, das multinacionais. É só para estes que pende. Para equilibrar o jogo, é preciso muita pressão.



Como os agentes de saúde pressionaram, eles conseguiram derrubar os vetos.

O povo brasileiro está começando a se mobilizar, está começando a pressionar, e aquela turma do golpe, com o Supremo, como disse Jucá, vai se ver na parede, vai se ver pressionada pelo povo brasileiro, que vai às ruas amanhã, vai ocupar Brasília e vai registrar Lula novamente candidato à Presidência da República.

Golpistas, vocês vão levar a quinta derrota, porque golpista tem medo de urna, não tem voto. Quinta derrota à vista!



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Vamos alternar as concessões de palavra com as Comunicações de Liderança.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Henrique Fontana, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e todos aqueles que acompanham esta sessão da Câmara dos Deputados, como estamos em período praticamente eleitoral — a campanha se inicia na próxima quinta-feira —, é preciso fazer um balanço do que foram esses últimos anos e da situação em que vive nosso País hoje.

Nós enfrentamos, ao longo desta Legislatura, o trabalho insistente e absolutamente antirrepublicano e antinacional de uma oposição que, depois de perder as eleições presidenciais pela quarta eleição consecutiva, com duas vitórias de Lula e duas vitórias de Dilma, passou a trabalhar a política da desestabilização da democracia brasileira e da economia brasileira — as duas ao mesmo tempo, Deputado Assis do Couto.

Desestabilizando a economia, alimentavam a caminhada do golpe e, desestabilizando a democracia, prejudicavam a economia, num círculo vicioso que levou à cassação, de forma absolutamente ilegal, de um mandato legítimo. Hoje praticamente nenhum deles sobe à tribuna do outro lado para explicar o tipo de crime que eles inventaram, a chamada pedalada fiscal, que nada mais era do que o atraso de alguns meses no repasse do Governo Federal, como todos os Governadores e todos os Presidentes da República fizeram ao longo da história.



Portanto, o que aconteceu no Brasil foi mais um golpe, um golpe da elite do atraso, que outras vezes, ao longo da história, obstruiu o processo de desenvolvimento de um projeto nacional. Rasgaram 54 milhões de votos para colocar uma quadrilha na Presidência da República.

Qual é a situação do nosso País hoje? Aqueles que das tribunas gritavam pela moralidade em nome disso ou daquilo, de Deus — nada em nome do Brasil —, jogaram o Brasil nas mãos do Governo Temer e hoje escondem Temer. Hoje, hipócrita e cinicamente, Alckmin, Bolsonaro e Meirelles — para citar três, Deputado Gadelha — escondem cinicamente que são os sustentáculos do Governo Temer e que essas três candidaturas, com pequenas variantes, representam a continuidade do Governo Temer.

Por que Alckmin não cresce nas pesquisas, Deputado Pedro Uczai? Porque o povo brasileiro sabe em que consiste a política neoliberal de Temer e de Fernando Henrique: a política do desemprego, a política da concentração de renda, a política antinacional, a política da venda, a preços vis, do património construído por décadas e décadas de gerações de brasileiros.

Mas, como rasgar 54 milhões de votos, assaltar o poder através de um golpe e colocar um presidente ilegítimo e impopular não foi suficiente — todas as pesquisas dizem que o povo brasileiro, a maioria social constituída no Brasil, hoje quer a vitória de Lula na eleição presidencial —, o golpe continuou: setores do Judiciário, setores do Ministério Público e a maioria parlamentar deste Congresso, que não representa a maioria do povo brasileiro, vão ao último passo: condenar Lula sem crime, portanto, sem prova, e mantê-lo como preso político.



Se o argumento deles fosse tão convincente, como eu ouço às vezes de um Líder da Oposição, por que a opinião pública resiste, mesmo com a ampla maioria dizendo que quer Lula na Presidência da República? Porque a narrativa e a história que eles inventaram não se sustentam perante a realidade dos fatos.

Na realidade, o impasse da democracia brasileira hoje é que quatro juízes — Moro e mais três juízes do TRF da 4ª Região — querem impedir que talvez — intuo eu pelas pesquisas — 60 milhões de brasileiros votem em Lula para Presidente.

Agora, a situação é tão dramática para essa elite do atraso golpista, que colocou Temer do poder, que agora ela quer esconder Temer e separá-lo de Alckmin e Bolsonaro. Mas o povo brasileiro está alerta e percebe que Bolsonaro, Alckmin e Meirelles são candidatos que representam o Governo do golpe, o Governo Temer. Portanto, esses candidatos têm dificuldade de se colocar. Não ganham a eleição em segundo turno!

É evidente que o fenômeno do fascismo que emergiu desse processo de golpe fez com que um candidato totalmente despreparado para governar um país como o Jair Bolsonaro pudesse ter hoje 20% dos votos.

Isso é dramático! Isso é outra sequela da rede de intolerância e ódio que vocês implementaram no País, com o objetivo de criminalizar a Esquerda, os movimentos sociais, o PT, Dilma e Lula. Mas vocês não conseguiram criminalizar o PT, a Esquerda, Lula, Dilma, muito menos os movimentos sociais.

Dilma voltará pela porta da frente, com o voto direto do povo brasileiro, sem golpes, derrotando Aécio Neves, que foi um dos grandes orientadores do golpe. Ele sairá pela porta dos fundos do Senado Federal, e Dilma voltará pela porta da frente do Senado Federal.



Lula, que vocês queriam criminalizar, será inscrito amanhã, tendo como vice Fernando Haddad, que conta com o apoio do PCdoB e de Manuela d'Ávila, como o favorito nas eleições presidenciais fora do golpe.

Qual é o impasse? A soberania popular, o poder que emana do povo, os milhões de brasileiros que querem um projeto popular de volta serão mais fortes do que o golpe de vocês e quatro ou cinco juízes, incluindo a Presidenta do Supremo, que se nega, de forma autocrática, a pautar uma ação declaratória de constitucionalidade. Este é o tamanho da crise em que se encontra a democracia brasileira.

Amanhã, Deputado Leo de Brito, nós vamos inscrever Lula, Hadadd e Manuela, para recuperar a democracia brasileira. Estaremos aliados a Ciro Gomes e a Guilherme Boulos na unidade de centro-esquerda. Também estaremos aliados ao PSB na maioria dos Estados, Deputada Erika. O poder popular será mais forte que mais este golpe da elite do atraso, que cassou Jango, que levou Getúlio ao suicídio, que cassou Dilma e que não tem propostas para o País.

Nós queremos recuperar um projeto de desenvolvimento nacional. Nós temos capacidade e força política para conquistar esta vitória nos próximos 50 dias. É para isso que eu convido a maioria do povo brasileiro.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. 1 minuto para concluir.

Convido a maioria do povo brasileiro, povo batalhador, honrado, trabalhador e democrático, povo que não aceita golpes, muito menos traições, povo que quer eleições limpas, livres e democráticas, para repactuar o Brasil, construindo a mais forte, a mais democrática e a mais bonita campanha da história recente deste País.



Vamos dar a resposta aos golpistas, que, cínica e hipocritamente, diziam da tribuna que queriam combater a corrupção. Na verdade, o que queriam era colocar Temer no poder para jogar a economia do Brasil no chão e se proteger das investigações contra a corrupção.

Vamos, com o povo brasileiro, conquistar esta grande vitória!

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Concedo a palavra ao Deputado Padre João. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou assustado com o desespero do PSDB. Podemos perceber o desespero em que se encontram os Deputados que usaram a palavra neste Plenário e até nas Comissões, o que inclui os Deputados do DEM. Eu fiquei assustado.

Alguns colegas Deputados, com quem trabalhamos e cuja diversidade respeitamos, expressaram, de certa forma, o ódio e o desespero.

Nós sabemos que o PSDB e o DEM sempre tiveram um projeto neoliberal. O PSDB trai, de certa forma, o DEM, se alia ao MDB, mas não para dar o golpe: alia-se ao MDB para estar a serviço do golpe.

Eu não sei se é por ingenuidade ou se é por má-fé, mas alguns colegas vêm colocando a responsabilidade nos trabalhadores que estão democraticamente se manifestando. “*São vagabundos, não trabalham!*” Não são apenas estes milhares de trabalhadores que estão aqui, não! Infelizmente, são milhões, por conta do PSDB e do projeto neoliberal que está sendo executado pelo MDB, que é do PSDB. São milhões de desempregados.

Quando Dilma saiu, nós estávamos numa situação de pleno emprego, apesar das pautas-bombas votadas nesta Casa, encabeçadas por Eduardo Cunha, pelo PSDB, pelo MDB e pelo DEM.

Há um desespero. Qual é o desespero deles? O desespero é ficarem a serviço dos norte-americanos. Vocês se esqueceram da espionagem norte-americana na Presidência da República e na PETROBRAS que o Snowden denunciou? Deram o golpe na Presidenta, abocanharam a PETROBRAS. Foi um



projeto de José Serra para entregar o pré-sal. Depois, para atenderem às exigências do capital financeiro internacional, foram dismantelando os direitos dos trabalhadores. Houve a terceirização, a reforma trabalhista e o congelamento. Houve a PEC 241, da Câmara; a PEC 55, do Senado; e hoje, a Emenda Constitucional 95, que congela por 20 anos os investimentos em saúde, educação e ações sociais. Estou falando da tal PEC do Teto de Gastos.

É um crime o que PSDB, o DEM e o MDB vêm fazendo com os trabalhadores! Estão entregando nosso pré-sal. Algumas plataformas já estão nas mãos das multinacionais. Há isenção para as multinacionais. O Brasil deixa de arrecadar 1 trilhão em 24 anos. Cadê o dinheiro que deveria ir para a educação, a saúde, para o Minha Casa, Minha Vida, o Mais Médicos, para os medicamentos?

Muita gente está morrendo, porque acabaram com os medicamentos para doenças raras. Suspenderam os medicamentos! É um absurdo, um crime, um desespero!

Por isso, será Lula de novo, com o povo brasileiro!



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcondes Gadelha, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC. S.Exa. dispõe de 6 minutos, agregado o tempo de Breves Comunicações.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, espero que a confusão ideológica e comportamental que se instaurou neste processo eleitoral de 2018 seja uma ducha de água fria sobre aqueles que propugnam por uma coincidência geral com a realização de todas as eleições de vereador a presidente da República em um só dia e que se recolham as experiências deste pleito para sepultar de vez esta tese irresponsável.

Está visto, Sr. Presidente, já agora, que nenhuma mensagem de nenhum candidato a qualquer posto eletivo nem sequer sai limpa da sua fonte, tal o jogo de conveniências a que está sujeita, pelo cruzamento de partidos e de linhas programáticas, pela inversão de prioridades, com propostas localistas ou interesses individuais ou de grupos se sobrepondo a questões mais amplas, de tal sorte que é comum se encontrar um candidato à Presidência da República buscando, em determinados Estados, algum palanque onde abrigar suas ideias.

O eleitor fica perplexo em meio a esta pletora de candidatos, porque as ideias do seu candidato a Deputado Estadual não conferem, elas conflitam com as do seu candidato à Presidência da República, não batem com as do Senador ou com as do Governador “x” ou “y”, que, por último, também não se afinam com as ideias do seu Deputado Federal.

Imaginem agora se, sobre esta salada, se colocarem as chapas de vereador e de prefeito! Convenhamos, Sr. Presidente, há de ser um molho muito forte, picante,



adstringente, um molho capaz de absorver e anular o aroma de todos os outros ingredientes da receita democrática e de abusar do elemento essencial de uma eleição: a capacidade de escolha.

Os franceses dizem: “*À quelque chose malheur est bon*”. Para alguma coisa o infortúnio serve.

Que esta Babel sirva, pelo menos, para expungir as ideias reducionistas ou minimalistas sobre o processo eleitoral, que, na verdade, só fazem complicar.

A reforma política de que precisamos é de outra natureza: precisamos mudar o sistema eleitoral e o sistema de governo. Este sistema dito proporcional, que só conseguiu prosperar em países da América Latina ou em outras nações do Terceiro Mundo, é, na verdade, a fonte de toda a corrupção, porque anula os valores espirituais mais fortes de que um candidato pode ser portador, em favor da sua conta bancária, em favor do volume pecuniário que possa agregar ao processo eleitoral, numa aquisição espúria de corações e de mentes, subvertendo a essência e a natureza de todo o processo democrático.

Precisamos voltar a refletir sobre a ideia de implantação do sistema distrital por este País afora, sistema adotado, e sem reservas, por todas as democracias mais avançadas e mais estáveis, e impedir as coligações partidárias e todo esse conjunto de abusos que observamos hoje no sistema vigente, que, curiosamente, o Congresso Nacional se esquivava de mudar.

O outro elemento fundamental sobre o qual esta Casa deve se debruçar imediatamente, tão logo sejam encerradas as urnas, é a mudança do sistema de governo. Precisamos sair deste presidencialismo imperial em que vivemos, dotado de absoluta concentração de forças, de poderes, de recursos, de atribuições e de



determinações que, em última análise, são uma fonte permanente e contínua de corrupção, sem falar, é claro, nas distorções do sistema democrático que temos observado ao longo de toda a cadeia de sucessões presidenciais neste País.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a tolerância e peço que meu pronunciamento seja registrado nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Será feito, Deputado Marcondes Gadelha.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Concedo a palavra ao Deputado Rocha, por 3 minutos.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ao acompanhar os discursos feitos desta tribuna, principalmente os discursos dos colegas de esquerda, eu fico pensando se não caberia a análise de um psicólogo ou, quem sabe, até de um psiquiatra.

O mesmo PT que saqueou a PETROBRAS, roubou os fundos de pensão, saqueou o BNDES, investiu recursos do povo brasileiro lá fora, dinheiro esse que faz falta aqui, hoje vem com a cantilena de que Lula é candidato a Presidente.

Eu quero dizer que Lula não é candidato a Presidente. Os próprios petistas sabem disso, pois lançaram uma chapa com três candidatos. É a “chapa tríplex”, em homenagem a um dos maiores escândalos deste País. A chapa tem Lula, que está preso; Haddad, que não trabalha; e, para completar, Manuela d’Ávila, que é a segunda Vice-Presidente. Os petistas sabem que isso tudo é conversa, que isso tudo é mentira.

Eu vi, há pouco, Parlamentares do PT dizendo que, quando Dilma — a inocente que comprou Pasadena e deu um prejuízo gigantesco à PETROBRAS e ao povo brasileiro — deixou a Presidência, o Brasil vivia um momento de pleno emprego. É mentira! Inclusive, é uma mentira que pode ser objeto de estudo por parte de um psicólogo, de um psiquiatra. Eu acho que esse Parlamentar acredita na mentira que ele disse.

Mais ainda: quando falou das manifestações que o PT, o PCdoB e seus puxadinhos estão fazendo pelo Brasil afora — eu falei, há pouco, que são manifestações de desocupados —, o colega do PT disse que eram, na verdade,



vagabundos. Eu quero ficar com o que eu disse: são desocupados. O trabalhador não está na rua fechando o trânsito em plena terça-feira. O trabalhador não está fazendo baderna em plena terça-feira. O trabalhador está trabalhando, produzindo, para pagar imposto para sustentar este grande País.

Infelizmente, a Esquerda tem hoje um candidato a Presidente que está preso, um vice e uma segunda vice; tem também o Boulos, aquele que invade prédios públicos e cobra aluguel de miseráveis, aquele que invade o patrimônio público, que invade terras particulares; e, por último, tem o Ciro Gomes, que não fez nada e não deixou saudade quando foi Governador do Ceará ou Ministro dos Governos a que serviu.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Lula preso!

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - V.Exa. será atendido.



O SR. ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, conceda-me 1 minuto, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho, por 1 minuto.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu só queria lembrar aos psicopatas da Direita que eles só faltaram aplaudir o Aécio Neves, esse bandido que foi encontrado com mala de dinheiro na mão. Disso eles não falam!

Sr. Presidente, eu só quero dizer a V.Exa. que Lula é realmente um fato a ser estudado. Pegou o País com a economia na décima segunda posição no mundo e o deixou na sexta posição. E os loucos dizem que isso é o mesmo que quebrar o País.

Mas não é só isso, Presidente. O que mais chama a atenção é que eles entram em pânico porque sabem que nas urnas não ganham, porque o povo brasileiro tem consciência. Pergunto qual é o percentual de intenção de voto para o candidato desses que acham que podem salvar o Brasil.

Precisamos, antes de mais nada, respeitar o povo brasileiro. O povo brasileiro é sábio. O povo brasileiro sabe quem é que melhorou a sua qualidade de vida. E é isso que deixa essa gente desesperada, porque, mesmo com o Lula preso por questão política, sem provas, sem que haja qualquer documento que eles possam mostrar, Lula está em primeiro lugar nas pesquisas. Isso os deixa malucos!

O SR. ROCHA - Presidente, o Parlamentar fez uma citação, e eu pediria a V.Exa. que solicitasse à Taquigrafia a retirada. Psicopata talvez seja ele. E talvez ele esteja hoje reclamando porque não terá mais o dinheiro da PETROBRAS para sustentar as campanhas.



O SR. ASSIS CARVALHO - Eu não falei o seu nome. E eu gostaria que V.Exa. me respeitasse, Deputado Rocha. Eu falei da Direita. Se V.Exa. se inclui é porque quer, porque psicopata é a Direita. Psicopata é a Direita!

O SR. ROCHA - Respeite-me V.Exa.!

O SR. ASSIS CARVALHO - Psicopata é a Direita, que está desesperada porque não ganha nas urnas. Isso que é psicopata, sim!

O SR. ROCHA - E V.Exa. é um imbecil!

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Sr. Deputados, por favor, ordem!

Vamos dar sequência aos debates.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Concedo a palavra ao Deputado Aliel Machado. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos vendo o desespero que está tomando conta dos partidos e das pessoas diante do medo de terem que enfrentar a população por causa dos desmandos que fizeram no Brasil.

Os desmandos foram, muitas vezes, autorizados por esta Casa, como a PEC do Teto de Gastos, que está aumentando os índices de mortalidade infantil. A PEC do Teto de Gastos é uma das responsáveis por termos 60% das nossas crianças e jovens vivendo na pobreza no Brasil. Do outro lado, esta Casa continua trocando favores com o Sr. Temer, pedindo dinheiro, cargos, fazendo negociatas. Isso será cobrado dos vendilhões que entregaram o Brasil, e o povo vai cobrar a fatura.

A população abriu os olhos.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Júlio Delgado, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Agradeço ao Deputado Aliel Machado, que conseguiu acalmar um pouco os ânimos nesta sessão de terça-feira, véspera do início do período eleitoral — o prazo para registros termina amanhã.

Sr. Presidente, antes de fazer uso da palavra para tratar propriamente do que vim falar hoje, eu queria fazer dois registros a respeito de temas que provocam embates aqui no Parlamento, mas estão restritos a outra esfera de poder, ao Poder Judiciário.

O primeiro registro é com relação à votação em curso no Supremo Tribunal Federal sobre o aborto. Eu quero dizer claramente que sou defensor da vida, defensor daqueles que tratam isso como uma questão cristã e, acima de tudo, defensor do reconhecimento daqueles que lutam por essas causas.

Sabemos que esta matéria está afeta ao Poder Judiciário. Recentemente, houve uma discussão no mesmo sentido na Argentina, onde a Câmara votou de uma forma e o Senado votou de outra. Isso teria repercussões grandes na América Latina. Lá houve pelo menos a autorização da descriminalização do aborto. Aqui no Brasil, essa discussão está no Supremo.

Nós queremos deixar claro o nosso registro contra esse tipo de modalidade acima das que já estão previstas na legislação brasileira, na nossa Constituição.

O outro registro é sobre um ponto que também aguarda votação do Supremo, Deputado Assis Carvalho: a questão dos caminhoneiros.



Nesse ponto, eu tenho certeza de que lutamos com eles. Os caminhoneiros tiveram três conquistas quando fizeram a paralisação de 21 de maio. Nós tentamos o PIS/COFINS, mas o Governo disse que não queria e acabou errando na dose quando deu a tabela do frete mínimo. Isso foi reconhecido.

Na semana passada, votamos a medida provisória sobre a não cobrança do pedágio do segundo eixo de caminhões com carga livre. Depois também houve a questão da CONAB, a respeito do abastecimento dos autônomos com produtos oriundos da agricultura brasileira.

O grande problema é que o Presidente vetou o texto que dizia respeito a multas e sanções aos que estavam nos acostamentos durante a paralisação do dia 21 de maio, que durou 10 dias. Sabemos que isso não será votado aqui durante o período eleitoral, mas estamos prontos para derrubar esse veto assim que essa matéria retornar.

Temos que discutir a situação daqueles que estavam em postos e acostamentos e receberam sanções por parte de órgãos do Governo Federal. Isso estava na lei proposta pelo próprio Governo, que recua.

Agora eles estão temerosos com outra decisão. Está nas mãos do Ministro Fux uma ação direta de inconstitucionalidade da lei que nós aprovamos. Esperamos que ele reconheça o frete mínimo.

Hoje, Deputado Assis, caminhoneiros estão tendo que assinar como se estivessem recebendo o valor do frete mínimo e devolver o dinheiro ao contratante. Em algumas usinas, quando chega um caminhão com cinco eixos, o contratante fala que prefere um caminhão com quatro eixos, porque a tabela é menor.



Caminhoneiros estão tendo que assinar recibos com o valor do frete mínimo sem recebê-lo, como se o acordo estivesse sendo cumprido.

Essas injustiças continuam sendo cometidas, mesmo com a existência da lei. É importante que a ANTT aja com relação a essa questão. Vamos estar atentos a isso mesmo em período eleitoral, porque nós estivemos e estamos ao lado dos caminhoneiros durante todo esse período.

Agora quero falar sobre o que estamos vivendo em Minas Gerais.

Mais uma vez, o meu partido, o PSB, cumprindo uma determinação da convenção nacional, que avocou para ela o nosso congresso estadual, que tinha sido invalidado, cumpre uma determinação de acordo. Nós estamos às vésperas do registro, dia 14 de agosto — o prazo final para o registro é amanhã —, mas sabemos que o julgamento será no dia 16.

O PSB, legalmente constituído pelo Presidente Carlos Siqueira, vai registrar a nossa chapa de aliança com os partidos cumprindo um acordo nacional. Nós vamos registrar essa chapa e vamos buscar uma coligação proporcional que seja leal com todos aqueles que vão disputar as eleições com chances reais de buscar uma vaga na Câmara dos Deputados ou na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Isso é diferente da proposta de uma aliança majoritária que pudesse também se impor com uma coligação proporcional — o Deputado Padre João sabe disso — com partidos que estiveram aqui patrocinados por alguém com quem sempre lutamos: as viúvas do Cunha. O PMDB e os partidos que patrocinaram isso queriam que nós fizéssemos, depois desse período todo de luta, de embate neste



Parlamento, uma coligação totalmente desvantajosa para o PSB e desleal com a sua trajetória e história. Por isso, nós estamos ainda nessa situação.

Assim como nós, o Deputado Padre João é um crítico da situação que temos em Minas, que envolve problemas como o não pagamento dos direitos dos professores e a situação dos aposentados do Estado. Nós somos críticos a isso. Sabemos que essa realidade acontece, mas isso não é fruto de um ou outro governo. Isso é fruto de uma trajetória que, ao longo do tempo, deixou Minas Gerais como está. Nós vamos lutar muito para reverter isso.

Nós estamos cumprindo uma determinação nacional. Volto a dizer que isso não é fruto de uma articulação que passe pela nossa vontade ou pela vontade daqueles que nos querem aliados com as viúvas do Eduardo Cunha.

O Deputado Padre João e o Deputado Uczai sabem bem que nós lutamos muito neste Plenário para reverter as manobras e os golpes do Deputado Cunha.

Agora queremos dizer que não podemos nos aliar justamente àqueles que tomaram o poder e fizeram pior do que o que aqui estava. Temer e seus asseclas não podem estar associados a quem lutou para tirá-los daqui.

Durante a eleição, vamos lembrar quem foram aqueles que, nas duas denúncias em que o Sr. Temer estava sendo investigado pelo Supremo, esquivaram-se com relação a isso.

Nós vivemos, neste momento, uma triste realidade. Eu estou falando isso a todos os meus companheiros que ficaram nessa dúvida durante todo esse período. Deputado Givaldo Vieira, nós estamos há mais de 10 dias num embate em Minas para regularizar essa situação. Como você começa uma campanha com os seus companheiros cobrando essa situação?



Eu quero deixar claro para todos os companheiros — professores, aposentados, trabalhadores, caminhoneiros — que nós defendemos e vamos sempre defender as questões que são de interesse do povo brasileiro.

Quando disputei a eleição, na Legislatura passada, Deputado Assis, nós tivemos um *slogan* de campanha: *Coragem para fazer a diferença*. Nunca foi preciso ter tanta coragem para enfrentar poderosos que acham que o poder econômico se sobrepõe ao interesse da sociedade brasileira, que acham que o poder econômico é maior, que acham que podem vir com malas de dinheiro e comprar a consciência de quem quer que seja.

Da nossa parte, isso não vai acontecer. Nós vamos continuar com a mesma coragem, com a mesma tenacidade, com a mesma vibração, com a mesma vontade de defender os interesses daqueles que nos colocaram aqui em Brasília como seu representante nesses últimos 4 anos. Vamos tentar fazer o mesmo, se assim for a vontade do povo, nas eleições que se avizinham.

É um prazer estar aqui com V.Exas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Obrigado, Deputado Júlio Delgado.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Agora vou conceder a palavra ao Deputado Felipe Maia, que fará uma breve comunicação e agregará ao seu tempo o tempo de Comunicação de Liderança do Democratas. *(Pausa.)*

O SR. PEDRO UCZAI - Presidente, eu posso fazer um registro, se o Deputado Felipe Maia assim permitir?

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Sim, Deputado.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar a presença no plenário de lideranças que estão visitando Brasília. Eles são dirigentes de hospitais filantrópicos de Santa Catarina e vieram buscar o direito à saúde e ao bom atendimento para a população das suas regiões, dos seus Municípios.

Com alegria, nós registramos e agradecemos a presença do Sr. Adriano Carlos Ribeiro, Assessor da Federação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado de Santa Catarina; da Sra. Luciene Basso, do Hospital São Bernardo, em Quilombo; da Sra. Claudete, do Hospital São Pedro, em Itá; do Sr. Márcio, do Hospital São Roque, em Seara; do Sr. Jean, do Hospital São Camilo, em Ipumirim; do Sr. Andrighi, do Hospital São Francisco, em Concórdia; do Sr. Wilson, Diretor do Hospital São Camilo; do Sérgio, do hospital de Peritiba; do Sr. Paulo, Assessor do Hospital São Camilo; e do Sr. Fábio, do hospital de Xanxerê.

Sejam bem-vindos! Batalhem pelo direito à saúde, pelo SUS, pela saúde pública, por saúde para o povo brasileiro.

Obrigado pela presença. O Parlamento agradece.

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Sejam muito bem-vindos à Câmara dos Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Felipe Maia, para uma breve comunicação e uma Comunicação de Liderança, pelo Democratas.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos que nos ouvem e nos acompanham através dos diversos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados, eu dedico este meu pronunciamento a um tema que é tratado com grande ênfase e relevância neste mês de agosto: o Agosto Lilás, que é dedicado ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica.

A Câmara, em sintonia com as ruas do Brasil, aprovou no dia de hoje o Projeto de Lei nº 6.433, de 2013, que altera a Lei Maria da Penha, para autorizar delegados e policiais a decidirem, em caráter emergencial, sobre medidas protetivas para atender mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

O projeto estabelece que, nos casos em que medidas protetivas forem decididas por delegado ou policial, o juiz deverá ser comunicado no prazo máximo de 24 horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revisão da medida, comunicando sua decisão ao Ministério Público dentro de 24 horas.

Atualmente, a lei estabelece que no prazo de 48 horas a polícia deverá comunicar ao juiz de Direito sobre as agressões, para que só então ele decida sobre as medidas protetivas. O prazo, no entanto, é considerado excessivo em alguns casos, contribuindo para que a vítima fique exposta a outras agressões ou mesmo à morte.

Votamos hoje essa lei no Plenário da Casa, e na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher hoje se debateu o funcionamento do Ligue 180 como política



pública e estratégica de enfrentamento à violência contra as mulheres. A Lei nº 10.714, de 2003, completou 15 anos. Foi essa lei que autorizou a criação da linha telefônica para receber comunicação sobre agressões contra as mulheres.

Resolvi dedicar o meu discurso na tarde de hoje a esse tema, fazendo aqui um aprofundamento quanto ao número de denúncias que existem no Brasil e no meu Rio Grande do Norte.

Para ilustrar o meu pronunciamento, informo que o Ligue 180 recebeu 956 denúncias de violência contra as mulheres no Rio Grande do Norte em todo o primeiro semestre deste ano. O balanço foi divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos e engloba violência psicológica, cárcere privado, homicídio, entre outros crimes.

Para fazer um comparativo, em 2017 o Ministério dos Direitos Humanos publicou o índice de 2 mil e 164 denúncias no Rio Grande do Norte. Infelizmente, a Pasta não detalhou quais foram os principais crimes registrados através do mecanismo.

Em todo o Brasil, a violência física foi o crime mais registrado no primeiro semestre do ano, com 34 mil casos no Brasil, seguido da violência psicológica, com 24 mil e 378 casos, e a violência sexual, correspondendo a 5 mil e 978 casos.

Vale lembrar que não é apenas a vítima que pode denunciar casos de agressão. Pessoas próximas ou até desconhecidas também podem utilizar o canal ou registrar queixas na delegacia.

Para denunciar casos de violência basta ligar para o 180, canal disponível no Brasil e em mais de 16 países, que, além de receber denúncias, esclarece dúvidas sobre os diferentes tipos de violência aos quais as mulheres estão sujeitas. As



manifestações também são recebidas por *e-mail* no endereço *ligue180@spm.gov.br*.

A central funciona 24 horas todos os dias, incluindo feriados e finais de semana.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça — CNJ, no *ranking* nacional o Rio Grande do Norte é considerado o quinto Estado com o maior volume de violência contra as mulheres.

Sr. Presidente, parte do meu pronunciamento foi de utilidade pública, voltado ao combate da violência contra as mulheres e para mostrar quais são os canais que podem ser utilizados para se denunciar o agressor. Ressalto que não é apenas o agredido ou a agredida que podem pedir socorro; um vizinho, um parente ou mesmo um desconhecido também podem denunciar um agressor.

Isso é para dar uma ruptura em alguns discursos que ouvimos aqui neste plenário.

Vinha comentando há pouco com uma Deputada que um Deputado Federal tem navegado em mares calmos por representar, talvez, a diferença de tudo o que existe hoje na política do Brasil.

Eu acho que o brasileiro, Sr. Presidente, busca algo diferente. Talvez nós todos estejamos sendo renegados. Esses discursos de quem roubou, de quem não roubou... Acho que o Brasil precisa é de um Presidente que olhe para frente.

Eu lamento profundamente alguns debates que são feitos aqui e não quero fazer juízo de valor, não quero dizer quem está certo ou quem está errado. Mas quero dizer que o brasileiro não aguenta mais isso, que o brasileiro não quer escutar esse tipo de discurso. O que o brasileiro quer é saber como o próximo Presidente vai conduzir o Brasil em 2019, qual será a política econômica, qual será o formato de composição da equipe econômica, como serão mantidos os programas sociais, de



que forma as ações que hoje estão efetivadas serão prorrogadas ou não. Nisso ganhará, espero eu, aquele que conseguir interpretar o anseio da população de uma forma mais transparente, buscando atender aos 13 milhões de desempregados, tentando fazer justiça, para que o Brasil não viva em castas.

Não se quer mais ver na primeira página dos jornais notícia de que mil pais de famílias passaram a madrugada numa fila para tentar preencher uma ficha a fim de conseguir um emprego e ao mesmo tempo, logo abaixo, a notícia de que o Judiciário apresentou proposta de reajuste de 16% em causa própria.

O Brasil não aguenta mais viver em castas, não aguenta mais essas desigualdades sociais. Devemos começar a cortar na própria carne, e a Câmara dos Deputados deve dar essa demonstração ao povo brasileiro, ao não reajustar os nossos salários, porque nós ganhamos muito bem. Nós nos submetemos às urnas porque queremos. Se for o caso, nós vamos para a iniciativa privada, buscamos um concurso público ou fazemos qualquer outra carreira.

Então, está na hora de sairmos desse déficit da balança, déficit das contas públicas, desigualdades sociais e tentar buscar uma forma de puxar o desempregado para dentro de um emprego formal. Devemos acabar com essas desigualdades, com essas castas, com essas desigualdades que existem nos salários, inclusive entre os da iniciativa privada e os do poder público.

Por fim, quero dizer que estou indo agora a uma audiência com o Ministro da Defesa, Raul Jungmann, para levar um pleito do meu Estado do Rio Grande do Norte. E digo isso para aqueles que acusam a bancada federal — e eu aqui falo em nome do coordenador da bancada — de não ajudar o Governo do Estado, acusam os Deputados e os Senadores de terem atrapalhado o Governo do Rio Grande do



Norte. Pois está aqui um Deputado, numa terça-feira, talvez o último a sair, que vai defender os interesses do Rio Grande do Norte.

Eu não voto no Governador, mas estou aqui com um projeto para levar ao Ministro Raul Jungmann, pedindo recursos para a segurança pública. Política se faz dessa forma, sem olhar cor partidária e sem olhar quem está no palanque, mas, sim, olhando quem está embaixo, que é o eleitor, que é o conterrâneo, que é o norte rio-grandense, que merece a atenção da bancada federal do Rio Grande do Norte.

Então, quando eu sair daqui, irei ao Ministério da Defesa conversar com o Ministro Raul Jungmann e levar o pleito do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, da ordem de 80 milhões de reais para diversos itens e segmentos, através de um plano de trabalho e de um cronograma de execução. Está aqui o exercício, está aqui a atividade, está aqui a defesa da segurança pública do Rio Grande do Norte.

Eu comecei o meu discurso falando sobre o combate à violência doméstica contra as mulheres e o termino falando sobre segurança pública aos meus conterrâneos norte-rio-grandenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Que Deus proteja esta Casa, as nossas cabeças e o povo dos 26 Estados e do Distrito Federal!

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Obrigado, Deputado Felipe Maia.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ligue 180 recebeu 956 denúncias de violência contra mulheres no Rio Grande do Norte em todo o primeiro semestre de 2018. O balanço foi divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos e engloba violência psicológica, cárcere privado, homicídio e outros crimes.



No ano de 2017, o Ministério dos Direitos Humanos recebeu 2.164 denúncias do Rio Grande do Norte. No entanto, a Pasta não detalhou quais foram os principais crimes registrados através do mecanismo.

Em todo o Brasil, a violência física foi o crime mais registrado no primeiro semestre deste ano, com 34 mil casos, seguida da violência psicológica, com 24.378, e da violência sexual, correspondendo a 5.978 casos.

Vale lembrar que não só a vítima pode denunciar casos de agressão contra a mulher; pessoas próximas ou até desconhecidos também podem utilizar o canal ou registrar queixa na delegacia.

Para denunciar casos de violência basta ligar para o número 180, canal disponível no Brasil e em mais 16 países, que, além de receber as denúncias, esclarece dúvidas sobre os diferentes tipos de violência aos quais as mulheres estão sujeitas. As manifestações também são recebidas por *e-mail*, no endereço *ligue180@spm.gov.br*. A central funciona 24 horas por dia, todos os dias, incluindo feriados e finais de semana.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, em um *ranking* nacional, o Rio Grande do Norte é considerado o quinto Estado com maior volume de violência contra a mulher.

A Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres da Câmara dos Deputados debateu hoje o funcionamento do Ligue 180 como política pública estratégia no enfrentamento da violência contra as mulheres. A lei que autorizou a criação da linha telefônica está completando 15 anos — Lei nº 10.714, de 2003.

O serviço foi implementado pelo Governo em 2005. O número é único em todo o País, e a ligação é gratuita. A linha atende denúncias de qualquer tipo de



violência contra a mulher e não apenas de violência física. Xingamentos, exposição indevida, ameaças, intimidações ou assédio, por exemplo, também podem ser denunciados pelo Ligue 180.

O Plenário da Câmara aprovou hoje o Projeto de Lei nº 6.433, de 2013, proposta que altera a Lei Maria da Penha, para autorizar que delegados e policiais decidam, em caráter emergencial, sobre medidas protetivas para atender mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Nos casos em que as medidas protetivas forem decididas por delegado ou policial, o juiz deverá ser comunicado no prazo máximo de 24 horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revisão da medida, comunicando a sua decisão ao Ministério Público. Atualmente, a lei estabelece um prazo de 48 horas para que a polícia comunique ao juiz de Direito sobre as agressões, para que, só então, ele decida sobre as medidas protetivas. O prazo, no entanto, é considerado excessivo em alguns casos, contribuindo para que a vítima fique exposta a outras agressões ou mesmo à morte.

A Deputada Soraya Santos, do PR do Rio de Janeiro, Relatora do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.433, de 2013, lembrou, durante a discussão da matéria na manhã de hoje, que todos os dias 13 mulheres são mortas no País por feminicídio.

Temos que acabar com o crescimento da violência contra as mulheres!”



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel. S.Exa. dispõe de 1 minuto. Na sequência, falará a Deputada Maria do Rosário.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito sejam divulgados pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação da Casa dois pronunciamentos a respeito de dois eventos: Marchar Novamente é Preciso e a Marcha Lula Livre.

Cinco mil trabalhadores e trabalhadoras chegaram a Brasília, em três grandes grupos.

O Presidente Lula é respeitado e reconhecido no mundo inteiro como preso político perseguido. A candidatura do Presidente Lula será registrada amanhã. Nós faremos um grande ato em Brasília, em defesa da democracia e da Constituição.

Nós pedimos ao STF e ao TSE que façam, urgentemente, um julgamento técnico, para que o Presidente Lula seja libertado imediatamente e faça valer o direito que ele tem de concorrer às eleições presidenciais.

No último sábado, participamos de um grande ato no Município de Itabaiana, em Sergipe, com representantes de 14 Municípios, com nosso ex-Governador Jackson Barreto, com o atual Governador Berivaldo Chagas e com nosso Presidente do PT, Rogério Carvalho.

Parabenizo nosso querido companheiro Olivier Chagas, Presidente municipal do PT, entre outras lideranças da região.

Nos 14 Municípios do Estado de Sergipe há somente uma preocupação: o Presidente Lula precisa ser libertado. Lula precisa ser candidato à Presidência da



República. Somente ele pode, neste momento, reerguer um grande projeto para o Brasil.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meus discursos sejam aceitos como lidos e divulgados pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - V.Exa. será atendido, Deputado João Daniel.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, a população de Brasília já está vendo nas ruas a grande mobilização nacional nos dias que antecedem o registro da candidatura de Lula à Presidência da República.

Hoje já temos os três grandes grupos de manifestantes que partiram da maioria dos Estados brasileiros e já estão próximos a Brasília. Eles ficarão acampados no Parque da Cidade. São mais de 5 mil pessoas do Movimento dos Trabalhadores sem Terra que saíram dos seus Estados para dar apoio ao nosso Presidente Lula, hoje injustamente preso, em prol do registro da sua candidatura no TSE.

Como diz o companheiro Alexandre Conceição, da coordenação Nacional do MST, esta é uma marcha pedagógica, uma vez os manifestantes acamparam em três cidades do Distrito Federal e do Entorno: Formosa e Luziânia, no Estado de Goiás, e Engenho das Lages, no Distrito Federal. No dia 10 de agosto, seguem em direção à Capital Federal, e em cada parada é feita uma programação, com rodas



de conversa, teatro e intervenções, com o objetivo de levar cada vez mais o debate sobre a democracia e sobre as conquistas do nosso povo.

A marcha será engrossada por caravanas de todo o País, que vêm a Brasília registrar a candidatura de Lula, para que o ato de sua candidatura à Presidência da República seja a marca da retomada da democracia brasileira, que vem sendo obstruída pela sua prisão ilegal e sem provas. Justamente ele, o maior Presidente que nosso País já teve, principalmente para o povo mais pobre.

Com certeza, com sua vitória, teremos a retomada do processo de reinclusão social no País.

Não temos dúvida de que o povo quer Lula candidato e mais ainda: quer Lula Presidente de novo. Mas sabemos que existe hoje uma armação feita por um Governo golpista que, mesmo sem nenhum apoio popular, vem cometendo todas as maldades que interessam a uma parte da nossa elite conservadora, como a defesa do Estado mínimo e a entrega do nosso patrimônio ao capital estrangeiro, elite que não quer ver esse projeto entreguista acabar.

O povo já entendeu isso e quer votar em Lula, mesmo que ele esteja preso, embora a mídia golpista venha apoiando o Juiz de Curitiba e estrangendo os Ministros do STF e dos demais tribunais e instâncias superiores a não colocarem em julgamento o processo que considera inconstitucional a prisão sem o trâmite em julgado e que não tem provimento a qualquer pedido de liberdade do nosso Presidente candidato.

É por isso que esta marcha é de grande importância para o momento em que estamos vivendo e que nossa luta seja vitoriosa, fazendo com que os juízes deixem de olhar para a sua imagem na mídia e resolvam dar um basta à injustiça que vêm



cometendo contra Lula, e o povo possa, enfim, votar naquele candidato que realmente o representa.

Parabenizamos a organização da marcha, o grande líder do MST, o companheiro João Pedro e todas as lideranças do movimento. Parabenizamos os demais movimentos sociais e sindicais que se farão presentes nesta luta e destacamos todos os companheiros que se encontram em greve de fome, pela liberdade do nosso grande líder.

Lula livre! Lula Presidente!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para registrar e dar como lida matéria veiculada na página do MST, intitulada “Marchar novamente é preciso!”, que narra com clareza a conjuntura atual e a importância da mobilização do povo neste momento e, sobretudo, a ocorrência da marcha da democracia que acontecerá aqui em Brasília no próximo dia 15.

Marchar novamente é preciso para retomar a democracia, a reforma agrária, denunciar a retirada de direitos e exigir Lula livre. Estas são as principais bandeiras de luta que impulsionam o processo de construção da Marcha Nacional Lula Livre.

O ato de lançamento da marcha foi realizado na noite da última sexta-feira, dia 3, e contou com a participação de diversos movimentos e organizações populares, no Armazém do Campo, em São Paulo, durante ato político em comemoração aos 2 anos da loja.

Músicas e palavras de ordem ajudaram na construção de uma mística, avaliada como necessária para fortalecer os corações e as mentes dos



trabalhadores e das trabalhadoras que estarão em marcha entre os dias 10 e 15 de agosto, em direção a Brasília.

Em solidariedade aos seis militantes de movimentos e organizações populares que estão em greve de fome por justiça no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, desde o último dia 31 de julho, o ato de lançamento destacou a importância de tomar medidas extremas nos momentos em que a conjuntura coloca os trabalhadores em situações extremas.

Percurso da marcha:

A marcha, puxada pelo MST, é uma construção de diversos movimentos e organizações populares do campo e da cidade. Será organizada em três colunas, saindo de três pontos do País: da cidade de Formosa, a partir da BR-020; Engenho das Lages, pela BR-60; e de Luziânia, na BR-40. Cada coluna percorrerá cerca de 50 quilômetros e mais de 5 mil marchantes são esperados.

Durante o ato de lançamento, Márcio Santos, da Coordenação Nacional do MST, destaca que a mobilização tem um significado ímpar para alterar a atual conjuntura de golpe no País. *“Neste momento, nossa marcha tem como foco principal a defesa da democracia, que está sendo atacada nos últimos 2 anos. Compreendemos que defender a democracia significa defender a liberdade de Lula e o direito de ele ser candidato. Portanto, é uma marcha que vai entrar para a história do Brasil”*, enfatiza.

Mobilização:

Para a marcha deste ano, Márcio afirma que o MST, internamente, a partir dos assentamentos e acampamentos, tem realizado um grande processo de mobilização. *“Nossa base está de prontidão para marchar a Brasília. Desde o Sul*



até o Norte, do Leste ao Centro-Oeste do País, estamos mobilizando nosso povo, e a recepção está sendo significativa. Todas as regiões do Brasil estão mandando gente para Brasília”, pontua.

Neste aspecto, ele acrescenta que o povo entende que não é só a bandeira da reforma agrária que está em jogo. *“O que está em jogo é um projeto popular para o País. Marchar neste momento é de uma envergadura ainda não calculada”,* conclui.

O ato de lançamento da Marcha Nacional Lula Livre reafirmou a necessidade de não só lutar permanentemente pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, mas também alimentar a mística que tem contribuído durante a mobilização de diversos movimentos populares em defesa da democracia e de Lula Livre.

Um instrumento histórico:

Esta não é a primeira marcha realizada pelos trabalhadores e trabalhadoras de movimentos e organizações populares. O MST, em 1997, 1 ano após o massacre em Eldorado dos Carajás, deu início à Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. Com 1,3 mil sem-terra, divididos em três colunas, o objetivo era chegar a Brasília no dia 17 de abril e denunciar, principalmente, a violência e a impunidade no campo. O percurso durou exatamente 2 meses.

Em 1999, durante a Jornada Nacional de Lutas, um conjunto de movimentos do campo e da cidade realizaram a Marcha Popular pelo Brasil, com o objetivo de barrar as políticas conservadoras e o projeto de privatizações de empresas públicas do Governo de Fernando Henrique Cardoso. A marcha contou com a participação de mil pessoas, que saíram do Rio de Janeiro em direção a Brasília.



Outra marcha histórica na luta popular brasileira foi realizada em 2005. No dia 2 de maio, o MST iniciou a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, saindo de Goiânia (GO) até Brasília, com mais de 12 mil pessoas. Diversos foram os pontos da pauta, entre eles defender a Amazônia dos interesses das transnacionais; impedir o processo de privatização da água; barrar a liberação dos transgênicos; demarcar imediatamente todas as terras indígenas; expropriar as fazendas com trabalho escravo; dobrar o valor do salário mínimo; realizar auditoria pública da dívida; e retirar as tropas do Haiti.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Deputado Leo de Brito, eu quero deixar registrado neste plenário e também no programa *A Voz do Brasil* a minha indignação pelo fato de, há 7 meses, o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas do Ministério dos Direitos Humanos estar fora do ar.

O desaparecimento de pessoas é algo extremamente grave. O Brasil sofre na história com os desaparecidos no período da ditadura militar, mas há que se ter um olhar para as crianças, para os adolescentes, para os jovens, para as mulheres e para as pessoas com deficiência que todos os dias desaparecem no Brasil.

O fato de não termos um cadastro nacional em funcionamento é uma violação de direitos humanos pelo Estado brasileiro, porque havia e não há mais. Isso é um retrocesso na política pública.

Além disso, Sr. Presidente, deixo registrado que este Plenário aprovou um projeto que cria o Alerta Amber e o Cadastro Nacional. Esse projeto, aprovado aqui, foi para o Senado Federal. No entanto, o Senado Federal se encontra paralisado, sem analisar a matéria.

Ora, o Alerta Amber é uma tecnologia internacional contra o tráfico de pessoas, pelos direitos humanos e para a localização de pessoas desaparecidas. No momento do registro do desaparecimento é divulgado imediatamente em aeroportos, rodoviárias, em conselhos tutelares, em delegacias de todo o Brasil e em todas as fronteiras o rosto da pessoa desaparecida.



Em nome das Mães da Sé, em nome dos pais, avós, das pessoas que buscam pessoas desaparecidas, que o Governo Federal recoloque no ar o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e que o Senado Federal vote o projeto de nossa autoria que institui o Cadastro Nacional e o Alerta Amber. É o mínimo que nós podemos fazer por essas pessoas num momento como esse. O desaparecimento não é um crime, mas é uma grave violação aos direitos humanos não procurar as pessoas.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Passa-se às

VI - COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Tem a palavra o Sr. Deputado José Guimarães, pelo PT, por 10 minutos.



O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares e todos aqueles que nos assistem pelo Brasil afora, esta é provavelmente uma das últimas sessões antes do processo eleitoral, em que cada um de nós vai se submeter às urnas, à vontade soberana. E tem que ser sempre assim em qualquer democracia, com respeito às regras e com respeito à soberania popular.

No momento em que vamos disputar as eleições, o País olha para Brasília e fica chocado com todas as tentativas e ações que estão sendo desenvolvidas para impedir que o ex-Presidente Lula seja candidato à Presidência da República. Refiro-me a todas as ações feitas por setores do Judiciário, por setores da grande mídia, por aqueles que não entendem e não praticam a democracia, nem reconhecem na democracia a saída para os problemas e para as crises que o País vive. Tudo isso constitui um verdadeiro conluio para tentar impedir que Lula seja candidato. Prenderam Lula e até hoje não explicam, não dizem qual é a causa, por que ele foi preso, que tipo de condenação foi feita.

Que Justiça foi essa que mandou prender, já que ao mesmo tempo saem notícias de que autoridades do Judiciário, sobretudo em Curitiba, ao arrepio da lei, praticam ações na tentativa de impedir a liberdade do Lula? Como pode o País ser chamado para as urnas, e eles tentarem impedir que uma liderança como Lula, que lidera todas as pesquisas, não esteja presente nas urnas? Como falar em democracia? Como falar em soberania popular? Como falar em respeito às regras se não permitirem a candidatura do Lula? O País está chocado, porque todo o País percebeu o tamanho da injustiça.



Aqueles que estão em conluio para tentar impedir a candidatura de Lula se perguntam como pode um homem que está preso há cento e tantos dias, ainda assim, estar liderando todas as pesquisas e ditando, lá da Polícia Federal de Curitiba, as regras da disputa eleitoral no País.

Pesquisas são feitas, a grande mídia divulga, o PT realiza a sua convenção e indica Lula para Presidente e Haddad para Vice, mas essas pessoas não entendem por que Lula é tão forte assim. Sabem por que não entendem, ou não querem entender? É porque o povo brasileiro reconhece a vida que levou antes e a que levou durante o Governo do Presidente Lula. E não são só os nordestinos, não, meus caros Deputados. Os cientistas políticos falam assim: *“Ah, o Lula é muito forte no Nordeste”*. Mas por que ele está em primeiro lugar em São Paulo, na terra do candidato do PSDB? Por que está em primeiro lugar em Minas Gerais, em disparado? Por que está empatado, em vários Estados do Sul, com o candidato da Direita? É porque o Brasil clama. E não há como reconstruir esta Nação se não houver um candidato que expresse a vontade legítima do povo brasileiro.

Amanhã, Deputado Pedro Uczai, nós vamos estar em frente ao Tribunal Superior Eleitoral. O PT vai protocolar a candidatura de Lula, junto com o PCdoB, vários Governadores, movimentos sociais, marchas que começam a chegar em Brasília. Hoje fizemos uma visita aos sete companheiros que estão em greve de fome aqui Brasília, num ato ecumênico em frente ao Supremo Tribunal Federal. Estaremos todos juntos amanhã. Não só o PT, mas as forças democráticas, aquelas mesmas forças que querem um Brasil livre.

Alguns que hoje condenam a democracia no passado lutaram pela democracia conosco. Esses deveriam, neste momento, compreender que a



democracia brasileira tem dois pressupostos: a legitimidade e o respeito às regras do jogo. Eles não estão respeitando nada disso com essa prisão de Lula. E o pior é que não o querem deixar ser candidato, com a vã ilusão de que vão ter legitimidade, de que vão ganhar a eleição. Como? Estão todos patinando. Não sabem o que dizer para a população brasileira.

É verdade que a população está indignada com a política, com o processo de corrupção no País, mas a população brasileira percebe claramente que o que está sendo feito com Lula é uma tremenda injustiça. E é por isso que ela se rebela, ela se revolta e diz que quer Lula livre. É porque não há outro caminho para nós a não ser o registro da candidatura de Lula, amanhã, junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

Para alguns, aquilo que nós vimos hoje em frente ao Supremo, os sete companheiros e companheiras que estão em greve de fome, talvez não tenha significância. Mas isso tem significância, sim, não é, Deputado Pedro Uczai? Isso tem muita significância para nós. É história, é legado, é vida; vidas que foram ceifadas lutando pela democracia, pela terra, pela inclusão social. Portanto, o que o País está assistindo neste momento é a um drama: como é que vão realizar uma eleição se não tiver, dentro dela, aqueles que representam a maioria? Como podem tirar um homem que, nas pesquisas, aparece com 33% dos votos. E numa pesquisa para o segundo turno ele já passa dos 50%, chegando até aos 60%. Como vão realizar uma eleição sem a figura do ex-Presidente Lula? Isso não vai dar certo.

Com esse golpe que foi dado, com aquilo que foi praticado, que País é esse que nós estamos entregando depois desses 2 anos de afastamento da Dilma? Qual é o Brasil que se está entregando? São 13 milhões o número de pessoas que estão desempregadas.



Os programas sociais é que melhoraram a vida dos nordestinos do Brasil, e eles estão sendo desmanchados com as reformas que foram aprovadas aqui dentro, como a reforma trabalhista, ou a relativa à PEC do teto. E só não aprovaram a PEC da Previdência porque nós não deixamos! Tudo isso agrediu profundamente os brasileiros e as brasileiras. Por isso é que as pessoas estão magoadas. Por isso é que as pessoas vão, nesta eleição, tomar decisões muito firmes. Elas não abandonam, até por uma questão de solidariedade, o ex-Presidente Lula.

Amanhã, às 17 horas, nós estaremos na frente do Tribunal Superior Eleitoral. E não só o PT, mas também as forças políticas que estão nessa construção democrática de uma saída para a crise. Esse Governo terminou, e não pode haver uma eleição que não seja democrática, com respeito às regras do jogo. Isso não pode, porque senão a crise institucional vai continuar.

O golpe que foi dado precisava de amparo político naquele momento, mas agora eles não sabem o que fazer. Eles construíram tudo isso, e agora não sabem o que fazer com a economia do Brasil. O Brasil quebrou! O desemprego fala alto! Os programas se desmancharam! As universidades estão à beira de uma falência porque não há mais recursos nem para a manutenção delas!

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, bem como o Ciências sem Fronteira e o FIES são programas que deram à juventude brasileira condição de crescer, de se desenvolver e de estudar.

As pessoas estão olhando para frente e não têm perspectiva nenhuma! A única perspectiva é a disputa com a presença de Lula, porque, do contrário, este Brasil será entregue eu não sei a que e a quem. Esses que aí estão para disputar as eleições não apresentam ideias, coisa nenhuma, para tirar o Brasil da crise.



O coordenador da campanha do ex-Presidente Lula apresentou as cinco diretrizes do seu programa de governo. Todas essas diretrizes estão fincadas em primeiro lugar no nosso legado, na experiência de governar — e de governar bem, para a maioria dos brasileiros —, mas, sobretudo, pensando no futuro e em como tirar o Brasil da crise institucional, econômica, social e moral que estamos vivendo. Por isso temos que ter a participação do ex-Presidente Lula nessa campanha eleitoral.

Eu estou convencido, meus amigos e minhas amigas, Parlamentares de todo o País... Quero me dirigir aos cearenses, neste momento, para dizer que vão me ver muitas vezes em todas as praças do Ceará, com a cara do Lula, com a máscara do Lula, em defesa do Lula; vão me ver em todos os cantos e recantos de Fortaleza, do Cariri, dos sertões, em todos os lares de Fortaleza e do interior do Ceará.

Nós vamos estar juntos lá para fazer uma coisa pela justiça, pela democracia, porque a única coisa que nos move neste momento é defender um direito, meu caro Presidente Leo de Brito, Deputado que representa tão bem o Estado do Acre. O Acre é um Estado pequeno, mas há também lá a marca da bravura, da resistência do povo cearense, porque é um Estado meio que misturado com o Ceará, com os cearenses.

Nós vamos estar juntos do Acre ao Ceará. Vamos estar juntos no Rio Grande do Sul e em todas as partes do Brasil, Deputado Pedro Uczai, na sua Santa Catarina, porque o povo aprendeu a gostar do Lula! O povo clama por Lula livre! O povo quer o Lula candidato!

Que entreguemos o Brasil ao desejo da maioria da população. Não há outro caminho. Só o povo é senhor do seu próprio destino, e é com ele que nós vamos



superar a grande crise em que eles meteram o País. Deram um golpe, afastaram a Dilma prometendo o céu, e deram o inferno! Esse é o Brasil que nós vamos submeter às urnas. É por isso que o Lula tem que ser candidato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Obrigado, Deputado José Guimarães.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Com a palavra o Deputado Kaio Maniçoba, do Solidariedade de Pernambuco.

V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. KAIO MANIÇOBA (SD-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu venho falar de um grave problema que está acontecendo no Sertão do meu Estado de Pernambuco. Tenho certeza de que não só lá, mas diversos outros Estados também estão na situação de atraso do pagamento dos pipeiros.

Só quem vive essa realidade, quem sente na pele e conhece de fato essa realidade é que sabe o que os pipeiros estão passando. São exatos 8 anos sem um único reajuste. Há 8 anos esses homens trabalham dia a dia, sol a sol sem receber um aumento. Enquanto isso, o preço do combustível sobe todos os dias. Sobe também o preço do feijão e o do arroz e das peças dos carros, mas não lhes é dado um reajuste há mais de 8 anos.

Por isso, quero fazer o meu protesto, para que o Ministério da Integração, na pessoa do Sr. Ministro Pádua, possa rever essa situação.

Nós vivemos em um estado de calamidade. Não podemos aceitar que famílias sejam crucificadas da forma como estão sendo, sem água e sem os seus direitos, porque os pipeiros não recebem em dia.

Eles estão certíssimos. Quero dizer que contem com o meu apoio para realizarem essa paralisação, porque não é justo trabalhar e não receber. Não é justo colocar seu carro nas estradas de barro, muitas delas sem conservação, e no final do mês não receber o dinheiro, porque o Estado ou o Governo Federal não paga o que é devido a eles.



Eu quero fazer o meu protesto, Sr. Presidente. Temos de nos reunir e levar isso até a Comissão de Agricultura e outras Comissões desta Casa para que possamos chamar os responsáveis, como o Ministro e o Exército de Petrolina, responsável por boa parte da área do sertão, a fim de darem explicação a esta Casa e podermos dar respostas à sociedade.

As cobranças são imensas, portanto não podemos calar e esperar que as pessoas fiquem de braços cruzados sem receber em dia e principalmente sem receber há 8 anos um reajuste no preço dos seus carros-pipa para poderem rodar e fazer seu trabalho.

O que estamos cobrando não é nada mais nada menos do que a dignidade de poder receber em dia, de poder chegar em casa e dormir sabendo que o seu dinheiro vai estar na conta, da forma como merece, porque trabalhou e derramou seu suor todos os dias.

Vamos embora, porque precisamos dar uma resposta aos caminhoneiros, aos pipeiros, enfim, a todas as classes pelas quais temos protestado aqui todos os dias.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o nosso pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Será devidamente registrado, Deputado Kaio.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Com a palavra o Deputado Rocha, pelo PSDB.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no último dia 11, o Tribunal Regional Eleitoral do Acre homologou a chapa dos hoje candidatos Gladson e Rocha para Governo do Estado. E juntamente com a entrega do pedido de registro da candidatura, nós entregamos um plano de governo, que tem como um dos focos a produção rural.

A pecuária e a agricultura fazem parte de um segmento que tem sido massacrado ao longo dos últimos 20 anos por um modelo que foi implantado no Estado, modelo esse intitulado Florestania e que gerou no nosso Estado situações que infelizmente levaram o Estado do Acre, que há 20 anos produzia arroz, feijão, milho, a carregar atualmente como única marca a de ser o segundo Estado mais violento do Brasil.

O programa de governo apresentado também foca outras áreas: busca solução para os graves problemas da saúde pública. Nós temos no Acre uma crise tremenda na saúde pública. Pessoas estão morrendo nas filas dos hospitais por falta de medicamento, por falta de exames, por falta de profissionais, por falta de condições mínimas de atendimento.

Há hospitais que estão há 12 anos em construção e que serviram de palanque em várias campanhas, mas que, infelizmente, não foram entregues à população. Eu quero aqui citar o Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco, o hospital do Alto Acre, a UPA de Cruzeiro do Sul, o Hospital de Sena Madureira, a terceira maior cidade do meu Estado.



Para esse último hospital existem emendas apresentadas pelo Deputado Alan Rick, mas, infelizmente, por questões políticas, o Governador Tião Viana deixa de lado essas emendas e deixa também, junto com as emendas, a população à mercê da própria sorte.

O programa de governo foca também a educação, educação que, infelizmente, falhou no meu Estado. Hoje a grande maioria dos professores, a quase totalidade dos professores da rede pública são provisórios. E são provisórios para atender interesses politiqueiros, interesses de eleição de Deputados, de Senadores, de Governadores e de Prefeitos ligados ao PT, ao PCdoB, ao PSB, aos partidos que hoje compõem a tal Frente Popular.

Eu lembro que, ainda como Deputado Estadual, apresentei um projeto para limitar a quantidade de professores provisórios, mas, infelizmente, o Governo não quis votar esse projeto, porque prefere manter no cabresto aqueles professores que hoje recebem somente 9 meses por ano e que todo ano têm que correr atrás de um novo contrato.

Nosso programa de governo, Sr. Presidente, também foca na segurança pública, um capítulo muito especial, segurança essa que a população do meu Estado não vê, segurança essa que hoje deixa a população atormentada.

Eu disse no início da minha fala que o Acre é o segundo Estado mais violento do Brasil, que o Acre tem Rio Branco como a capital mais violenta do País. Isso acontece graças ao desgoverno.

E me surpreendem matérias como a que li há 2 dias, em que o Governo do Estado diz que foi o segundo governo que mais investiu em segurança pública no Brasil. Ora, esse é um claro sinal de que há alguma coisa errada! Os órgãos de



controle têm que abrir bem os olhos, porque há 5 anos o Governo não compra uma única farda para a Polícia Militar, que hoje trabalha à paisana; o Governo não compra combustível para as viaturas; o Governo não dá condições para a Polícia Civil exercer seu papel. Basta citar que, em vários Municípios, nós temos delegacias e quartéis caindo aos pedaços, nós temos delegacias de polícia com apenas um policial. E não se trata de um policial por dia, mas de um único policial para fazer todo o trabalho de polícia judiciária naquela região. São esses o cuidado e a atenção que o Governo do PT, ao longo desses 20 anos, dispensou a um segmento importante. E o preço é este: é a insegurança, é a intranquilidade em que hoje a população do nosso Estado vive.

Por outro lado, Sr. Presidente, nós tivemos um debate. E os jornais estamparam as matérias da briga, porque até o último momento queriam sacar o candidato a vice do PT, porque foi o homem responsável, o homem que conduziu a Pasta, o homem que deixou as facções criminosas se apoderarem das nossas ruas: o ex-Secretário Emylson Farias. E numa jogada, o Senador Jorge Viana, que queria a todo custo excluir mais um candidato ao Senado, tentou sacar o Emylson Farias, porque não somava na chapa. Mas isso é uma coisa do PT.

O que nos move é o sentimento do nosso povo, que hoje não aguenta mais novas mentiras. É bom que se diga que, dos Governadores brasileiros eleitos em 2014, Tião Viana foi o que menos cumpriu suas promessas. Aliás, das 25 promessas estampadas no programa de governo, apenas duas foram cumpridas.

Os seus antecessores também são useiros e vezeiros em enganar a população, não cumprir aquilo que acordam com o eleitor. Eu falo dos 40 mil empregos, das 20 mil casas populares, da saúde de Primeiro Mundo, do melhor



lugar da Amazônia, do momento em que tentaram vender o Acre como sede da Copa do Mundo e tantas outras mentiras que embalarão o PT nas suas campanhas eleitorais.

O discurso dessa turma não mudou. É o mesmo há 20 anos. Hoje, eles tentam emplacar a candidatura de um prefeito envolvido em esquemas de corrupção no Departamento de Estradas e Rodagem do Acre — DERACRE, na sua gestão, na Operação Midas e na Operação Buracos. Uma apura um desvio de 80 milhões de reais na Empresa de Urbanização de Rio Branco — EMURB e a outra apura um desvio de 700 milhões nas obras da BR-364.

Eles tentam emplacar esse gestor como se fosse um novo, mas com um time de raposas velhas. Um novo que levou o Estado à situação mais crítica da sua história. Infelizmente, o Acre não gera empregos e vive uma situação de insegurança, que talvez seja o maior grito do nosso povo hoje.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu quero contrapor a ladainha que eles repetem a cada eleição de dizer que a Oposição não tem projetos. Antes da entrega do plano, há poucos dias, nós estivemos ouvindo produtores rurais para acrescentar ao nosso plano de governo.

Eu quero perguntar a essa turma, a essa “corriola”, se o plano de governo deles é o que levou o Acre à situação atual, que levou a saúde ao caos, à UTI, que levou a educação à reprovação, que levou a segurança pública à insegurança.

Outro discurso que essa turma traz e que não muda é o de que, se a Oposição ganhar, o salário vai atrasar, como se as receitas do Estado fossem acabar ou reduzir no momento em que a Oposição assumir o Governo.



Eu quero lembrar aqui o que disse a Deputada Leila Galvão, do Partido dos Trabalhadores, na tribuna da Assembleia Legislativa. Ela foi muito franca, muito honesta — coisa rara no Partido dos Trabalhadores — e assumiu que o próximo Governo vai demorar pelo menos 1 ano e meio para botar a casa em ordem, porque a casa está uma balbúrdia, está desordenada. O Governador Tião Viana vai entrar para a história como o pior Governador que o Acre já teve.

E nós sabemos o tamanho da responsabilidade de enxugar a máquina, de fazer com que o Estado se abra para investimentos, de fazer com que os órgãos de fiscalização e controle ambiental exerçam a função de orientadores e não somente a de meros perseguidores do homem do campo.

Nós sabemos o tamanho do desafio. E estamos preparados também para as mentiras e para os ataques baixos que hão de vir dessa turma, que, aliás, é useira e vezeira nessas práticas.

Deputado Alan Rick, estamos andando por todo o Estado, e o sentimento que está presente hoje e é demonstrado inclusive nas pesquisas eleitorais é o de que o acriano não aguenta mais esse modelo que levou ao caos a segurança, a saúde do nosso Estado. Hoje, o acriano anseia por mudança, anseia por um novo rumo. E esse novo rumo é Gladson Cameli e Rocha.

Sr. Presidente, faço esse registro e peço a V.Exa. que divulgue nos meios de comunicação desta Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*, o meu discurso que fala desse novo momento que o Acre vive, momento em que o povo começa a sonhar de novo, começa a acreditar que o Acre pode ser um Estado muito melhor do que o que essa turma fez ao longo desses últimos 20 anos.



Encerrando, Sr. Presidente, estamos andando o Estado, conversando com a população, sentindo essa coisa muito forte que é o anseio de mudança de um povo que não aguenta mais ser enganado por uma turma que passou 20 anos no poder e levou o Estado à condição em que ele se encontra.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Será feito o registro.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Agora, para breves comunicações, tem a palavra o Deputado Pedro Uczai, pelo tempo de 3 minutos. *(Pausa.)*

O SR. GIVALDO VIEIRA - Presidente, e o tempo de Liderança?

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Estamos revezando o tempo de breves comunicações com o tempo de Liderança. Depois, vamos ter a Deputada Erika Kokay, pela liderança do PT, dividindo o tempo comigo; o Deputado Givaldo; e o Deputado Julião Amin.

Depois, passaremos às Comunicações Parlamentares.

O SR. GIVALDO VIEIRA - Eu entendo a gentileza de V.Exa. com os colegas. Mas o tempo de Liderança tem prevalência.

O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Eu estou colocando só um Deputado para breves comunicações. Daqui a pouco, não há mais Deputados inscritos.

Tem a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quando o Presidente Lula governou este País, a vida do povo brasileiro mudou? Esta é a pergunta central. Os agricultores familiares e camponeses dizem que sim. A vida dos agricultores melhorou com o PRONAF, com o Programa Minha Casa, Minha Vida Rural, com assistência técnica, com o seguro-agrícola, com o Programa de Aquisição de Alimentos — PAA.

A primeira experiência do Brasil com o PAA foi quando eu tive a oportunidade e o privilégio de ser Prefeito de Chapecó, em outubro de 2003. Depois, virou um grande programa. Infelizmente, Michel Temer está acabando com ele.

Os jovens dizem “sim”. Mudou o horizonte, a esperança deles de chegar à universidade, à escola técnica federal. O Governo do Presidente Lula criou novas



universidades federais, como a Universidade Federal da Fronteira Sul — UFFS, em Chapecó. Além disso, criou institutos federais em várias regiões de Santa Catarina, bem como o PROIES, o PROUNI e o FIES.

Para os trabalhadores brasileiros, o Governo do Presidente Lula melhorou o País? Sim! Houve emprego, aumento do salário mínimo, que refletiu melhor na vida dos nossos aposentados, dos homens e mulheres deste País. Gerou empregos, gerou oportunidades. Os setores produtivos ganharam com o Governo do Presidente Lula.

É por isso que o povo brasileiro, depois de 2 anos de uma agenda de desmontes e de destruição dos direitos sociais, como a reforma trabalhista, que rouba, diminui os salários, os empregos e os direitos dos trabalhadores, depois de ver congelados por 20 anos os recursos para a saúde, a educação, a assistência, o povo quer esperança, quer futuro. Estamos propondo uma PEC para revogar a Emenda Constitucional nº 95, a PEC da morte, da maldade, a PEC de Temer e dos Deputados desta Casa que votaram a favor dela.

O futuro é Lula Presidente! O futuro é o ex-Ministro, ex-Prefeito de São Paulo, um dos grandes educadores deste País, o nosso Vice Fernando Haddad! Este é o rumo, esta é a direção, esta é a perspectiva que a democracia quer e requer.

Espero que o Poder Judiciário, conivente com o golpe parlamentar e com os setores do Judiciário que prenderam Lula, não dê um novo golpe à democracia e ao povo brasileiro.



O SR. PRESIDENTE (Leo de Brito) - Agora, pelo tempo da Liderança do PT, agregado também ao tempo de breves comunicações, concedo a palavra à Deputada Erika Kokay — que dividirá o seu tempo comigo.

O Deputado Alan Rick passa a presidir a sessão.

O Sr. Leo de Brito, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alan Rick, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, como se falam inverdades desta tribuna! É como se esta tribuna pudesse servir de instrumento para que as inverdades possam ser mais marteladas e ditas na perspectiva de que se transformem em verdades!

Digo isso porque afirmar que Luiz Inácio Lula da Silva quebrou a PETROBRAS é uma mentira absolutamente cínica, até porque foi o Governo Lula que descobriu o pré-sal. Aliás, diziam que ali não havia o pré-sal. Comprovou-se que havia o pré-sal. Diziam que não havia tecnologia para retirar o pré-sal. A PETROBRAS construiu a melhor tecnologia do mundo para prospecção de petróleo em águas profundas. E, àquela época, o pré-sal representava 10% do petróleo e do gás extraído neste País. Hoje, é de mais de 50%!

Dizem que essa empresa está quebrada, mas alguns anos atrás, em 2016, ela fechou o ano com 20 milhões em caixa. Ela antecipou, inclusive, a restituição de um empréstimo feito com o BNDES? Dizem que ela está quebrada, mas ela vai construir cinco novas plataformas. Isso vai representar um lucro em torno de 70 bilhões daqui a um pouco mais de 1 ano. Ora, dizer que a PETROBRAS está



quebrada é uma mentira deslavada, porque essa empresa se fortaleceu! Quando se estabeleceu, no Governo Lula, o conteúdo nacional, saiu-se de 2 mil empregos na indústria naval para mais de 70 mil — mais de 70 mil!

Que dor é ver a PETROBRAS comprando um navio chinês, que provavelmente gerou muitos empregos na China, mas nenhum emprego no Brasil! O Brasil moeu, o Governo Temer moeu as cadeias produtivas, moeu um projeto de desenvolvimento nacional. Este Brasil era para ser a quinta maior economia do mundo, do mundo! Hoje o Brasil não consegue segurar a alta do dólar, não consegue eliminar o desemprego! O Governo Lula trabalhou, sim, com o pleno emprego.

Há essa construção, essa resposta que o povo brasileiro dá às injustiças cometidas contra Lula. É uma resposta construída com o que o povo vivenciou. Não é qualquer líder que tem abordada a sua caravana pelo povo. Nessa ocasião, uma senhora pega o diploma do seu filho de uma gaveta e diz: *“Lula, meu filho é doutor!”* Não é qualquer líder que pode ter uma história de governo de um país onde um trabalhador rural empunha em uma mão a enxada e na outra mão o diploma. Não é qualquer líder! Por isso, Lula é o maior líder que este País já teve!

O povo brasileiro quer ter o sorriso de novo no seu rosto, quer voltar a acreditar neste Brasil, onde hoje não se consegue conter o desajuste fiscal!

Lembram-se do que diziam: que era preciso tirar a Dilma? Ai que saudade que nós temos das panelas que não batem para o Governo corrupto de Michel Temer, o Governo de malas literais e metafóricas! Onde está o verde-amarelo? Onde estão os patos de Troia, que roubaram, rasgaram as carteiras de trabalho?



A ruptura democrática está entrando nas nossas casas. O golpe beija o nosso rosto — beija o nosso rosto! Destroem-se as instituições neste Brasil. E, como não há instituições que possam mediar os conflitos, os conflitos vêm brutos, os conflitos vêm brutos! E nós temos quase 64 mil brasileiros assassinados, segundo dados do último *Atlas da Violência* deste País.

Somos o quinto País em feminicídio! No Distrito Federal, o número de feminicídios já supera ou se iguala ao número de feminicídios de todo o ano anterior! É a falência das políticas públicas, porque o Governo Federal está joelhado, sabujo se tornou do rentismo! É um Governo que carrega o peso e a solidão de uma faixa presidencial roubada, por isso patina nas piores intenções de votos de toda a história deste Brasil.

É como o Governo Rollemberg. É difícil ver um Governo que tenha tido esse nível de rejeição que tem o Governo Rollemberg, um Governo que diz que tem as mãos limpas, mas, em verdade, se descobriu agora um profundo esquema envolvendo o seu próprio irmão, envolvendo pessoas chaves na estrutura do GDF. Ah, não são mãos limpas, são mãos vazias: vazias de saúde, vazias de educação, vazias de respeito, vazias de democracia. É isso o que nós estamos vivenciando aqui no Governo do Distrito Federal.

Por isso, amanhã, esta cidade vai ver uma grande manifestação. Três marchas chegaram a Brasília e vão se unificar para caminhar pela Esplanada e registrar a candidatura de Lula. Vamos registrar a candidatura de Lula, porque essa é a vontade do povo brasileiro. Rasgou-se a soberania popular ao rasgar 54 milhões de votos, deixando sem respostas as angústias do povo.



Diante de uma dessas angústias, eu pergunto: quem matou Marielle? Está se completando mais 1 mês do assassinato de Marielle e de Anderson e de uma intervenção militar que parece enredo de filme estadunidense, que constrói heróis para enfrentarem aquilo que se denomina como o mal. Nós estamos sem respostas para o assassinato de Marielle e de Anderson!

Nós estamos num País de 64 mil, ou quase isso, de brasileiras e brasileiros. Quem são? A maioria são jovens, negros e pobres; são os mesmos que lotam as unidades de internação, são os mesmos que lotam os nossos presídios.

Aí é bom lembrar Dostoiévski, quando diz que só conhecemos a nossa sociedade quando conhecermos os nossos presídios. E os nossos presídios são masmorras, os nossos presídios indicam que não há perspectiva neste Governo, nem nos seus reprodutores. Quem é Alckmin?! Quem é esse que estufa o peito com ar fascista e acha que pode colocar uma faixa presidencial?! Quem são esses que construíram o caos que estamos vivenciando neste País?

Por isso, o povo brasileiro, de forma inequívoca, vai marchar em solidariedade a sete brasileiros que estão em greve de fome, que abriram mão de se alimentar do pão para que nós possamos nos alimentar de justiça, de beleza e de paz. E justiça neste País só existirá com Lula livre, só existirá com eleições que não impeçam a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva.

Falo tudo isso porque é isso o que o povo brasileiro sente e é essa a resposta que nós vamos dar amanhã e sempre.

Quero chamar todos e todas para, amanhã, às 16 horas, estarmos em frente ao TSE e estamparmos o registro da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, para dizer qual é a vontade do povo brasileiro, que é filho de Dandara e de Zumbi dos



Palmares, que é filho de Margarida Alves. Essa mulher, há 35 anos, foi assassinada na porta da sua casa pelo latifúndio, esse latifúndio arrogante que quer retirar o direito de indígenas e quilombolas de terem o seu território, que querem, através da Emenda Constitucional nº 95, retirar indígenas, negros e a população pobre de dentro das faculdades e das universidades, com a extinção ou a redução da Bolsa Permanência.

Portanto, eu diria: Ah! Este Brasil está um caos! O golpe reverbera. O golpe não está ensimesmado dentro de cápsula, ele vai navegando e acha que pode capturar a inteligência do povo brasileiro. Mas o povo brasileiro, este povo sabe o que foram os 8 anos de Governo Lula, sabe o que foi o Governo de Dilma, solapada do poder para que o Brasil fosse entregue aos interesses estadunidenses, aos interesses canadenses, aos interesses chineses, aos interesses internacionais. É o rentismo que está esmagando este País, que é alimentado por um Estado mínimo para o povo brasileiro, mas obeso, farto e carinhoso para a elite e para o sistema financeiro.

Por isso, nós encerramos dizendo que tem razão Lula quando diz: *“Nós não queremos impunidade; nós queremos justiça”*. Como é possível admitir que nós tenhamos um Presidente condenado sem crime? Diz-se que foi condenado porque se beneficiou da reforma de um apartamento, mas agora se descobre que nem reforma houve, agora se diz, de forma muito clara, que o apartamento não é dele, que ele nunca dormiu lá, nunca esteve morando neste apartamento.

Este é o crime de Lula? Este é o crime de Lula? É esta a Justiça? É esta a Procuradora-Geral da República, a que liga para tentar impedir que soltem Lula,



quando Lula estava com uma decisão judicial para libertá-lo? A Procuradora ligou para indeferir sem ter qualquer tipo de participação legal nesse processo.

Este é o País da ilegalidade! E dói a prisão de Lula. Diz Lula: *“Sofro eu, mas mais sofre o povo brasileiro”*. É em nome do povo brasileiro que nós vamos marchar amanhã e dizer: *“Luiz Inácio Lula da Silva é candidato! Luiz Inácio Lula da Silva será o próximo Presidente deste País!”* (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Alan Rick) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Givaldo Vieira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB.

O SR. GIVALDO VIEIRA (PCdoB-ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amanhã se consolidam as candidaturas em todo o Brasil. Vai até amanhã o prazo para serem registradas as candidaturas a Presidente.

Diferentemente da ampla maioria das candidaturas a Presidente, mesmo estando ausente no momento da sua inscrição, o Presidente Lula terá ao seu lado uma grande quantidade de representantes do povo brasileiro, que chegaram a Brasília para participar de uma grande marcha. Mesmo que impeçam Lula de estar presente no momento do registro da sua candidatura, o povo está ao seu lado.

Muitos dos outros candidatos nem sequer conseguem colocar alguém ao seu lado por aquilo que representam.

Estará ao lado de Lula, como sua Vice-Presidente, a nossa camarada Manuela D'Ávila, que nos representou, até há poucos dias, como pré-candidata a Presidente. Manuela, uma mulher jovem de grande capacidade, percorreu o Brasil para tratar do atual momento do País, um momento em que precisamos estabelecer um novo modelo de desenvolvimento, que seja justo, que faça a inclusão das pessoas, que permita um futuro à nossa juventude.

Foi por isso que o PCdoB tomou essa decisão de se somar ao Presidente Lula e ao PT, para que possamos, na união de representações da esquerda, retomar um projeto popular, a fim de que o Brasil volte a ser dos brasileiros.

Eu cumprimento Manuela D'Ávila pelo que fez até agora como representante do PCdoB. Carregaremos uma grande militância junto com ela e com o Lula. Tenho



certeza de que vamos virar essa página e vamos fazer voltar a democracia ao nosso País.

Sr. Presidente, quero falar também de um tema pouco lembrado no nosso País: os povos e comunidades tradicionais.

O Presidente Lula, em 2007, através de um decreto, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Isso trouxe ao conhecimento da população a importância de se apoiarem povos tradicionais dos cantões de todo o Brasil, que antes ficaram no esquecimento. Ciganos, índios, negros, caiçaras, quilombolas, pescadores, extrativistas, pomeranos, todos foram colocados aqui em Brasília, na oportunidade em que se discutiu uma política para a promoção dos seus direitos e para a preservação da sua cultura.

Tive a oportunidade de defender essa causa como Vice-Governador do Espírito Santo, ao lado do Governador Casagrande, no mandato anterior, quando nós instituímos a Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais, através do Decreto Estadual nº 3.248, de 2013.

Esse decreto permitiu que se estabelecessem políticas para as comunidades de terreiro, pescadores artesanais, quilombolas, ciganos, indígenas e pomeranos do nosso querido Espírito Santo.

Muitos editais foram destinados a esses povos pelos Governos Lula e Dilma e pelo nosso Governo do Estado. Foram destinados 7 milhões de reais para o apoio à cultura desses povos tradicionais naquela época.

Com isso, passaram a ter visibilidade comunidades como a Comunidade Pomerana do Espírito Santo, que tradicionalmente só existe no Estado — nem na



Europa existe mais. No solo capixaba, estão milhares de filhos de pomeranos que ainda falam a língua pomerana e praticam as suas tradições. Na Europa, poucos pomeranos com mais de 80 anos ainda falam aquela língua.

A Pomerânia — que é brasileira, que é capixaba — ganhou visibilidade internacional com a caravana que pôde visitar a terra natal dos seus antepassados na Polônia e na Alemanha. Essa terra foi destruída na Segunda Guerra Mundial e seu território foi distribuído aos poloneses.

Graças a essa política, estamos preservando a tradição dos pomeranos, que existem no Espírito Santo em grande maioria — são 150 mil pomeranos. Outros 150 mil estão espalhados por diversos Estados do Brasil, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rondônia. Esses 300 mil pomeranos têm hoje a esperança de fazer retornar a política de apoio à sua cultura.

As principais festas pomeranas são: a Festa Pomerana, de Santa Maria de Jetibá; a Pomitafro, de Vila Pavão; a Guandu Fest, de Baixo Guandu — aproveito para cumprimentar o Prefeito José de Barros Neto, nosso camarada —; a Sommerfest, de Domingos Martins; a Pommerfest, de Pancas; entre outras. Essas festas mantêm, com esforço próprio, a cultura e a tradição desse povo.

Neste momento, quero homenagear esses povos tradicionais, sobretudo os pomeranos, que fizeram parte do crescimento do Estado do Espírito Santo. Quando chegaram ao Estado, essas comunidades incrementaram a agricultura e desenvolveram tecnologias que hoje fazem do Espírito Santo — Santa Maria de Jetibá, por exemplo — um dos maiores produtores de aves e de ovos do Brasil. Tudo isso se deu graças à força e à tradição desse povo.



Recobrar a memória e trazer políticas de apoio é certamente um compromisso que retorna com a chapa de Lula e Manuela. Devemos cuidar de gente assim, que precisa do apoio do Estado, para reduzir a discriminação de um Governo que só governa para as elites, como se vê hoje.

Eu espero que Lula seja mantido candidato e que, ao lado de Manuela, possamos percorrer todo o Estado do Espírito Santo, todo o Brasil, para consolidar uma vitória do povo sobre essa elite que aplicou um golpe para fazer prevalecer os seus interesses. Fizeram o povo trabalhador sofrer com a reforma trabalhista; querem impor uma agenda que está prestes a ser votada, com a reforma da Previdência; congelaram gastos e investimentos sociais. Enfim, estão fazendo o nosso povo sofrer.

A chapa é Manuela e Lula!

Lula livre! Lula candidato! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick) - Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Alan Rick) - Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali, pelo PCdoB. S.Exa., por acordo, não usará todo o tempo.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na verdade, a importância do dia de hoje, véspera do registro das candidaturas, está em homenagear, valorizar e fortalecer esta grande mobilização que a sociedade brasileira faz e vai se expressar no dia de amanhã, por meio da marcha comandada pelo Movimento Sem Terra, pela Frente Brasil Popular, pelo Movimento Consulta Popular, por esta grande representação da sociedade brasileira que chega aos milhares a Brasília, para fazer o registro da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

A presença da sociedade brasileira mostra a importância de se reverter a prisão de Lula, mostra, igualmente, que o Brasil quer Lula candidato porque seus direitos políticos não foram cassados e quer que se garanta o nome de Lula nas urnas no momento da decisão política das eleições no Brasil.

Nós sabemos que o Brasil tem uma história, uma história longa, em que as elites brasileiras, muito articuladas com as elites internacionais, negaram ao povo brasileiro muitos direitos. A escravidão é uma marca, uma marca forte, que persiste na discriminação da maioria da sociedade brasileira até hoje.

A escravidão marca uma importante forma de discriminação no Brasil, não apenas porque está presente na pobreza, na opressão das classes, na opressão de gênero, mas também na opressão pela questão ética e pela questão da raça. A escravidão se soma à opressão existente no Brasil porque nós ainda arcamos com esta herança, com esta história da civilização brasileira. A humanidade enxerga isso, e o Brasil precisa enxergar isso.



O Governo Lula foi um momento áureo na recuperação de muitos dos direitos não apenas das mulheres, das negras, dos negros e dos pobres, mas também da classe média: o direito à educação, a muitos programas na área da saúde, à nossa respeitabilidade, à nossa credibilidade internacional, a programas de ciência, tecnologia, inovação, à nossa formulação da política industrial, à nossa possibilidade de fortalecer a Previdência pública.

Houve aquele momento de geração de empregos — nós quase chegamos ao pleno emprego —, com altíssimos índices de carteiras assinadas, aumento de mais de 70% no valor real do salário mínimo. Muitos foram os avanços, dentro dos limites, é claro. São mais de 500 anos de elite mandando no Brasil, uma opressão brutal.

Sabemos que muitas reformas estruturais não foram feitas, entre elas realço uma que compromete profundamente a democracia: o enfrentamento do monopólio da comunicação — este precisa ser enfrentado com urgência. Não há democracia plena sem que se democratizem os meios de comunicação.

No entanto, este é o momento de decisão. Nós temos, até o dia de irmos às urnas, 50 dias ou pouco mais que isso. O povo brasileiro foi chamado a decidir. O Partido Comunista do Brasil, meu partido, fez um imenso esforço para construir uma frente ampla, porque nós sabemos que neste momento o Brasil está sendo entregue por este Governo sem voto, este Governo corrupto, que deu um golpe na democracia e na Constituição brasileira e forjou, com mecanismos não republicanos, uma maioria parlamentar nesta Casa.

O Brasil precisa responder porque socialmente, eticamente e economicamente ele afundou. Nós precisamos recuperar a possibilidade de termos



o Brasil nas mãos dos brasileiros, nas mãos das mulheres, nas mãos da diversidade brasileira, nas mãos da negritude brasileira, nas mãos do seu povo e da sua gente.

Neste momento de decidir, precisamos superar a abstenção, precisamos superar este sentimento do “não voto”, do descrédito da política, até porque a saída só se dá pela política, pelo coletivo, no plano da política que é informado por valores de mundo, ou seja, pela ideologia. Este o momento de decidir.

O PCdoB tentou, por meses, com a candidatura da Manuela d'Ávila, que cumpriu um importantíssimo papel, na sua pré-campanha, divulgando o programa construído pelo Partido Comunista do Brasil, que conseguiu articular outros partidos num programa comum através das fundações, que fez um esforço imenso para construir uma frente ampla, depois um esforço imenso para construir pelo menos uma frente de esquerda. Não foi possível juntar todos.

No último momento, no entanto, teve a atitude de juntar o discurso à prática. Concretizou o que disse e foi para a construção da unidade possível: retirou a sua candidatura à Presidência da República, para se somar. Somou-se à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, que merece não só nossa solidariedade, mas também nossa confiança, porque não há nenhuma prova contra ele.

Lula lidera as pesquisas. Lula é a maior liderança popular deste País: tem a confiança do povo brasileiro.

Ao se somar a esta candidatura, fez isso em vários Estados, e tirou candidaturas, somou-se à frente do possível, somou esforços para buscar a unidade, para responder à ganância do capital financeiro, à ganância de quem quer destruir os direitos e o patrimônio do nosso povo.

É por aí que nós vamos.



Hoje, Manuela d'Ávila se constitui na nossa vocalização num partido quase centenário, que ousa colocar uma jovem como sua representante, como ousou nos Estados colocar suas representações de mulheres, suas representações de jovens, para vocalizar a sua política e, ao mesmo tempo, disputa a presença aqui, na próxima legislatura, de uma grande bancada de Deputadas e Deputados e Senadores para, entre outros, superar a restrição antidemocrática da cláusula de barreira para manter-se institucionalmente na legalidade a própria legenda.

Este é o momento em que vamos fazer a disputa. Temos certeza de ganhar, chegar ao segundo turno e ganhar, ganhar daqueles que deram o golpe no País, que destroem o Brasil, que sequestram o direito das mulheres e dos homens, das negras e dos negros, dos jovens brasileiros que continuam morrendo nas cidades e nas periferias das grandes cidades do interior do Brasil, diante de uma política de segurança que faz a guerra aos pobres, uma guerra sem eficácia e sem efeito, porque não trabalha, de fato, a política da paz.

Sabemos que esta possibilidade só se dará com a candidatura de Lula e com sua vitória. Sabemos que o momento de decisão é o momento do olho no olho, o momento de uma disputa de corações e mentes. Esta nós faremos. Faremos esta disputa.

O registro será feito amanhã, com milhares de pessoas, num momento atípico, que não é de normalidade democrática. Sabemos que este paralelismo do Estado brasileiro se configurou na criminalização absurda de parte de agentes públicos para prender Lula, sem nenhuma prova, para que ele não seja candidato, para que ele não possa falar ao povo. Mas ele falará! Se não puder estar livre, falará por todos nós! E nós ganharemos esta eleição e levaremos ao povo brasileiro



nossos projetos, nossas propostas, nossas histórias, a história de Lula, repito, um “Silva do povo” brasileiro.

Este é insuportável para essas elites, insuportável para as elites fora do Brasil, que não querem ver novamente este “Silva do povo” sentado na cadeira do Palácio do Planalto. Não querem este “Silva do povo” falando dos problemas da sua gente, do seu povo, problemas que ele entende, e muito bem. Não querem este Silva representando o projeto democrático e popular do Brasil que revoluciona os corações, revoluciona as emoções, mas revolucionam principalmente as convicções, as ideias e os sonhos para o futuro do Brasil.

Mandaremos mensagens de esperança, de convicções, da nossa luta e das nossas possibilidades com Lula, com Manuela, com as militâncias do PT, do PCdoB e da nossa possibilidade real de voltarmos o Brasil para os brasileiros e de termos novamente o futuro para nossos filhos, para nossos netos, para a juventude, para a população brasileira.

Muito obrigada.

O Sr. Alan Rick, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Zé Geraldo, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) - Nós temos três grandes Deputadas inscritas: a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, do Tocantins, que já está na tribuna; a Deputada Luizianne Lins, do Ceará; e a Deputada Janete Capiberibe, do Amapá.

Tem a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, pelo DEM.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM-TO. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de falar em especial às pessoas que lidam no dia a dia com educação. Nós tivemos, num trabalho articulado pela Comissão de Educação e a Mesa, a definição de alguns projetos da área da educação que devem ser votados como prioridade em plenário.

Na semana passada, nós conseguimos aprovar três desses projetos. Um deles, de minha autoria, trata da valorização dos direitos dos profissionais da educação e dos professores. Ele estabelece condições que devem ser regulamentadas no âmbito de cada Estado e de cada Município relativas à criação de planos de carreira; à criação de programas de valorização; à garantia de condições de trabalho; à preocupação com o ingresso na carreira exclusivamente por concurso público; à garantia de condições e espaços na escola adequados ao planejamento e à preparação do profissional de educação e do professor; e, de maneira muito especial, à qualificação, ou seja, ao direito do trabalhador, dentro do seu espaço como tal, de participar de programas de qualificação e aperfeiçoamento e fazer cursos de especialização, mestrado e doutorado.

Esse projeto também procura regulamentar condições adequadas para garantir a inserção do servidor no plano de carreira e a sua permanência no cargo.



Um dos maiores desafios que temos hoje é em relação à atração de professores. Temos em muitas áreas déficits de professores. Os cursos de licenciatura, a cada dia, têm uma procura menor. Os alunos do ensino médio não se interessam por essa carreira, e não é por acaso: é uma carreira que carece de melhores salários e de melhores condições de trabalho. Esse projeto, que já foi aprovado aqui e seguiu para o Senado Federal, procura estabelecer essas condições de trabalho.

Outro projeto de minha autoria que já foi aprovado na Comissão e aqui em plenário e que também já seguiu para o Senado trata da criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE. Ele é um programa que faz um belo trabalho em todo o País, garantindo condições de alimentação saudável para crianças indígenas, quilombolas, da área urbana.

O PNAE era um programa, e hoje o que se busca é consolidá-lo como uma lei, estabelecendo responsabilidades para os entes da Federação. Estados e Municípios devem criar suas leis próprias, regulamentando como será feita a complementação dos recursos recebidos do Governo Federal, como o programa irá se organizar e quais são os profissionais necessários na área de nutrição e alimentação — muitos profissionais que lidam com alimentação me procuraram e solicitaram a criação de um projeto de lei que estabelecesse essa responsabilidade.

Nesse projeto, além de tudo que eu já mencionei, há outro ponto importante: o Conselho de Alimentação, que o acompanha nos âmbitos municipal, estadual e nacional. Esse Conselho de Alimentação tem a função de garantir direitos. É um controle social para garantir que os recursos sejam bem aplicados, que a alimentação saudável esteja disponível, que não falte merenda escolar em nenhuma



das escolas. Esse conselho não tem autonomia, e a proposta no projeto de lei é que ele passe a ter autonomia financeira e física para realizar o seu trabalho.

Eu sei que esses projetos vão colaborar muito para a garantia da educação pública de qualidade.

Outro projeto que foi aprovado, da Deputada Keiko Ota, preocupa-se com a questão das faltas. Em alguns Estados, como no meu, o Tocantins, já houve o chamado Programa Evasão Escolar: Nota Zero, que era abraçado por diferentes escolas, com estratégias próprias. O programa tinha como meta reduzir o abandono e a evasão escolar.

O número de crianças e jovens que deixam de frequentar a escola ainda assusta muito no País inteiro. O projeto estabelece que Municípios e Estados criem seus programas de busca ativa, programas de visitação, se envolvam com o Conselho Tutelar e, acima de tudo, com a comunidade escolar.

Às vezes, por falta de condições financeiras, econômicas, ou até por dificuldades de acesso, as crianças deixam de frequentar a escola, o que aumenta o número do abandono e da evasão e, mais do que isso, leva a problemas de repetência, a problemas de aprendizagem. Esse projeto busca garantir o direito que cada criança e cada jovem tem de frequentar a escola e de nela permanecer e ter sucesso.

Além disso, Sr. Presidente, hoje a Comissão de Educação realizou uma audiência pública que reuniu um requerimento de minha autoria e de autoria do Deputado Pedro Uczai que pedia a presença do Ministro do Planejamento.

Nossa preocupação se refere aos cortes nos recursos disponíveis para o



Ministério da Educação. A cada dia estão reduzindo mais os recursos discricionários. Programas extremamente importantes têm ficado prejudicados.

Também queremos manifestar nossa preocupação com o Orçamento de 2019 e com a LDO. Devemos garantir a presença na LDO de elementos que protejam o orçamento do Ministério da Educação e, conseqüentemente, da educação.

A educação básica brasileira infelizmente vem, desde 2015, perdendo recursos de maneira significativa. A queda começou há alguns anos com -10% e já chegou a -21%. Na verdade, trata-se do atendimento a todas as crianças e jovens. Nós não podemos permitir que esse orçamento seja de novo sacrificado.

Temos preocupação também com as universidades. Foi apresentada na LDO a garantia de que os recursos que as universidades arrecadam através do seu trabalho de extensão e da prestação de serviços ficarão para as próprias universidades. Mas isso não pode ser utilizado como uma moeda de troca, para que o financiamento público deixe de existir, prejudicando uma instituição que está fazendo a sua tarefa de atuar junto às comunidades, com extensão escolar, com prestação de serviços. Aquele recurso do orçamento público que a universidade iria receber do Ministério da Educação e que poderia melhorar o seu funcionamento não pode ser cortado.

O nosso objetivo é, sem uma falsa disputa entre educação básica e educação superior, garantir mais recursos para a educação, para a expansão dos institutos federais, para as universidades públicas, que têm enormes desafios para atender públicos específicos, como quilombolas e indígenas.

O meu Estado tem um belo trabalho, uma universidade multicampi, tem acolhido de maneira muito integrada as comunidades carentes. Os alunos precisam



de bolsa de permanência, precisam de condições de permanência na universidade, condições de alimentação.

E a luta suprapartidária da Comissão de Educação é para que o orçamento da educação não seja sacrificado, para que seja garantido o cumprimento desse orçamento e, mais do que isso, para que programas estratégicos e importantes sejam assegurados. É uma tarefa que compete a todos os partidos.

De maneira especial, a Comissão de Educação tem conseguido fazer uma ação que supera as diferenças partidárias, com a preocupação de garantir mais recursos para o FUNDEB, para a complementação do FUNDEB. Temos preocupação também em relação às creches inacabadas que estão por aí espalhadas. Há ainda a necessidade de novas escolas. Acima de tudo, queremos garantir que nenhuma criança ou jovem esteja estudando em um lugar que não possa ser chamado de escola, que não tenha as condições mínimas de funcionamento: escolas em casebres, escolas inadequadas, em lugares em que as crianças e os professores não consigam realizar o seu trabalho.

Essa é a luta permanente da Comissão de Educação, e eu tenho certeza de que esta Casa vai dar resposta à nossa preocupação com a melhoria do ensino e com a garantia de que o orçamento da educação continuará financiando as universidades, os institutos federais, como também a educação básica. Nós temos a preocupação, principalmente, de garantir que os profissionais da educação, os trabalhadores em educação, tenham seus direitos respeitados e que a educação pública básica seja de qualidade e acessível a todos.

Tenho certeza que esse desafio será enfrentado por toda esta Casa.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) - Tem a palavra a Deputada Luizianne Lins, do PT do Ceará, pelo tempo regimental de 3 minutos.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Zé Geraldo, do Estado do Pará, Sras. Deputadas e Srs. Deputados que ainda estão em plenário, povo brasileiro, quero dizer que desde o dia 7 de abril, em que estava no Sindicato dos Metalúrgicos, eu fiquei com o coração muito doído, como acho que ficou o povo brasileiro de forma geral.

Há uma parte do Brasil muito triste. Nós ficamos sabendo disso quando vamos às nossas plenárias do movimento Lula Livre, que estamos fazendo em todas as nossas cidades, como na minha Fortaleza, no Estado do Ceará. A gente vê que o povo chega, bate no coração, no peito, e diz: “*Deputada, Prefeita, está doendo*”.

Deputado Zé Geraldo, pré-candidato a Senador no Estado do Pará — com certeza será eleito pela força do povo —, ao mesmo tempo que temos essa tristeza no coração, eu tenho a alegria de dizer que amanhã, com milhares de sem-terra, de sem-teto, de quilombolas, de lideranças populares, de índios, de negros e negras, da população LGBT, da maioria do povo brasileiro, nós vamos fazer a inscrição da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência. Ele será eleito Presidente da República este ano, porque assim quer o povo brasileiro.

Não adianta o povo de toga desconhecer este Brasil, se fazer de louco, se fazer de hipócrita, fingir que não tem conexão nenhuma com esta realidade, com o que está acontecendo. Não adianta dizer que Lula é culpado sem apresentar uma única prova sequer contra o nosso Presidente.

Nós temos muito orgulho, Sr. Presidente Zé Geraldo, de estarmos do lado certo da história, que é o lado de livrar o Brasil de tudo por que ele está passando. O



povo brasileiro está triste, está deprimido, está desempregado, está sofrendo! Perdeu os direitos trabalhistas e está na iminência de perder os direitos da sua própria aposentadoria.

É por isso que amanhã — e daí a nossa alegria — nós vamos estar numa grande marcha no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal Superior Eleitoral para registrar a candidatura do maior líder da história política brasileira. Ele é um homem que pode ter os defeitos de ser humano, mas, como eu ouvi ontem do Zé Celso, tem as qualidades dos deuses, que nos fazem olhar para o futuro!

Esse Presidente, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, filho de nordestino como eu, foi um homem que superou todas as dificuldades — da natureza, da vida, do preconceito — e que nunca teve vergonha de lutar pelos seus iguais. E nós estamos lutando para que esse companheiro possa registrar a sua candidatura, porque ele tem direito de ser candidato a Presidente da República.

Hoje, o povo, que foi iludido por um momento, quando disseram que o problema era da Dilma, da crise econômica, etc., está vendo que a única coisa que queriam com o golpe que praticaram contra a Presidente Dilma era tirar Lula da disputa política para Presidente da República. Agora o povo está entendendo. É por isso que a gente vai gritar e vai dizer: Lula livre! Lula Presidente em 2018!

Viva o povo brasileiro e viva Lula!

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) - Muito bem, Deputada.



O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) - Concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho, do Piauí, por 1 minuto.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar que, mais uma vez, levei minha solidariedade às pessoas que há 15 dias estão em greve de fome. Finalmente, a Presidente do STF resolveu recebê-los e recebê-las. São homens e mulheres que levam exatamente o seu sentimento para que restabeleçamos a democracia neste País.

Ali no Ginásio Nilson Nelson, há milhares de trabalhadores e de trabalhadoras rurais. Há várias colunas chegando, como a Coluna Prestes, assim como as ligas camponesas com as quais eu também caminhei hoje pela manhã, dentre outros grupos.

Todos estão se juntando no Estádio Mané Garrincha, para, amanhã, juntos, unidos, registrarmos a candidatura do maior líder popular da história do Brasil e talvez um dos cinco ou seis maiores do mundo, dentre as lideranças vivas, o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva.

Viva a democracia! Viva Lula inocente! Lula Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) - Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe, para uma comunicação parlamentar, pelo PSB.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a história não esconde: toda vez que os brasileiros melhoraram de vida, veio um golpe para botar tudo a perder.

Em 1954, Getúlio atrasou o golpe. Em 1964, ameaçou os direitos trabalhistas, engavetou as reformas, entregou a riqueza nacional. A Constituição Cidadã reorganizou o País e instituiu regras para dar dignidade aos brasileiros.

Em 2003, o nordestino, retirante, trabalhador de chão de fábrica, barrou o projeto neoliberal. A Direita, antinacionalista, apostava no fracasso, mas o País prosperou. O povo brasileiro melhorou de vida. O filho do trabalhador estudou na faculdade pública, onde só entrava como prestador de serviços, viajou de avião, comprou o carrinho, a casa própria, os eletrodomésticos. Viajou, fez concurso público. E se confirmava essa escolha a cada eleição.

Em 2014, esse projeto de País ganhou de novo. Cresceu o ódio contra o Governo e contra quem o elegeu. E veio o golpe contra a Presidenta Dilma e os brasileiros com a *fake news* das pedaladas.

O discurso contra a corrupção é seletivo, oportunista. O que incomoda os opositores de Lula é o povo brasileiro melhorar um pouco de vida.

Deram início ao Governo do golpe, com o objetivo de: proteger corruptos; tirar direitos trabalhistas e previdenciários; tirar o filho do pobre, o negro e o indígena da universidade pública; aumentar o desemprego; pagar salários menores; congelar os investimentos públicos por 20 anos; acabar com o que foi construído desde 1988 e desde 2003; entregar a PETROBRAS, a ELETROBRAS, a Caixa Econômica



Federal, o Banco do Brasil, os Correios, o Sistema Único de Saúde, patrimônios criados com os impostos e o trabalho dos brasileiros.

O tempo todo se ouve que falta dinheiro para o agricultor familiar, para a reforma agrária, para os serviços de saúde e educação, mas não falta para os rentistas da dívida pública. O trabalhador fica sem nada. Tirar do pobre para dar aos ricos do mundo: esse é o golpe.

Para Lula não acabar com o golpe, colocaram-no na cadeia. Lula é preso político, sem provas, sem crime. Cometem um monte de ilegalidades para manter Lula preso. Prenderam Lula, e ele cresce. A grande imprensa não noticia, e Lula cresce.

Não há como derrotar Lula, porque Lula é cada um e cada uma dos 10 mil trabalhadores que marcham por mais de 150 quilômetros para chegarem a Brasília e, amanhã, acompanharem o registro da candidatura de Lula no Tribunal Superior Eleitoral. Esses trabalhadores denunciam a violação dos direitos trabalhistas, pedem a retomada da economia, do emprego e da renda e defendem o patrimônio dos brasileiros. Lula é cada um dos militantes sociais que estão em greve de fome há 15 dias, em defesa da democracia, da liberdade e da justiça social. Lula é cada um e cada uma da maioria dos brasileiros que quer o melhor para o Brasil.

Solidarizo-me e estou com cada um e cada uma nessa luta por liberdade, por democracia, por justiça social, pela soberania do Brasil e pelo voto popular.

Lula vai derrotar o golpe.

Lula livre! Lula inocente! Lula Presidente!

Peço a divulgação deste meu discurso neste momento tão importante para a democracia no nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) - Com a palavra o Deputado Paes Landim.

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI. Sem revisão do orador.) -

**DISCURSO DO SR. DEPUTADO PAES LANDIM QUE, ENTREGUE AO ORADOR
PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**



O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Zé Geraldo, é uma alegria muito grande vê-lo presidindo a nossa sessão.

Quero agradecer a oportunidade e registrar a presença aqui conosco dos Vereadores Juliano e Vando Prates. Eles são Vereadores de São João do Pacuí, uma cidade do norte de Minas Gerais, uma região muito pobre. São Vereadores muito atuantes e estão aqui em Brasília nos visitando. Estiveram em nosso gabinete e visitaram também alguns Ministérios, procurando por recursos a fim de melhorar a qualidade de vida da população de São João do Pacuí.

Quero dar a eles as boas-vindas a Brasília e colocar nosso mandato à disposição para que possamos cada vez mais trabalhar para melhorar a qualidade de vida da população de São João do Pacuí.

Muito obrigado, Vereadores Vando e Juliano, pela presença. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) - Quero parabenizá-los pela vinda a Brasília. Com certeza, os Vereadores que vêm a Brasília sempre conseguem ajudar mais seus Municípios. Parabéns!

Parabéns ao Deputado Leonardo também, que tem acompanhado todos os Prefeitos e Vereadores de Minas Gerais que vêm a Brasília na visita aos Ministérios, à Casa Civil e outros órgãos do Governo Federal.



O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) - Concedo a palavra ao Deputado Alan Rick, do Democratas do Estado do Acre.

O SR. ALAN RICK (DEM-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje, a Câmara dos Deputados deu um importante passo para a inclusão das pessoas com deficiência auditiva, a população surda do Brasil. Refiro-me à aprovação de proposta para o acesso dessa população ao gozo dos benefícios fiscais da legislação que permite aquisição do veículo zero quilômetro com isenção tributária.

O Projeto de Lei nº 3.205, de 2015, de minha autoria, teve seu relatório aprovado hoje na Comissão de Seguridade Social e Família. Esse é um grande avanço, Sr. Presidente, uma vez que os surdos ao longo dos anos foram alijados desse benefício fiscal, uma população que já enfrenta uma série de problemas, uma série de limitações aos seus direitos e que não tinha sido atendida ou reconhecida na legislação específica da pessoa com deficiência no Brasil.

Esperamos agora que a proposta tramite com mais celeridade na Comissão de Finanças e tributação, para que possa ser aprovada em sua constitucionalidade e venha ao plenário. O Brasil precisa tratar melhor sua população surda.

Sr. Presidente, também ontem realizamos uma importante audiência pública — eu sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar das Doenças Raras — sobre a esclerose múltipla, doença que acomete cerca de 40 mil brasileiros, pessoas com idades entre 20 e 40 anos, ou seja, em idade produtiva. Trata-se de doença gerada por uma série de fatores — genéticos, ambientais — e que traz a essas pessoas uma grande dificuldade, inclusive no mercado de trabalho.



Pessoas com esclerose múltipla constantemente sofrem não só das dores que a doença acarreta, mas também de graves problemas de depressão, até pelo diagnóstico difícil da doença e pela falta de atendimento, muitas vezes, nas farmácias de alto custo do SUS, para terem acesso a medicamento.

Nessa audiência pública, nós conversamos com especialistas no assunto da área da neurologia e com representantes das Associações de Portadores de Esclerose Múltipla do Brasil, ouvimos o relato de pacientes e de especialistas e propusemos melhoria no que se refere ao atendimento aos pacientes no Sistema Único de Saúde, ao acesso aos medicamentos e obviamente à otimização dos protocolos clínicos.

Sr. Presidente, também gostaria de agradecer neste momento ao gerente da Gerência Executiva de Governo, a GIGOV, da Caixa Econômica Federal no Estado do Acre, o Sr. Ramon Santos, que, num ato de grandeza, atendeu ao nosso pedido para prorrogar por mais 6 meses o prazo para o início das obras, desde a elaboração até a apreciação dos projetos na Caixa Econômica Federal, para o Hospital João Cândio Fernandes, na cidade de Sena Madureira, terceira mais importante do Estado do Acre.

Esses recursos já deveriam ter sido perdidos e só não o foram devido ao nosso esforço de ir pessoalmente encontrar o gerente da Caixa. E fomos pessoalmente também ao Ministério da Saúde em busca de mais prazo para que a Caixa Econômica possa avaliar e aprovar os projetos para que, então, seja feita a licitação e, conseqüentemente, a obra do hospital mais importante da Regional do Iaco, no Estado do Acre.



Sr. Presidente, esse foi um avanço e um alento para a população de Sena Madureira e dos Municípios vizinhos, que há tanto tempo sonham com o novo Hospital João Cândio Fernandes.

Aqui fica o meu reconhecimento e a minha gratidão ao querido Ramon Santos, gerente da GIGOV da Caixa Econômica Federal no Acre.

Peço que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) - Será divulgado.



O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) - Convido agora o Deputado Assis Carvalho, do Piauí, que terá até 3 minutos.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu amigo Zé Geraldo, se Deus quiser, nosso próximo Senador do Pará, quero abraçá-lo com muito carinho e também meus irmãos do Piauí.

Nós estamos nas últimas sessões antes das eleições. Temos ainda sessões em setembro. Mas amanhã será um grande dia porque teremos um ato importante aqui em Brasília em defesa da democracia. Hoje estaremos ali no Estádio Mané Garrincha com centenas de trabalhadores rurais, homens e mulheres que compreendem a importância da democracia.

Nós estamos vivendo um estado de exceção. Logo após o golpe, houve a prisão sem provas do companheiro Lula, que é preso político. A Direita está desnorteada porque tenta inventar candidatos de todas as formas, mas a sociedade rejeita todos.

O companheiro Lula está preso desde o dia 7 de abril, uma prisão política absurda, sem prova. Imaginava a Direita que a partir daí o povo brasileiro o esqueceria. Muito pelo contrário, até em São Paulo, Lula já ocupa o primeiro lugar nas pesquisas. E nós vamos eleger Lula Presidente do Brasil no dia 7 de outubro, porque na verdade não é Lula, é um projeto de inclusão social dos negros, das negras, dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade para dizer “não” sobretudo a esse projeto de exclusão e de agressão à soberania nacional.

O Governo usurpador, golpista instalou uma quadrilha no Palácio do Planalto e rouba literalmente o dinheiro do povo brasileiro, a exemplo das malas encontradas com Aécio Neves e com Geddel Vieira Lima, dentre outras. Esse Governo rouba



principalmente os sonhos das pessoas, uma vez que congelou por 20 anos recursos para saúde e educação, além da reforma trabalhista, que foi outra agressão. Agora prometem que, se eleitos, vão roubar a Previdência dos homens e das mulheres do campo e da cidade. Eles não vão ter esse gostinho.

Não tenho dúvida nenhuma de que Lula será o nosso candidato, juntamente com os partidos aliados, mas principalmente aliado ao povo brasileiro, porque todos sabemos, no Brasil e no exterior, que esse grande líder está preso não por ter cometido algum crime, mas porque fez uma opção pelos pobres. Isso demonstra aquilo que Marx sempre dizia, que o Estado às vezes se torna apenas um gerenciador dos interesses da burguesia.

Hoje o Estado está gerenciando os interesses dos rentistas, dos banqueiros, dos latifundiários, sem nenhum sentimento com relação à ordem social, ao interesse dos humildes, à inclusão daqueles que precisam realmente do Estado, que são os mais pobres.

Portanto, Sr. Presidente: Lula livre! Lula inocente!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que faça a divulgação deste pronunciamento pelos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) - Que o pronunciamento do Deputado Assis Carvalho seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e inclusive no programa *A Voz do Brasil*, para que todo o povo brasileiro, em especial do nosso querido Estado do Piauí, tome conhecimento. S.Exa. é um Parlamentar que aqui defende o povo e merece ser reeleito para continuar nesta Casa.

O SR. ASSIS CARVALHO - Agradeço a V.Exa., Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) - Convido o Deputado Assis Carvalho para presidir a Mesa.

O Sr. Zé Geraldo, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Assis Carvalho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho) - Ao assumir a Presidência, convido este grande Deputado e meu amigo Zé Geraldo para fazer o seu pronunciamento.

V.Exa. tem o tempo regimental de 3 minutos.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos aqueles que nos ouvem neste momento, toda a nossa bancada federal, a maior desta Casa, todas as nossas autoridades deste País já estão em preparação para o dia de amanhã.

Neste momento, nós já podemos contabilizar mais de 30 mil pessoas que foram chegando desde ontem à noite até agora, as caravanas coordenadas pelos movimentos sociais, pelo MST. Nos hotéis de Brasília já não cabe mais ninguém. Não há mais nenhum hotel vazio. Quem chegar vai ter que buscar outras logísticas, porque amanhã o Brasil e o mundo vão estar ligados exatamente em um fato que nunca aconteceu na história da política brasileira, que é o de um candidato a Presidente pedir o registro de sua candidatura com uma grande mobilização de apoio.

Isso vai acontecer porque, infelizmente, parte da Justiça brasileira resolveu aderir ao golpe neste País, resolveu ajudar a tirar uma Presidenta eleita democraticamente e a prender o Presidente Lula. Por que prender o Presidente Lula? Porque o golpe se originou do medo que eles tinham de perder novamente as eleições para Lula. Mas vão ter que enfrentar Lula preso, porque eles não têm coragem, são covardes. A Justiça brasileira, o Supremo se acovarda mais uma vez ao manter Lula preso.

Lula é inocente. Lula não cometeu crime algum. Foi condenado sem provas, assim como a Presidenta Dilma deixou a Presidência sem provas, tanto que será



eleita Senadora. Para vergonha da Justiça brasileira, ela será Senadora eleita, e bem eleita, pelo Estado que tem o segundo maior colégio eleitoral deste País, que é Minas Gerais.

Eu também me sinto muito orgulhoso de poder, lá no Pará, disputar as eleições como candidato a Senador por esse projeto vencedor, que é identificado como o único que nos últimos 50 anos fez mais pelo Pará, tanto que lá no Estado Lula tem mais de 40% de intenção de voto nas pesquisas.

Eu coloco meu nome para deixar a alternativa de um futuro Senador que vai fazer revisão de leis que levam o Brasil à falência, como a danosa reforma trabalhista e a lei de limite de gasto. Além disso, vamos trabalhar para impedir a assassina reforma da Previdência, que só não aprovaram aqui porque nós não deixamos. Essa é uma das reformas que eles pretendem fazer logo, tirando cada vez mais dinheiro do povo brasileiro, porque todo mundo sabe que a proposta de se aposentar aos 69 anos só pode ser para fazer caixa para o Governo, fazer superávit com o dinheiro do povo, daqueles que trabalham uma vida, e vão ter que se aposentar aos 69 anos. Ou seja, vão quebrar a Previdência social.

Eu vou poder dizer em minha campanha política, no horário de rádio, televisão e redes sociais que não me rendi e nem me vendi aqui nesse período todo, enfrentando, no Conselho de Ética, Eduardo Cunha, que tanto mal fez ao Brasil sentado nessa Presidência e que inclusive nos ameaçou: *“Ou vocês me dão o voto ou eu vou colocar o processo de impeachment da Presidenta Dilma.”*

0 Enfrentamos tudo isso. Desci a rampa do Palácio acompanhando a Presidenta Dilma. Acompanhei a entrega do Presidente Lula em São Bernardo para essa “inJustiça” brasileira. Nós estamos de pé e hoje Lula, preso, ganha de todos



eles, soltos. Essa é a verdade! Eles estão envergonhados porque nenhum candidato deles passa de 8%, 9%, 10%.

Nós temos certeza da vitória. A vitória não será do PT, a vitória não será de Lula; a vitória será do Brasil e do povo brasileiro.

Sr. Presidente, solicito que o programa *A Voz do Brasil* divulgue a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho) - Autorizo a divulgação do seu pronunciamento pelos meios de comunicação desta Casa e inclusive pelo programa *A Voz do Brasil*.

Meu amigo Zé Geraldo, tenho certeza de que o Pará ganhará com sua eleição para Senador. O povo o conhece e sabe o quanto V.Exa. luta em defesa da classe trabalhadora.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. BILAC PINTO (DEM-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a preservação do planeta e dos seus recursos naturais é estratégica para o desenvolvimento de qualquer país. Quando falo de desenvolvimento, falo de enriquecimento de toda a população, de forma sustentável, e não da exploração predatória de recursos naturais, que deixa atrás de si apenas a miséria.

Desde 1984, na Secretaria de Estado de Minas e Energia, em Minas Gerais, tenho acompanhado de perto a questão. Fui diretor da CEMIG, Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia e depois Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, além de ter presidido o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Sei do que falo, portanto, quando digo que não existe caminho para o progresso que não seja o desenvolvimento sustentável. Um progresso que não seja sustentável não é progresso, é suicídio.

Recentemente, quiseram nos fazer crer que o pré-sal seria o caminho para o desenvolvimento do Brasil. Ora, apostar num modelo extrativista, sob um regime de quase monopólio da PETROBRAS, foi uma aposta perigosa.

O mundo luta para se adaptar a novas matrizes energéticas, menos poluentes. Minas já abriga a maior usina fotovoltaica da América Latina, localizada em Pirapora, na região norte do Estado, a terceira no *ranking* mundial em termos de tamanho.

Na região sul do Estado, na minha cidade, a pacata e agradável Santa Rita do Sapucaí, foi inaugurada no último dia 23 de junho outra usina, criada e financiada pela Rede Jesuíta de Educação. É a Usina Padre Furusawa, com 15 mil metros



quadrados de área e 4.200 painéis solares. Seu projeto surgiu da colaboração entre professores e estudantes de três colégios da Rede.

Santa Rita do Sapucaí é onde fica o chamado Vale da Eletrônica, que reúne em torno de si empresas e instituições também dos municípios vizinhos de Itajubá, Pouso Alegre e Varginha. Mas a usina surgiu em Santa Rita em função da Escola Técnica de Eletrônica, a primeira da América Latina e integrante da Rede Jesuíta de Educação. A instalação da usina vai agregar ainda mais valor para os cursos dessa escola, incentivando e permitindo o desenvolvimento de projetos ainda mais ambiciosos.

O investimento, da ordem de 5 milhões de reais, será amortizado com o fornecimento de energia para os colégios que colaboraram com o projeto, em Belo Horizonte, Santa Rita do Sapucaí e Juiz de Fora. A unidade gerará uma potência equivalente ao consumo brasileiro médio de 860 casas, e a produção excedente será vendida para a CEMIG, distribuidora estatal de eletricidade.

Com o uso da energia gerada pelas placas fotovoltaicas, quase 660 toneladas de dióxido de carbono deixarão de ser lançadas na atmosfera. De acordo com análises técnicas, isso equivale ao plantio de 5 mil árvores, em termos de renovação do oxigênio.

Parabenizo aqui, portanto, a iniciativa da Rede Jesuíta de Educação e tantas outras iniciativas sustentáveis que diariamente surgem na sociedade brasileira e que nos permitem continuar avançando em direção a um País melhor.

O Vale da Eletrônica e as cidades do sul de Minas configuram um polo tecnológico importante, construído ao longo de décadas pelos Governos e pela iniciativa privada, e já começa a render frutos expressivos para o Brasil como um



todo.

Obrigado.



O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, precisamos pautar e votar em plenário os projetos que proíbem o acúmulo de função de motorista e cobrador de ônibus. Um desses projetos é de minha autoria. Ora, nas linhas onde o motorista precisar realizar as duas funções precisamos ter a proibição expressa em lei. Essa situação é grave e urgente.

Está mais do que provado que essa decisão só beneficia os lucros das empresas. E, pior, não houve qualquer proposta de redução das passagens nas cidades onde os cobradores foram demitidos.

Belo Horizonte, cidades da Região Metropolitana e até mesmo Uberlândia têm tomado essa decisão equivocada. Os resultados são a piora na qualidade dos serviços, na segurança do usuário e na saúde do motorista, além do desemprego.

A lei que trata da política nacional de mobilidade urbana é clara e assegura que o serviço de transporte público deve ser adequado, eficiente e ter tarifas módicas.

Essa grave decisão a meu ver é ilegal. Ela torna as viagens mais demoradas, reduz a qualidade dos serviços, aumenta os riscos de acidentes com a sobrecarga e superexploração dos motoristas profissionais.

E o engraçado é que, por segurança, os ônibus traziam mensagens como “não fale com o motorista”, objetivando que o profissional pudesse se concentrar no seu trabalho, na segurança do trânsito, evitando acidentes. Agora, o motorista é obrigado a desviar, e muito, sua atenção do trânsito.

As funções de motorista e trocador são absolutamente diferentes, e o acúmulo delas impõe risco para os passageiros e prejuízos para a sociedade. A



rotina no trânsito, especialmente nas grandes cidades, por si só já é tensa e estressante para o motorista. A obrigação do motorista é conduzir com segurança os passageiros, que são cidadãos e dependem do transporte público coletivo para locomoção.

Imagine, então, se este profissional tiver como obrigação cobrar passagens, fazer cálculos de valores, dar troco, liberar catraca, prestar contas às empresas das passagens cobradas, auxiliar as pessoas com deficiência a entrar e descer dos ônibus, conferir se os assentos reservados estão sendo respeitados.

Os motoristas estão estressados, ficando sem saúde. Os usuários estão correndo risco de vida e tendo seu direito ao transporte seguro, adequado, com qualidade e pontualidade, violado. E os cobradores estão ficando desempregados.

Solicito que o meu pronunciamento tenha ampla divulgação no programa *A Voz do Brasil*.



A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está acontecendo em Lages o Festival Gastronômico Sabores de Lages, criado em 2014 como uma oportunidade de oferecer ao público a possibilidade de saborear pratos especialmente preparados para o evento. No total são 35 estabelecimentos participantes, e cada um elabora um prato que tem como objetivo promover a identidade regional com comidas diferenciadas, mas sem perder a essência serrana.

Em 2018, o evento é organizado pelos estabelecimentos participantes da Câmara de Gastronomia de Lages — CDL e ACIL — e integra a programação do Serra Catarina Festival de Inverno. O Serra Catarina está na sua terceira edição e conta com atrações culturais, gastronômicas, esportivas, de aventura e de entretenimento em 64 dias de programação. O evento tem como objetivo divulgar os atrativos da região e promover o turismo integrado.

Os amantes da boa culinária terão a oportunidade de saborear, até o dia 30 de agosto, deliciosos pratos, especialmente preparados para o Festival Gastronômico Sabores de Lages. Durante esse período, cada um dos estabelecimentos participantes terá em seu cardápio pratos inéditos, com o intuito de promover a identidade regional através de ingredientes locais.

Paralelamente ao festival, acontecem eventos especiais como exposições, apresentações artísticas e musicais e passeio de Maria Fumaça, aliados à gastronomia regional. Outra novidade desta edição é o Passaporte Gastronômico.

Além de promover a culinária serrana, o evento fomenta o turismo na nossa região, pois a gastronomia típica também é um importante atrativo para o desenvolvimento desse setor.



O festival é uma realização do Núcleo de Gastronomia de Lages, com o apoio da ACIL, da CDL e do SEBRAE, e seu objetivo é divulgar a gastronomia e a cultura local.

Peço que o presente pronunciamento seja registrado nos meios de comunicação desta Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para reforçar minha posição, como cidadão e Parlamentar, em defesa da vida desde a concepção e contra a descriminalização do aborto. Entendo ainda que o ajuizamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 442 é uma forma de contornar a competência do Congresso Nacional para legislar sobre o tema, de fragilizar o direito à vida garantido pela Constituição e de impor uma agenda contrária aos anseios e aos valores dos brasileiros em sua vasta maioria.

Gostaria de me solidarizar com a nota intitulada *Pela vida, contra o aborto*, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB. A nota da CNBB defende o direito à vida em qualquer etapa ou condição em que se encontre o ser humano, afirmando a inviolabilidade e dignidade da vida humana desde a sua concepção até a morte natural. Sustenta ainda que o aborto não pode ser considerado um direito da mulher ou do homem sobre a vida do nascituro. Coerente com a posição da Igreja Católica em defesa dos mais vulneráveis, afirma que a vida do nascituro está entre as mais indefesas e necessitadas de amparo. Considera ainda imoral qualquer lei que imponha ao profissional de saúde a obrigação de agir contra a sua consciência de modo a cooperar na prática do aborto. Por fim, a CNBB enfatiza que todos devem respeitar a vida e a dignidade das mulheres, combatendo toda forma de violência e discriminação. Reforça também o papel da Igreja de acolher com misericórdia e assistência pastoral a todas as mulheres que sofreram a experiência do aborto.

Compartilho ainda da indignação do Bispo Diocesano de Anápolis, Dom João Wilk, contra a invasão de competência do Poder Legislativo pelo Supremo Tribunal Federal. O Bispo considera que a eventual reinterpretação da Constituição Federal



pelo STF para permitir o aborto no primeiro trimestre de gestação seria um terrível golpe contra a imensa maioria da população brasileira, que é manifestamente contrária à descriminalização.

Para todos que defendem a dignidade e o valor da vida humana desde a concepção, o momento é de unir forças. Com amor, serenidade e perseverança, a proteção da vida do nascituro prevalecerá.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. MARCIO ALVINO (PR-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje aqui para felicitar as cidades aniversariantes de Cananéia, Natividade da Serra, Apiaí, Sorocaba, São Roque e São Bento do Sapucaí, que completaram mais 1 ano de história e de colaboração para o crescimento do nosso Estado. Aproveito a oportunidade para também reforçar o meu compromisso com cada uma delas.

Dia 12 de agosto foi o aniversário de 487 anos de Cananéia. Na pessoa do Presidente do PR Municipal e ex-Vereador, Adriano Macarrão, parabenizo toda a população desse importante Município, considerado por muitos a cidade mais antiga do Brasil, que tem como ponto forte da economia o turismo e a pesca e que ainda preserva seu Centro Histórico com estilos arquitetônicos adotados pelas primeiras casas desde o período colonial até o final do século XIX. Suas praias também são um espetáculo à parte.

Dia 13 deste mês Natividade da Serra completou 45 anos. Gostaria de parabenizar, na pessoa do Presidente do PR Municipal e Vice-Prefeito, Miron Danvers Fernandes, todos os habitantes dessa cidade que encanta todos que a visitam e que chama atenção dos turistas que gostam de praticar esportes náuticos e pesca e que tem como principal atração turística a Represa de Paraibuna. Um dos Municípios que compõem o Vale do Paraíba, é dona de natureza exuberante que desenha belas paisagens.

Hoje, 14 de agosto, a população de Apiaí também está em festa, comemorando os 247 anos do Município. Na pessoa do Presidente do PR Municipal e Vereador, Vanderlei Borges de Lima, do Prefeito Luciano Polaczek e do Vereador André de Pinheiros, apresento minhas congratulações a todos os moradores dessa



importante cidade, que tem o clima frio, está localizada no Vale do Ribeira, e que faz parte de uma região declarada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — UNESCO como Reserva da Biosfera do Patrimônio Mundial, além de ser o maior remanescente de Mata Atlântica do País. Atrai visitantes a procura de grutas, cachoeiras e recursos naturais de beleza rara.

Sorocaba festejará 364 anos dia 15 de agosto. Parabenizo, na pessoa do Presidente do PR Municipal e ex-Vereador, Claudio Sorocaba, todos os sorocabanos. É a quarta cidade mais populosa do interior do Estado de São Paulo. Em 2017, foi eleita uma das dez melhores cidades do Brasil para viver. As principais bases de sua economia são os setores de indústria, comércio e serviços. O Município é um importante polo industrial do Estado de São Paulo e do Brasil e sua produção chega a mais de 120 países.

São Roque fará 361 anos dia 16 deste mês. É com grande satisfação que parabenizo, na pessoa do Vereador José Luiz da Silva, o Piniquinho, e do Presidente do PR Municipal, Antonio Leocadio, todos os moradores dessa importante cidade. A Estância Turística de São Roque é famosa por suas vinícolas e por seu Roteiro do Vinho. Além de um rico patrimônio histórico, cultural e ecológico, impressiona os turistas que se dedicam a conhecer a cidade um pouco mais. Vale lembrar também a bela estação ferroviária do Município, que hoje abriga a Guarda Municipal e que fica perto do Morro do Cruzeiro, local que proporciona uma vista fabulosa da cidade.

Também dia 16 de agosto São Bento do Sapucaí faz aniversário, completando 186 anos de história. Felicito, na pessoa do Presidente do PR Municipal, Hildebrando Antônio de Souza, todos os habitantes do Município. A



Estância Climática de São Bento do Sapucaí, considerada um paraíso na Serra da Mantiqueira, pequena e acolhedora, inspira também passeios para quem curte o montanhismo. A cidade encanta por seus atrativos naturais.

Por fim, aproveito esta oportunidade para reforçar o meu compromisso com toda a população de Cananéia, Natividade da Serra, Apiaí, Sorocaba, São Roque e São Bento do Sapucaí. Contem sempre com o meu empenho, a minha dedicação e todas as Frentes Parlamentares que presido. O meu mandato está à disposição e o meu gabinete de portas abertas.

Parabéns a todos.

Muito obrigado.



VII - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 197.4.55.O

Data: 14/08/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Não Deliberativa de Debates - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 197.4.55.O

Data: 14/08/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Não Deliberativa de Debates - CD

Montagem: 5199

DEIXAM DE COMPARECER:



O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho) - Encerro a sessão, convocando Sessão Não Deliberativa de Debates para amanhã, quarta-feira, dia 15 de agosto, às 14 horas.

Lembro que haverá Sessão Não Deliberativa Solene amanhã, quarta-feira, 15 de agosto, às 10 horas, em homenagem ao Dia da Imigração Chinesa no Brasil.



(Encerra-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM NO PERÍODO DESTINADO AO PEQUENO EXPEDIENTE DA SESSÃO NÃO DELIBERATIVA DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 39, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2018 — RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI. Como Líder. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar o Presidente Michel Temer pela criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública. No Brasil há uma insegurança geral em várias camadas, em vários centros urbanos do País, a começar no meu Estado. Nos Estados Unidos foi exatamente o 11 de setembro, a ameaça externa, que levou o Presidente Bush a criar também uma Secretaria de Segurança Pública, correspondendo a Ministério em nosso país.

Não poderia deixar de aplaudir a escolha do Ministro Raul Jungmann para dirigir esse Ministério. Foi oportuna a criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública pelo Presidente Michel Temer, como foi oportuna também, justificada e aplaudida a intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro. A situação caótica a que chegou o Rio de Janeiro necessita de intervenção federal no sistema de segurança pública daquele Estado. É importante, então, empregar a Força Federal no crime organizado no Rio de Janeiro.

Mas, Sr. Presidente, graves problemas atuais envolveram a justificativa da criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública: a deterioração do sistema de segurança do País ao longo do tempo, a redução do efetivo da Polícia Militar em todo o País. No meu Estado, por exemplo, no Governo do Governador



Hugo Napoleão, esse civilizado embaixador, nós tínhamos, em 1986, 8 mil efetivos. Hoje esse efetivo está reduzido a 5 mil, depois de 30 e tantos anos e com as complexidades próprias do crescimento populacional do Estado.

Por outro lado, ainda sobre esse contexto do efetivo da Polícia Militar, ocorreram problemas, como a falta de concurso público para recompor os efetivos da Polícia Militar, falta de capacitação de pessoal e atualização, falta de investimento em tecnologia e, por que não, falta de motivação salarial, que é fundamental para que tenhamos realmente soldados militares competentes, profissionais treinados e dedicados aos seus afazeres de segurança.

Ao mesmo tempo em que faltaram esses quesitos na segurança, sempre faltou uma integração de formação de inteligência em âmbito nacional. Eu, há cerca de 3 meses, fiz um ofício ao Ministério da Justiça pedindo à Secretaria da Segurança Pública para estudar a situação dramática de Parnaíba, uma cidade pacata, de gente civilizada, em que está havendo assaltos, decapitações absurdas, coisa que nunca houve naquela cidade. E o Secretário de Segurança Pública do Ministério me respondeu que eu não tinha poder de requisitar a Força. Eu não estava requisitando a Força; eu estava apenas dando um exemplo de como era necessária a presença da segurança pública em todos os Estados, nas cidades principais, que precisam de um diagnóstico, para tomarmos providências de repressão ao crime e à insegurança que avançam em cidades do nível cultural, turístico e ecológico da nossa querida Parnaíba. Falta de integração em âmbito nacional. É preciso que as polícias nacionais, as polícias estaduais integrem informações ao contexto nacional. Além do mais, Sr. Presidente, há corrupção na



administração pública nos órgãos de fiscalização e órgãos policiais, favorecendo o crescimento do crime organizado.

É preciso uma atuação mais contundente, com a ação do Ministério Público dos Estados e também do Poder Judiciário. Afrouxamento na execução penal, e legislação leniente e benevolente com o infrator.

Por outro lado, Sr. Presidente, equacionar o financiamento da Segurança Pública é fundamental. O financiamento precisa ser definido e modificado. Os Estados não conseguem financiar a Segurança Pública. O crime é interestadual e internacional. A Polícia Federal precisa ter maior participação.

Definir as obrigações do Governo Federal, Estados e Municípios em segurança pública e também as obrigações financeiras de cada um, o que se chamaria, talvez, no futuro, Sistema Único de Segurança Pública, que é aconselhável que seja implantado.

O mais importante, Sr. Presidente, destaque para a dimensão e combate ao crime da importância dada à Segurança Pública pelo Governo Federal .

Foi importante a criação de um Ministério próprio para tratar de um problema específico de segurança pública, um dos problemas mais importantes para a sociedade brasileira em todos os Estados, em todos seus níveis.

Precisa vir acompanhado de maior orçamento para o Ministério Extraordinário da Segurança Pública para aplicar nas políticas públicas de prevenção e repressão ao crime, em especial o crime organizado.

Investimento coordenado em capacitação de integração de pessoas, integração de informações e dados, inteligência e políticas públicas.



O Governo Federal anuncia recursos creditícios para os Estados. É necessário que ele seja previamente submetido à aprovação e detalhamento de análise pelo Ministério da Segurança Pública para evitar desperdício de recursos e desvios por finalidades que não sejam rigorosamente a segurança pública, um programa rigorosamente de segurança nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM NO PERÍODO DESTINADO ÀS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES DA SESSÃO NÃO DELIBERATIVA DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 97, REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2018 — RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI. Pela ordem. Com revisão do orador.) - Srs. Deputados, dei-me conta hoje, infelizmente, de que não havia ainda nesta Casa lamentado a morte de um grande e ilustre piauiense, que foi Francelino Pereira dos Santos, nascido em Angical, então povoado de Amarante, hoje Angical do Piauí, em 2 de julho de 1921, e falecido em Belo Horizonte, em 21 de dezembro de 2017, aos 96 anos de idade, com uma rica história de vida pública sob o primado da ética, da seriedade e do respeito à coisa pública.

Francelino, após cursar o antigo curso secundário no Piauí, na década de 30, com o custeio dos seus irmãos mais velhos, foi estudar em Belo Horizonte. Na Capital mineira foi companheiro de faculdade e de pensão de outro extraordinário piauiense, figura nacionalmente querida, Carlos Castelo Branco.

Era de uma família pobre, se impôs pelo estudo e a vontade de vencer na vida. Foi Vereador em Belo Horizonte, e o seu senso de responsabilidade precoce o



levou a trabalhar no honrado Governo de Milton Campos, posteriormente no de Magalhães Pinto.

Depois, se elegeu Deputado Federal por 4 vezes por Minas Gerais e foi Governador, naquela época escolhido indiretamente, de 15 de março de 1979 até 15 de março de 1983.

Finalmente, já na redemocratização, foi eleito Senador da República, no período de fevereiro de 1995 a janeiro de 2003. Minas reconheceu suas qualidades de homem público sério e honrado. Ele, como Governador eleito indiretamente, teve o privilégio de entregar o comando de Minas a seu sucessor, nada mais nada menos do que a grande figura humana de Tancredo Neves.

Após o seu mandato de Deputado Federal, em 1979, e de seu mandato de Governador, em 1983, ele também exerceu a presidência nacional da ARENA, antigo partido do regime autoritário. No Governo do Presidente José Sarney foi escolhido Vice-Presidente do Banco do Brasil.

Nesse sentido, desejo ressaltar a memória de Francelino Pereira, na sua atuação no Banco do Brasil. Quero aqui fazer um apelo à Presidência do Banco do Brasil. Recordo-me de que, eleito Deputado Constituinte, em 1986, procurei Francelino Pereira para solicitar a esse eminente piauiense que ele envidasse esforços para a criação de uma agência do Banco do Brasil em São Raimundo Nonato, na região do Parque Nacional Serra da Capivara, até porque, em São João do Piauí, minha cidade natal, já havia uma agência do Banco do Brasil instalada em janeiro de 1962. São João tinha uma vantagem econômica, mercê da sua agropecuária, mas São Raimundo Nonato teve sempre o seu comércio dinâmico, fronteira com a Bahia. Sobretudo com a queda do preço do algodão, São Raimundo



Nonato passou a ter um papel mais proeminente na região e merecia ter o seu Banco do Brasil.

Francelino disse: *“Vou estudar com o maior carinho”*. Voltei a ele, em 1988, e ele disse: *“Estamos preparando a criação de várias agências, e fique certo de que a de São Raimundo Nonato estará incluída”*. Assim o fez, e em julho de 1989, a agência do Banco do Brasil em São Raimundo Nonato foi instalada.

E aqui eu quero fazer um apelo ao Banco do Brasil, à sua Direção Nacional, para que o prédio onde abriga a agência do Banco do Brasil de São Raimundo Nonato tenha uma placa dizendo que aquela agência foi criada na gestão de Francelino Pereira, quando Vice-Presidente daquela instituição.

No dia da posse do General João Figueiredo na Presidência da República, Castelo Branco preferiu dedicar sua coluna à posse de Francelino Pereira como Governador de Minas. Um belo e histórico artigo:

Não percebem os mineiros que mineiros também nos consideramos, Francelino e este repórter, membros de uma leva de nordestinos que ao longo de quatro décadas buscamos em Minas as luzes da sua cultura peculiar, a mais requintada do Brasil, e enfrentamos a esquivança e a ironia de quem nos recebia com benevolência, mas com a reserva natural do caráter desses montanheseiros. Não é fácil ser mineiro e mais difícil ainda é obter o consentimento de Minas para que sejamos mineiros.

Nada direi da experiência pessoal de Francelino Pereira em Belo Horizonte, onde, como eu, foi estudar Direito e



aperfeiçoar nossos possíveis dotes pessoais. [...] Aqueles jovens com os quais atravessava as noites nas redações de jornais ou nas longas palestras dos dias de folga tratavam-nos com brandura sem nos abrir a intimidade, no fundo inconquistável. Há uma reserva natural no mineiro, um fundo de rejeição ao que não é mineiro, uma preservação da intimidade mais profunda que não é comum na nossa gente brasileira. Vivendo em Belo Horizonte dos dezesseis aos 24 anos e meio — talvez quem sabe pela minha excessiva devoção ao trabalho — não tive oportunidade de entrar numa casa de família mineira. Lembro-me de que, nas minhas caminhadas, certo fim de tarde passei pela casa do que se tornaria o meu querido amigo Otto Lara Resende. Era na rua das Alagoas. Do alto da sua janela e eu na rua, conversamos e não acudiu ao Otto que com um gesto me faria transpor a porta e ingressar na sua casa.

Mas por ironia do destino Francelino Pereira entrou em todas as casas de todos os mineiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM NO PERÍODO DESTINADO AO PEQUENO EXPEDIENTE DA SESSÃO NÃO DELIBERATIVA DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 114, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2018 — RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:



O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, com muita satisfação registro — embora já tenha ocorrido mais de 1 mês — que o meu ilustre conterrâneo o engenheiro Antônio de Pádua de Deus Andrade assumiu a Pasta da Integração Nacional do Brasil. Ele já trabalhava no próprio Ministério no cargo de Secretário de Infraestrutura Hídrica, mercê da sua competência demonstrada em todos os cargos públicos que ingressou.

No setor privado destacava-se na construção de várias obras e pontes e outros trabalhos que envolviam grande competência técnica, imaginação e senso de responsabilidade, desde a Amazônia legal até a Companhia Docas de Santos, em São Paulo.

Estive presente no almoço oferecido pelo seu primo, Antonio Félix, Deputado Estadual, na cidade natal dele, em Campo Maior, onde nasceu em 1969. Antonio Félix é filho de Vicente de Félix de Andrade, falecido em 2001, e de Raimunda de Deus Martins Andrade. O almoço contou com a presença do Governador do Estado, do Senador Ciro Nogueira e de outros Parlamentares.

Antônio de Pádua mostrou toda a sua vontade de contribuir para o Governo do Estado do Piauí, ajudando as vítimas das enchentes dos Estados, sobretudo da região do Município de José de Freitas. Ele citou pessoalmente que sua ida provocaria medidas que poderão não só atenuar as ocorrências dramáticas surgidas ali, por causa das chuvas e das enchentes, mas também ações que possam alavancar o desenvolvimento social e regional daquelas comunidades. Pádua de Andrade vem de uma família estudiosa. Ele cresceu à mercê do esforço pessoal e da vocação para os estudos de toda a família. Eu conheço particularmente a família do seu tio, de João Félix de Andrade, já falecido, casado com a dona Mariana Rosa



de Andrade. Dona Mariana tem o orgulho em dizer sempre que todos os seus filhos foram encaminhados para a escola, mas aqui eu destaco as figuras do engenheiro Francisco Félix de Andrade e de José Luís, que, além de ser engenheiro elétrico, é um dos maiores exportadores do Piauí e que já ocupou a diretoria da empresa elétrica do Estado do Piauí; do Deputado Antonio Félix, advogado, hoje Deputado Estadual; e de João Félix Filho, contador, empresário, ex-Prefeito de Jatobá e de Campo Maior, por duas vezes, em ambas as cidades, e as irmãs todas também obtiveram diplomas em razão dessa dedicação da família aos estudos e ao trabalho.

Quero destacar, para simbolizar essa vocação familiar para os estudos e a pesquisa, o filho de José Luís, que se encontra hoje, exatamente, José Luís Félix de Andrade Filho, fazendo MBA e Mestrado em Negócios pela Universidade em Cambridge, na Inglaterra. No meu entender, deve ser o primeiro piauiense, que eu conheço, a estudar naquela segunda maior universidade do ocidente. A primeira foi Bolonha, depois, Cambridge, criada na Inglaterra, no século XII, que mantém vivas as tradições da sua criação, por onde passaram os maiores cientistas da Inglaterra e do mundo no período do século XII até o século presente.

Sr. Presidente, o nosso Pádua de Andrade é engenheiro civil formado e com mestrado em Fortaleza, pós-graduação em engenharia de produção e em segurança do trabalho, sobretudo um teólogo apaixonado pela vida, evangélico, homem temente a Deus, uma figura humana singular, humilde. Foi um prêmio a sua conduta de trabalhador, de homem de bem. Um homem simples que venceu por esforço próprio, o pai morreu muito cedo, criou vários filhos, mas seu empenho pessoal, sua dedicação ao trabalho, seu alto senso de responsabilidade o fizeram atingir esse cargo hoje com muita justiça de Ministro de Estado da Integração Nacional.



Portanto, quero transmitir a toda a família Félix de Andrade, de Campo Maior, os meus parabéns por essa justa nomeação de um filho ilustre da terra, de uma família digna, trabalhadora e operosa nos estudos, que foi premiada, repito, com a nomeação desse ilustre membro da família, Pádua de Andrade, para o cargo de Ministro da Integração Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM NO PERÍODO DESTINADO ÀS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES DA SESSÃO NÃO DELIBERATIVA DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 114, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2018 — RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, na semana passada, sexta-feira, tive o privilégio de acompanhar a visita do Ministro interino da Agricultura, Eumar Novacki, ao cerrado do meu Estado.

Estivemos na Fazenda Progresso, no Município de Sebastião Leal, no meu Estado. Depois, estivemos no Distrito Nova Santa Rosa, no Município de Uruçuí, no mesmo Estado.

Descemos no belo aeroporto da Fazenda Progresso, aeroporto que é um exemplo para o Estado do Piauí, que tem muito a desejar em matéria de aeródromos nos Municípios.

A Fazenda Progresso, no meu entender, é a fazenda mais bem cuidada do Brasil, por incrível que pareça! É dirigida por essa figura fantástica o Sr. Cornélio Sanders e a esposa Sra. Anne Sanders, gaúchos que viveram em Minas Gerais e hoje enriquecem o Piauí. São o orgulho do Piauí!



Na Fazenda Progresso, onde fomos brindados com um almoço, vimos exatamente a função social da fazenda. Seu Cornélio nos mostrou, através de um filme, outras propriedades dele no Piauí. Ele é produtor de soja, de milho, e trata os empregados com o maior carinho, com o maior respeito, com boa alimentação. Eles têm inclusive uma academia para exercício físico.

Arborizada, com um meio ambiente belíssimo, a Fazenda Progresso deveria ser um modelo para todo o Brasil. Se assim o fosse, não teríamos problemas ambientais no cerrado do Piauí nem nas matas virgens do nosso País.

É um encanto a Fazenda Progresso! E tenho certeza de que a lição de vida e espírito de Seu Cornélio, com seus filhos e sua nobre senhora, sirva de exemplo e de orgulho para o Piauí, posto que ali, com recursos próprios de Seu Cornélio, até gerador elétrico, aeroporto por conta própria, escola por conta própria. É um exemplo do espírito de grandeza de Seu Cornélio, que soube enriquecer não só economicamente, mas social e culturalmente os lugares onde trabalha.

Depois da Fazenda Progresso, e lá o Sr. Ministro esteve acompanhado do eminente Senador Ciro Nogueira, Presidente do seu partido, fomos a Nova Santa Rosa, assim denominada porque gaúchos de Santa Rosa ali criaram uma verdadeira saga do progresso e desenvolvimento. Eles trouxeram a capacidade de trabalho, o espírito gaúcho de produção, de organização, de disciplina no trabalho.

Sr. Presidente, ao ouvir o discurso do dinâmico Presidente da Associação de Produtores Rurais da Nova Santa Rosa, Waldemar Kretschmer, na XI EXPOSOJA, com material de primeira qualidade, moderno como em qualquer feira deste País, a perplexidade me tomou conta, quando percebi que a energia elétrica do local é



gerada por gerador elétrico de seus moradores. Nova Santa Rosa praticamente é uma cidade.

Eu me recordo que na sua primeira exposição, estive acompanhado do então Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, do Paraná, e ouvi reclamação da falta de energia elétrica, da falta de estradas para o escoamento da produção de soja e de milho.

E quando eu ouvi o discurso do Presidente da Associação de Produtores, não acreditei. Falta energia ainda, falta estrada. Um eixo fundamental da produção do meu Estado, um lugar de produção, de riqueza, de emprego, de geração de impostos não tem energia, não tem estrada, Sr. Presidente. No Piauí realmente falta visão estruturante dos seus problemas.

Mas o Senador Ciro Nogueira garantiu que esteve com o Ministro das Minas e Energia e espera ainda que este ano, se Deus permitir, tenha energia elétrica ali no Distrito de Nova Santa Rosa, futura cidade tal a vontade, o progresso, o dinamismo que se veem ali, tão movimentada e com uma pista precária para avião. O Estado está a dever em contribuição a um dos setores mais produtivos do Estado do Piauí, senão o mais produtivo proporcionalmente.

Eu queria parabenizar todos que compõem Nova Santa Rosa, o seu líder maior. E estou certo e espero, Sr. Presidente, que na próxima vez que eu retornar a Santa Rosa — eu a conheci há mais de 10 anos, e fiquei frustrado pelos mesmos problemas; embora a produção esteja crescendo, a riqueza aumentando, falta infraestrutura por parte do Estado —, que esses problemas sejam superados em homenagem a esses bravos gaúchos, que saíram dos pampas gaúchos para enriquecer social, cultural e economicamente os cerrados do Piauí.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM NO PERÍODO DESTINADO AO PEQUENO EXPEDIENTE DA SESSÃO NÃO DELIBERATIVA DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 135, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2018 — RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI. Como Líder. Com revisão do orador.) - Sra. Presidente, o grande teólogo e pensador americano Michael Novak, discorrendo sobre liberdade, dizia, em 1986, que era do surto do espírito capitalista que havia nações como os Estados Unidos, a Inglaterra, a Holanda, a Suécia e a França, que tinham estruturas sociais bastante parecidas com as que hoje têm as nações latino-americanas: uma separação bem definida entre as classes sociais, como a da nobreza e a dos camponeses, um estrito controle sobre todos os aspectos da vida econômica imposto pelo Estado, um aparato burocrático imenso e uma concepção mais ou menos orgânica da natureza corporativa da vida social.

Examinando as economias da América Latina, dizia com muita propriedade Michael Novak:

Não enxergo atualmente na América Latina uma única economia capitalista. Eventualmente em todos os países da América do Sul e da América Central, o Estado detém uma função poderosa e desproporcional, como acontecia na Grã-Bretanha pré-capitalista antes de Adam Smith.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu acho que, no momento em que a PETROBRAS consegue se reequipar e se reerguer, vêm exatamente a ideologia



dirigista e o populismo econômico a querer inibir a política moderna introduzida por Pedro Parente.

Por coincidência, pouco antes da crise dos caminhoneiros, talvez dois ou três dias, a extraordinária jornalista Miriam Leitão — essa grande revelação da sua geração — escreveu um artigo no *O Globo*, *A Petrobras no topo*. Esse artigo é do dia 11 de maio.

Ela diz no artigo com muita lucidez:

A Petrobras voltou ontem a ser a companhia mais valiosa da bolsa brasileira. Para o país ela nunca deixou de ser a primeira empresa, mas o valor de suas ações, sua lucratividade e sua reputação despencaram em queda livre anos atrás. Esta semana ela anunciou o maior lucro em cinco anos e suas ações tiveram altas expressivas. Pedro Parente diz que a empresa virou a página, mas faz alertas.

Entrevistado ontem no meu programa na GloboNews, Pedro Parente falou da empresa que preside.

A Petrobras virou a página da sua pior crise, sem dúvida nenhuma, o que não quer dizer que a gente possa relaxar.

Mais adiante:

Segundo Parente, todo o esforço na empresa é para fazer todos os ajustes operacionais necessários, a renegociação para mudar o perfil da dívida e as melhorias



na área da segurança, porque a Petrobras tem que ser lucrativa com o barril a US\$ 35 ou a US\$ 75.

“Um dos pilares desta mudança é a não intervenção política”, diz Miriam Leitão.

Mais a seguir:

A Petrobras foi atingida por várias tempestades: a corrupção, os investimentos errados impostos à direção executiva, a manipulação de preços de derivados. Que os próximos governantes aprendam as lições, bíblicas e laicas, sobre por que evitar a interferência na gestão.

Neste momento, a dívida foi reduzida, mas ainda está alta em 81 bilhões de dólares. O Parente disse que a mudança é principalmente do perfil.

Miriam Leitão traz outras importantes considerações: *“Pedro explicou que a PETROBRAS cobra 1,85 pelo litro de gasolina, e, se ela chega às bombas por 3 vezes mais, é porque existem outros motivos para a alta”*. Está na cara que são os impostos excessivos, o ICMS dos Estados, uma série de intervenções dirigistas que interferem no preço da PETROBRAS, que nada têm a ver com essas excrecências do poder dos Governos Estaduais e do Governo Federal.

Sra. Presidente, concluo com uma boa notícia, *O Estado de S.Paulo* do dia de 11 de maio, recente, diz assim: *“reservas do Tesouro para enfrentar turbulências chegam a 647 bilhões de reais”*, e mais ainda: *“as reservas internacionais de dólares estão em 381,6 bilhões”*, um nível recorde da história do Brasil.



Parabéns à equipe econômica do Governo que teve no Ministro Henrique Meireles a sua viga mestre.

Vamos concluir dizendo que a política desenvolvida por Pedro Parente é acertada, tirou a PETROBRAS do atoleiro e a deixou, agora, em patamares mais dignos, que não podem ser destruídos através de medidas políticas, populistas, demagógicas e dirigistas, que, imediatamente, podem criar alguma fantasia de alívio, mas, no médio e longo prazo, nós conhecemos essa história, o drama é muito pior.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM NO PERÍODO DESTINADO AO PEQUENO EXPEDIENTE DA SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 138, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2018 — RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI. Como Líder. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para lamentar a saída da Presidência da PETROBRAS de um dos homens públicos mais sérios que o Brasil teve nos últimos tempos: Pedro Pullen Parente.

Ele é o grande destaque de uma geração de gestores preocupados com a coisa pública de modo sério, honesto e profissional. Servidor público por excelência — isso ficou provado em todos os órgãos públicos em que ocupou postos — e gestor profissional altamente competente nas empresas em que atuou, Pedro Parente é um símbolo da honestidade no Brasil que deseja ter responsabilidade com o serviço público.



Sr. Presidente, uma das passagens do artigo da excepcional jornalista, Miriam Leitão publicado hoje é muito importante para nos fazer refletir sobre os problemas candentes da PETROBRAS, que Pedro Parente teve coragem e inteligência para enfrentar e corrigir:

Na ponta do lápis, os subsídios aos combustíveis impostos pelo governo anterior à PETROBRAS, levaram a empresa a ter prejuízos de 89,5 bilhões de reais, ficando 5 bilhões de reais, entre 2011 e 2014. É isso o que mostram os resultados da área de abastecimento da companhia em seus balanços anuais. Na média, a PETROBRAS queimou 22,3 bilhões por ano de seu caixa, quase o valor gasto pelo Governo Federal para manter o Programa Bolsa Família. Esse é o tamanho da conta que recairá sobre o Tesouro, caso o Governo Temer decida retomar a política de subsídios ao setor.

E mostra o gráfico muito conciso a respeito. (Mostra o gráfico.)

A seguir, a jornalista se reporta ao ex-Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo e Ministro de Minas e Energia, David Zylbersztajn:

... ao ceder aos caminhoneiros, o Governo Temer reforçou o monopólio da PETROBRAS no setor de combustíveis. Zylbersztajn conduziu o processo de abertura do setor de óleo e gás, no final dos anos 1990, mas diz que as refinarias continuaram nas mãos da PETROBRAS por decisão política e omissão do Cade. Diz



ele: “o único monopólio que restou foi o do refino, que só ficou porque os governos fizeram uso político da empresa para dar subsídios. O que também espanta é a omissão do Cade, que depois de todo esse tempo nunca obrigou a empresa a vender refinarias. O órgão se preocupa com a concentração do frango, da mortadela, do chocolate, mas ignora o que acontece com os combustíveis”.

Sr. Presidente, o certo é que Pedro Parente encontrou a PETROBRAS desmoronada financeiramente. Politicamente, ela foi sucateada. Ele recuperou a imagem da empresa, que começou a gerar lucros, passou a ser gerida de forma profissional, sem politicagem. Depois de muitos anos a PETROBRAS teve um gestor rigorosamente profissional e técnico.

Veja bem, o preço do combustível entregue pela PETROBRAS às distribuidoras era 1 real e 80 centavos. Ele não tem culpa se chega às bombas a quase 5 reais, 6 reais. Qual é a culpa? Os impostos! Os impostos que esmagam o povo brasileiro. Os impostos federais e os estaduais, sobretudo o ICMS. No meu Estado, por exemplo, se se gasta 100 reais de combustível paga-se 30 reais ao Estado de ICMS no combustível. Esse é o paradoxo do Brasil.

De qualquer maneira, quero parabenizar o Governo Temer pela grandeza que teve ao escolher para a PETROBRAS um homem da altura de Pedro Parente. Deve-se a Michel Temer esse grande papel na República: deixou a PETROBRAS nas mãos de um profissional. As circunstâncias de momento engendraram uma saída que, espera-se, não rompa com a continuidade da política de Pedro Parente, até



porque o mercado mostrou toda sua contrariedade com sua saída: as ações da PETROBRAS caíram vertiginosamente.

Quando o mercado percebeu que o seu substituto é da mesma linha de Pedro Parente, reagiram novamente os preços da PETROBRAS no mercado. O mercado realmente é o grande mestre da análise dos fatos políticos, econômicos e sociais do País.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA NO PERÍODO DESTINADO ÀS BREVES COMUNICAÇÕES DA SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 152, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2018 — RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar o aniversário de 141 anos do Município de Brumado, na Bahia, comemorados nesse dia 11 de junho.

Brumado é um Município próspero que tem uma província mineral rica, já com larga exploração, com projetos em andamento para ampliar a exploração de diversos minérios. Tem também uma agricultura familiar muito forte, muito densa; comércio, atividade econômica intensa; faz também muitas atividades culturais. Terá, como sempre, um São Pedro com grande impacto em toda a região.

Queria aqui, em nome do Prefeito Eduardo Vasconcelos, do Vice-Prefeito Édio Pereira, dos Vereadores Elias Piau e José Carlos de Jonas, cumprimentar toda a população de Brumado pelo aniversário.

Era o que tinha a dizer.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui saudar a população brumadense pela passagem de aniversário da cidade, que completou nesta segunda-feira, dia 11, 141 anos de fundação. Localizado no centro-sul do Estado, Brumado possui uma população de 70 mil habitantes e é considerado o sexto Município mais desenvolvido da Bahia, de acordo com levantamento feito pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) de Desenvolvimento Municipal.

Ela é considerada a “Capital do Minério” por possuir em seu subsolo variados tipos de minerais, base de sua economia, e acolher empresas de mineração que realizam suas atividades extrativistas na Serra das Éguas, mina de magnesita considerada uma das três maiores do mundo.

Cidade que se orgulha do seu passado e constrói, a cada dia, um valioso presente, por conta do fortalecimento dos índices de desenvolvimento social e econômico da região, inclusive pelo comércio bastante desenvolvido, pois a cidade conta com sete instituições bancárias: Itaú, Bradesco, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa, SICOOB e Banco do Povo.

Conhecida pela beleza e receptividade de seus habitantes, também se destaca pelas belezas naturais, tradição da festa de Folia de Reis, com momentos marcantes dos festejos religiosos do mês de janeiro.

Quero saudar o Prefeito Eduardo Vasconcelos e o Vice-Prefeito Édio Pereira pela gestão, os Vereadores Elias Piau e Zé Carlos de Jonas, e reafirmar meu compromisso em favor do Município.



Nosso mandato tem uma longa parceria com o Município, alocando recursos de emendas federais para estruturação da rede de serviços de saúde, modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer, através da reconstrução do Estádio dos Prazeres, importante espaço de lazer da população. Além disso, pela requalificação do ginásio dos esportes, da implantação das quadras poliesportivas nas comunidades do Jacaré, Fundão e no Distrito de Cristalândia. Alocamos também 1 milhão em emendas para calçamento de vias, requalificações da Praça da Cesta do Povo e do Campo da Vila Presidente Vargas.

Era o que tinha a dizer.